



TURISMO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL NAS ILHAS UROK, GUINÉ-BISSAU

ESTUDO DE CASO



RODRIGO ZOMKOWSKI OZORIO

DENISE VALÉRIA DE LIMA



TURISMO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL NAS ILHAS UROK, GUINÉ-BISSAU



ESTUDO DE CASO



RODRIGO ZOMKOWSKI OZORIO

DENISE VALÉRIA DE LIMA



FICHA TÉCNICA

TÍTULO: Turismo Responsável nas Ilhas Urok, Guiné-Bissau - Estudo de Caso

AUTORES: Rodrigo Zomkowski Ozorio e Denise Valéria De Lima

EDITOR: Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF) e Tiniguena - Esta Terra é Nossa!

LOCAL EDIÇÃO: Lisboa

1ª EDIÇÃO: maio de 2019

COFINANCIADO POR: União Europeia e Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.

FOTOGRAFIAS: Emanuel Ramos e Rodrigo Ozorio

DESIGN E PAGINAÇÃO: Diogo Lencastre

Esta publicação é produzida no âmbito do projeto "Etikapun n'ha – Urok, Laboratório de Resiliência da Cultura Bijagó" (DCI-NSAPVD/2015/371-075), implementado pelo IMVF – Instituto Marquês de Valle Flôr e Tiniguena - Esta Terra é Nossa!

Pode copiar, fazer download ou imprimir os conteúdos desta publicação (utilize papel certificado ou reciclado). Pode utilizar excertos desta publicação nos seus documentos, apresentações, blogs e website desde que mencione a fonte.

Consulte a versão digital desta publicação em www.imvf.org

Porque defendemos a igualdade de género como um valor intrínseco aos Direitos Humanos onde se lê "o" deve ler-se também "a" sempre que aplicável, de forma a garantir o respeito pela igualdade de género também na escrita.

Texto escrito conforme o novo Acordo Ortográfico.

ÍNDICE

RESUMO EXECUTIVO	9
INTRODUÇÃO	27
GUINÉ-BISSAU: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO	31
METODOLOGIA	35
ÁREA DE ESTUDO	37
TURISMO COSTEIRO NA ÁFRICA OCIDENTAL	39
GUINÉ-BISSAU COMO DESTINO TURÍSTICO	41
TURISMO NO ARQUIPÉLAGO DE BIJAGÓS	51
CARACTERIZAÇÃO GERAL DA AMPC UROK	57
DIAGNÓSTICO PARA AVALIAÇÃO DO POTENCIAL TURÍSTICO	65
PERCEPÇÕES E EXPECTATIVAS DOS ATORES LOCAIS SOBRE O TURISMO	69
“Quando o turismo queima a casa”: o turismo que não queremos . . .	71
“Quando o turismo esquentar a sopa”: o turismo que queremos . . .	73
ANÁLISE DA OFERTA TURÍSTICA POTENCIAL	75
CALENDÁRIO AGRÍCOLA E CERIMONIAL	93
CARTOGRAFIA DOS ATRATIVOS POTENCIAIS	95
QUESTÕES FUNDAMENTAIS PARA BALIZAR O DESENHO DE PROPOSTAS PARA O TURISMO RESPONSÁVEL NA AMPC UROK	97

PROPOSTA DE UM PROGRAMA DE TURISMO RESPONSÁVEL DA AMPC UROK	99
ANÁLISE DE CENÁRIOS	105
Cenário 1 – Ecoturismo e turismo científico.	107
Cenário 2 – Pesca desportiva responsável com controle comunitário	127
REGRAS GERAIS DE VISITAÇÃO TURÍSTICA NA AMPC UROK.	143
REGRAS ESPECÍFICAS PARA AS ATIVIDADES DE ECOTURISMO E TURISMO CIENTÍFICO	143
REGRAS ESPECÍFICAS PARA ATIVIDADES DE PESCA DESPORTIVA RESPONSÁVEL	145
AVALIAÇÃO INTEGRADA DOS CENÁRIOS.	147
Considerações do ponto de vista económico e social	147
Considerações do ponto de vista ambiental	149
RECOMENDAÇÕES PARA O MANEJO SUSTENTÁVEL DOS CENÁRIOS.	151
ROTEIRO PARA IMPLEMENTAÇÃO PROGRESSIVA	157
CENÁRIO DE ECOTURISMO E TURISMO CIENTÍFICO	157
CENÁRIO DE PESCA DESPORTIVA RESPONSÁVEL COM CONTROLE COMUNITÁRIO	159
ANÁLISE SWOT DO TURISMO NA AMPC UROK	161
CONSIDERAÇÕES FINAIS	163
BIBLIOGRAFIA	165
ANEXOS	167

Lista de figuras e quadros

FIGURAS

Figura 1: Evolução do IDH da Guiné Bissau – 2005 a 2015	33
Figura 2: Percurso metodológico do estudo	36
Figura 3: Mapa da área de estudo com a identificação das Ilhas Urok (círculo azul).	38
Figura 4: Exemplos de atividades realizadas junto das comunidades da AMPC Urok	69
Figura 5: Foto de um mangal da AMPC Urok.	76
Figura 6: Fotos dos bancos de areia e lodo da AMPC Urok.	77
Figura 7: Fotos das florestas da AMPC Urok	78
Figura 8: Fotos de praias da AMPC Urok	79
Figura 9: Fotos de espécies da fauna da AMPC Urok	81
Figura 10: Exemplos de espécies da avifauna com potencial interesse ecoturístico	82
Figura 11: Fotos de atividades tradicionais e manifestações culturais da AMPC Urok	85
Figura 12: Calendário agrícola e cerimonial das comunidades da AMPC	94
Figura 13: Principais pontos de interesse turístico identificados	95
Figura 14: Proposta de linhas de ação para eventual Programa de Turismo Responsável da AMPC UROK.	100
Figura 15: Modelo operacional do rodízio de trabalhadores	151
Figura 16: Proposta de modelo de financiamento de projetos comunitários com recursos advindos do turismo.	153
Figura 17: Proposta de indicadores para monitorização dos resultados do turismo na AMPC	154

QUADROS

Quadro 1: Principais problemas e desafios relacionados ao turismo costeiro desordenado	40
Quadro 2: Comparativo sobre oferta de serviços turísticos na África Ocidental	42
Quadro 3: Exemplos de roteiros na Guiné-Bissau comercializados por operadoras internacionais	43
Quadro 4: Top 5 de notícias no Google relacionadas ao turismo o na Guiné-Bissau utilizando-se da palavra-chave Guinea-Bissau Travel	44
Quadro 5: Desempenho do turismo internacional em países da África Ocidental.	44

Quadro 6: Princípios do turismo responsável discutidos à luz da AMPC Urok durante os encontros..	73
Quadro 7: Potencial uso turístico do mangal	76
Quadro 8: Potencial uso turístico dos bancos de areia e lodo	77
Quadro 9: Potencial uso turístico das florestas e savanas	78
Quadro 10: Potencial uso turístico de praias	79
Quadro 11: Potencial de uso turístico da fauna	81
Quadro 12: Espécies da avifauna da AMPC registradas no e-bird..	82
Quadro 13: Atividades culturais com potencial interesse turístico	83
Quadro 14: Atividades científicas com potencial interesse turístico	86
Quadro 15: Análise das estruturas e serviços existentes nas casas de passagem	87
Quadro 16: Análise das embarcações existentes	88
Quadro 17: Oferta de ensino nas ilhas de Urok	89
Quadro 18: Quadro técnico atuante no terreno	90
Quadro 19: Resumo da análise da oferta potencial em termos de atratividade	91
Quadro 20: Resumo da análise da oferta potencial (infraestrutura de apoio e serviços).	92
Quadro 21: Atribuições dos atores institucionais responsáveis pela operação e administração	101
Quadro 22: Eventuais decisões a serem tomadas e possíveis órgãos relacionados	102
Quadro 23: Competências e composição do CGU..	103
Quadro 24: Sugestão de programação para roteiro de fauna.	108
Quadro 25: Sugestão de programação para roteiro Natureza, Cultura e Conservação.	109
Quadro 26: Sugestão de programação para o Roteiro de Vivência em Bijagó.	110
Quadro 27: Soluções para serviços e hospedagem do cenário de Ecoturismo e Turismo Científico..	114
Quadro 28: Recursos humanos do Cenário de Ecoturismo e Turismo Científico..	116
Quadro 29: Atividades operacionais e funções envolvidas na etapa pré-visita..	116
Quadro 30: Atividades operacionais e funções envolvidas durante a visita..	117
Quadro 31: Atividades operacionais e funções envolvidas no pós-visita.	117

Quadro 32: Investimentos necessários para o Cenário Ecoturismo e Turismo Científico . . .	118
Quadro 33: Investimentos iniciais (mínimo e ideal) e Capital de Giro para o Cenário Ecoturismo e Turismo Científico.	119
Quadro 34: Custos e despesas para o Cenário Ecoturismo e Turismo Científico	120
Quadro 35: Informações sobre os roteiros do Cenário Ecoturismo e Turismo Científico . . .	120
Quadro 36: Premissas para projeções de demanda – perspectiva otimista.	121
Quadro 37: Projeções de demanda – Perspetiva otimista	121
Quadro 38: Projeções de demanda – Perspetiva realista	122
Quadro 39: Projeções de demanda – Perspetiva pessimista	122
Quadro 40: Preços estimados para os roteiros do Cenário de Ecoturismo e Turismo Científico na fase experimental (em XOF).	122
Quadro 41: Projeções de receitas para a perspectiva otimista	123
Quadro 42: Projeções de receitas para a perspectiva realista	123
Quadro 43: Projeções de receitas para a perspectiva pessimista	123
Quadro 44: Taxas propostas para o Cenário de Ecoturismo e Turismo Científico.	124
Quadro 45: Estimativa de contribuição económica para o Cenário de Ecoturismo e Turismo Científico num horizonte de 10 anos (em XOF).	125
Quadro 46: Fatores-chave e riscos do cenário de Ecoturismo e Turismo Científico	126
Quadro 47: Resumo do modelo de ordenamento participativo de pesca desportiva em Terras Indígenas	129
Quadro 48: Soluções relacionadas à infraestrutura do acampamento.	132
Quadro 49: Soluções relacionadas à hospedagem e alimentação	132
Quadro 50: Sugestão de programação para pescadores desportivos	133
Quadro 51: Sugestão de programação para ecoturistas	133
Quadro 52: Recursos humanos previstos para o Cenário de Pesca Desportiva	134
Quadro 53: Operação do acampamento (pré-visita)	135
Quadro 54: Operação do acampamento durante a visita	135
Quadro 55: Operação do acampamento (pós-visita)	135
Quadro 56: Resumo dos investimentos iniciais necessários para o Cenário de Pesca Desportiva Responsável	136

Quadro 57: Investimentos iniciais e Capital de Giro para o Cenário de Pesca Desportiva Responsável136
Quadro 58: Custos e despesas previstos para o Cenário de Pesca Desportiva Responsável137
Quadro 59: Estimativas de demanda do parceiro comercial137
Quadro 60: Premissas para projeções de demanda – perspectiva otimista.138
Quadro 61: Projeção de demanda da perspectiva otimista138
Quadro 62: Projeção de demanda da perspectiva realista138
Quadro 63: Projeção de demanda da perspectiva pessimista138
Quadro 64: Preço estimado para roteiros do acampamento (não incluem taxas)139
Quadro 65: Receitas estimadas – Perspetiva otimista139
Quadro 66: Receitas estimadas – Perspetiva realista.139
Quadro 67: Receitas estimadas – Perspetiva pessimista.139
Quadro 68: Taxas propostas para a atividade de Pesca Desportiva Responsável140
Quadro 69: Estimativa de contribuição económica para o Cenário de Pesca Desportiva num horizonte de 10 anos (em XOF).140
Quadro 70: Fatores-chave e riscos do cenário de Pesca Desportiva Responsável142
Quadro 71: Estimativa de contribuição económica total dos 2 cenários do estudo em 10 anos (em XOF).147
Quadro 72: Relação investimento x benefícios económicos gerados (em XOF).148
Quadro 73: Sugestão para avaliação periódica do modelo156
Quadro 74: Proposta de cronograma para implementação progressiva do Cenário de Ecoturismo e Turismo Científico158
Quadro 75: Proposta de cronograma para implementação progressiva do Cenário de Pesca Desportiva Responsável160
Quadro 76: Análise SWOT do Turismo na AMPC Urok161



RESUMO EXECUTIVO

Turismo costeiro na África Ocidental

O turismo na África Ocidental concentra-se, maioritariamente, nos ambientes costeiros ou insulares, que são frequentemente frágeis e sensíveis do ponto de vista socioambiental. Alguns países da sub-região adotaram modelos clássicos de turismo de massa que têm sido questionados enquanto alternativa de desenvolvimento por promoverem o acirramento de problemas sociais, forte especulação imobiliária, evasão económica, além de gerarem passivos ambientais não contabilizados.

O turismo na Guiné-Bissau

A Guiné-Bissau é um jovem país da África Ocidental, da sua autonomia aos dias atuais passaram-se apenas 45 anos. Após um período de instabilidade marcado por uma série de golpes de estado, a transição democrática pacífica, realizada em abril/maio de 2014, abriu uma janela de oportunidades para o país melhorar sua situação socioeconómica (UN report, 2015) e o turismo tem sido visualizado como um dos setores principais de desenvolvimento para a Guiné-Bissau. No entanto, este grande potencial não é refletido no atual nível de desenvolvimento que caracteriza o setor e a sua contribuição para a economia nacional e local é amplamente insignificante (Banco Mundial, 2018).

Dados de demanda turística evidenciam que a Guiné-Bissau se encontra fora da rota turística africana, posicionando-se em 189º lugar no mundo, em termos absolutos, no que diz respeito ao fluxo de visitantes internacionais. No ano de 2015, o turismo representou 2% do PIB do país. O segmento turístico maioritário é o da pesca desportiva com foco no mercado europeu, atividade que ocorre principalmente na região do Arquipélago dos Bijagós, principal destino turístico do país.

Entre os principais constrangimentos e desafios vivenciados pelo país no que se relaciona ao desenvolvimento do setor, podemos citar: a) instabilidade política, recessão económica e imagem negativa do país; b) qualidade das informações disponíveis e pouca estruturação da oferta turística; c) quadro legal e marco regulatório insuficientes; d) recursos institucionais escassos para planeamento, governação e controle; e) ausência de um plano diretor nacional de turismo; f) práticas insustentáveis de operadores locais; g) monitorização deficiente do turismo; h) ausência de uma estratégia de marketing para o país; entre outros.

Embora os desafios sejam vários, o estado embrionário do setor apresenta, todavia, uma janela de oportunidade para o desenvolvimento do turismo responsável com foco na natureza e na cultura, com a possibilidade da Guiné-Bissau se diferenciar dos países vizinhos da sub-região. São vários os relatórios de agências de fomento que refor-

çam a narrativa de que a riqueza do capital natural e cultural do país apresenta forte vantagem comparativa, altamente propícia para a atividade do turismo.

As principais potencialidades são: i) altos níveis de biodiversidade e paisagens exuberantes; ii) extenso sistema de Áreas Protegidas cobrindo 26% do país; iii) diversidade étnica e cultural marcantes; iv) posicionamento geográfico estratégico (a apenas 4 horas de voo da Europa); v) país seguro para visitantes, com baixos índices de criminalidade; entre outros.

Ainda que não exista um plano diretor nacional que oriente o desenvolvimento do turismo de forma integrada com os distintos setores do país, há que se reconhecer os esforços recentes por meio da elaboração da Estratégia Nacional de Ecoturismo e da Carta da Política Nacional de Ecoturismo.

O turismo no Arquipélago de Bijagós

Principal destino turístico da pouco visitada Guiné-Bissau, o Arquipélago de Bijagós tem sua imagem ligada ao isolamento e à diversidade e integridade do seu ambiente natural e cultural. Com 88 ilhas e ilhéus classificados como Reserva da Biosfera, muitas são inabitadas devido à sua natureza sagrada para o povo Bijagó. É um Arquipélago dotado de uma biodiversidade destacável e de uma riqueza étnico-cultural excecional, fatores que outorgam à região um potencial significativo para o desenvolvimento do ecoturismo.

Apesar de todo este potencial, os níveis de visitação ao Arquipélago são bastante baixos. O segmento maioritário na região é o da pesca desportiva, empreendida por estrangeiros. São vários os empreendimentos que se concentram, sobretudo, nas Ilhas de Rubane e Bubaque. O segundo principal público é o de fins de semana, formado por residentes de Bissau, nomeadamente guineenses de maior poder aquisitivo e por cooperantes que trabalham e vivem temporariamente no país.

As duas AMPs do Arquipélago que permitem o turismo em seu território recebem pescadores desportivos e ecoturistas interessados na observação de fauna e na cultura Bijagó. O Parque Nacional de Orango tem como principal atração os hipopótamos marinhos, além de roteiros culturais nas tabancas; ao passo que no Parque Nacional João Vieira e Poilão o chamariz é a desova de tartarugas marinhas, a presença de aves aquáticas e a possibilidade de se avistar o raro papagaio cinzento de Timeh. Apesar dos esforços do IBAP para a divulgação das Áreas Protegidas para o Ecoturismo nos últimos anos, os níveis de visitação às AMPs do arquipélago são pouco expressivos. Dentre os empreendimentos, o Orango Parque Hotel é o que se destaca em seguir os princípios do ecoturismo, apesar de ainda encontrar desafios financeiros para se manter de forma autónoma.

Mesmo com baixo fluxo de visitantes, o Arquipélago já vivência efeitos adversos em razão do frágil ordenamento e da insuficiente governança e controle do turismo no território. Nas ilhas onde a atividade acontece de forma mais intensiva, problemas típicos do turismo desordenado, tais como roubo, mendicidade, prostituição, tráfico de drogas, etc., têm ocorrido. O estudo elaborado por Polet et al (2011) elenca uma série de impactos gerados pelo turismo desordenado no Arquipélago, de entre os principais: 1) pressão fundiária que enfraquece a soberania dos autóctones sobre o território, ameaçando áreas com função produtiva ou sagrada para as populações Bi-

jagós; 2) inúmeros conflitos no seio das comunidades e, também, entre habitantes e operadores; 3) a falta de mão-de-obra local na gestão da atividade turística; 4) empregos diretos pouco numerosos e precários; 5) retornos económicos indiretos limitados; 6) perda de coesão social; 7) estímulos à folclorização para atender a demanda dos visitantes por “autenticidade”; 8) gestão inadequada do lixo; 9) enfraquecimento das regras comunitárias de gestão dos recursos naturais, entre outros.

Considerando que a atividade se encontra ainda em estágio inicial no Arquipélago, medidas eficientes de planeamento, ordenamento e controle que orientem o desenvolvimento responsável do turismo precisam de ser implementadas urgentemente a fim de garantir a sustentabilidade desse singular território. Igualmente, torna-se necessário incrementar a participação das comunidades no desenvolvimento do turismo, envolvendo-as nos processos de tomada de decisão, na gestão da atividade e na repartição dos benefícios gerados, caso contrário, corre-se o risco de se perpetuar um modelo de turismo concentrador, promotor de desigualdades e impactos socioambientais.

A AMPC Urok

No setor norte do Arquipélago de Bijagós localizam-se as Ilhas Urok. Região com vasta riqueza biológica e sociocultural, recebeu, em 2005, novo status de conservação com a criação da Área Marinha Protegida Comunitária (AMPC), que visou apoiar as populações locais a orientar o sistema de gestão tradicional de Bijagó para formas de governação capazes de responder aos desafios da modernidade e às aspirações ao desenvolvimento, garantindo a preservação da matriz cultural e identitária local e a manutenção da riqueza do ecossistema (IMVF, 2011). O estabelecimento da AMPC Urok foi um marco para o Sistema Nacional de Áreas Protegidas da Guiné-Bissau, inaugurando a primeira Área Protegida Marinha Comunitária do país.

A etnia Bijagó da AMPC Urok tem a sociedade organizada em classes de idades, em que os elementos de uma classe etária têm obrigações para com os da classe etária superior. Há mitos, valores, normas e interdições controladas pelo Conselho dos Anciãos que regulam o acesso aos espaços e seus respetivos recursos, impedindo a sua degradação e assegurando a manutenção do rico património natural das ilhas de Urok e do arquipélago dos Bijagós (Oliveira, S. et al, 2009).

O processo de gestão comunitária das Ilhas Urok busca promover o desenvolvimento sustentável da AMPC e a apropriação pelas comunidades locais da gestão do seu território. Para isso, a Área Protegida possui uma estrutura complexa de governação e gestão participativa onde têm assento os representantes da população, os parceiros de desenvolvimento e representantes de instituições do estado de forma a propiciar a plena participação.

As mudanças em curso no território da AMPC Urok, nomeadamente o avanço da monetarização da economia, o êxodo dos jovens, as mudanças nas relações sociais, a pressão que o desenvolvimento das demais ilhas exerce sobre as expectativas e demandas da comunidade, precisam de ser objeto de diálogo e busca de soluções, por mais complexas que possam parecer. Neste contexto, busca-se alavancar um processo sustentável de desenvolvimento que dinamize os sistemas produtivos e a economia local, reforce o acesso a serviços sociais de base e contribua para a operacionalidade das estruturas de gestão comunitária da AMPC.

Sob essa ótica o turismo responsável está a ser avaliado como uma estratégia de uso sustentável dos recursos da sociobiodiversidade da AMPC Urok, preocupando-se com a participação dos atores locais na construção de um modelo de turismo que possa ser compatível com os objetivos de conservação e desenvolvimento sustentável da Área Protegida em questão.

Diagnóstico para Avaliação do Potencial Turístico

O contexto de turismo desordenado em muitas áreas do arquipélago e o risco potencial de reprodução desses efeitos negativos no território Urok - além de experiências in-loco mal sucedidas detalhadas neste estudo - contribuíram para sustentar, de forma compreensível, o argumento de interdição da atividade na AMPC até aos dias atuais.

O presente estudo procurou ouvir diferentes integrantes do território da AMPC Urok acerca das expectativas e pontos de vista relacionados ao turismo, possibilitando mapear os potenciais efeitos positivos e negativos aos olhos dos residentes. Para isso, foram realizadas visitas às comunidades, diálogo com moradores e lideranças locais, grupos focais com o Comitê de Gestão da AMPC e com grupo de jovens de 9 tabancas, além da realização de uma oficina participativa na Ilha de Formosa com representantes das 3 ilhas.

Embora o turismo seja interdito na AMPC e a maior parte das pessoas nunca tenha tido contacto efetivo com a atividade, há um bom entendimento - em linhas gerais - acerca de parte dos problemas que o turismo desordenado traz. Isto acontece devido à proximidade com regiões do arquipélago onde o turismo teve desdobramentos bastante negativos. De entre os principais efeitos adversos levantados pela população, pode-se citar: a) preocupação com os jovens (drogas, prostituição e violência); b) desrespeito aos sítios e espaços sagrados; c) fotografias sem permissão; d) venda de terras; e) desrespeito às regras; f) lixo e poluição; g) conflitos e intrigas no seio das tabancas e entre tabancas; h) fluxo descontrolado de visitantes e embarcações, entre outros.

Foi possível perceber ao longo dos diversos encontros que existe um interesse local pelo desenvolvimento da atividade, desde que de forma respeitosa com o seu território e de acordo com regras muito bem definidas. Um dos integrantes do Comitê de



Gestão de Urok sintetizou as suas expectativas no que diz respeito às condições para o desenvolvimento de turismo no território “a AMPC é um exemplo e queremos um turismo exemplar”, ou seja, se a AMPC se destaca no país pelo trabalho de conservação e de gestão participativa implementado, o turismo necessariamente deve seguir esse modelo e servir de exemplo de boas práticas a outras iniciativas.

Dentre as condições para o desenvolvimento do turismo no território discutidas nas oficinas, pode-se citar: 1) turismo com regras, normas e controle; 2) turismo com protagonismo dos atores locais; 3) turismo que valoriza a comunidade; 4) turismo que se preocupa com o meio ambiente; 5) turismo que gera renda e não causa dependência; 6) turismo que distribui os recursos de forma equilibrada e transparente; 6) turismo que contribui para melhorar a infraestrutura; 7) turismo que fortalece a união entre as pessoas e tabancas; 8) turismo com parcerias saudáveis; 9) turismo que ajuda a financiar a Área Protegida e ajuda a sensibilizar a sociedade sobre as questões da AMPC Urok.

A análise das áreas de potencial uso turístico mostrou que a AMPC Urok, em termos de disponibilidade de atrativos, possui uma oferta potencialmente interessante e diversificada, que abre possibilidades para atividades/roteiros variados, combinando elementos naturais, culturais e científicos. O quadro abaixo sintetiza as atividades principais e complementares possíveis de acordo com o perfil motivacional do visitante potencial.

Tipo de atrativo	Motivação/orientação do visitante potencial	Atividades principais	Atividades complementares	Segmentos de mercado
Natural	Observação de vida selvagem	Passeios de barco ou de canoa nos bancos de lodo e mangais para observação de aves/ fotografia de vida selvagem Trilhos nos ambientes terrestres para observação de aves/ fotografia de vida selvagem Palestras sobre ecologia e sobre a AMPC	Visita a museu etnográfico Apresentações culturais	Ecoturismo especializado (birdwatching, wildlife photography)
	Pesca	Pesca desportiva sustentável (No Kill) com controle comunitário	Perfil muito especialista, necessário investigar se teriam interesse em outras atividades	Pesca desportiva
Natural/cultural	Contemplação e informação	Passeios de barco e de canoa, trilhos, banho na praia, visita a ilhas, visita à tabanca, rodas de conversa, apresentações culturais	Visita a museu etnográfico	Ecoturismo
Natural/cultural	Aventura	Passeios de bicicleta, canoa, trilhos de longa distância, acampamento na mata, participação em atividades tradicionais que requeiram certas habilidades físicas	Visita à tabanca, rodas de conversa, apresentações culturais, visita a museu etnográfico	Ecoturismo
Cultural/natural	Vivência/interação	Participação em atividades do cotidiano da tabanca e em atividades produtivas/culturais, rodas de história, passeios no mangal e na floresta, etc.	Banho na praia, visita a museu etnográfico, palestras sobre a AMPC	Turismo de base comunitária / Turismo vivencial
Científico/natural/cultural	Ciência / Conservação/ Informação	Participação ativa em pesquisas (contagem, anilhagem de aves, contagem de conchas, etc.) Palestras sobre ecologia e sobre a AMPC	Visita à tabanca, rodas de conversa, apresentações culturais, visita a museu etnográfico	Turismo científico

No que diz respeito à infraestrutura básica e de apoio, equipamentos, recursos humanos, etc.; existe uma boa capacidade instalada na Ilha de Formosa, que com algumas melhorias, tem potencial de iniciar uma operação turística em caráter experimental. O quadro abaixo sintetiza as principais informações¹ relacionadas a estes elementos da oferta.

Elemento	Condições gerais
Acesso	Relativamente fácil a partir de Bissau. Recomendável somente de outubro a junho. Deslocamento condicionado à oscilação das marés, o que requer bom planeamento e marinheiro competente.
Logística	No caso de uma operação de turismo futura, o planeamento logístico-operacional será fundamental para manter os custos sob controle, assim como garantir as condições apropriadas de segurança e conforto aos visitantes. Alguns operadores do arquipélago utilizam o porto de Biombo o invés de Bissau, avaliar custo-benefício. Existem 2 pontos rústicos para embarque e desembarque em Formosa. Em termos de segurança, são inadequados para o turismo.
Embarcações	A embarcação utilizada para o trecho Bissau-Urok comporta somente 6 passageiros (+ tripulantes). Em termos de conforto, não é ideal (falta cobertura), talvez seja apropriada para uma fase teste da atividade. Avaliar o custo-benefício de se fretar o transporte Bissau-Urok-Bissau, o que eximiria a operação de turismo da AMPC dos custos de manutenção e depreciação relativos à embarcação.
Casas de passagem	Em Formosa há boa capacidade de acomodação (16 pax). Bom potencial para servir de alojamento a turistas, desde que alguns ajustes e investimentos em melhorias na infraestrutura e equipamentos sejam realizados (ver secção investimentos). Igualmente necessário investir em qualificação dos trabalhadores, apesar de já haver serviços disponíveis em condições razoáveis.
Equipamentos de apoio ao turismo	Para passeios, numa fase experimental, existem pirogas motorizadas com capacidade para 15 pax. Há somente uma canoa canadense disponível. Interessante aquisição de algumas bicicletas. A moto com carroceria é um bom meio de apoio ao transporte, tanto de bagagens quanto de passageiros. São necessários kits de primeiros socorros, mochilas e outros materiais e equipamentos para passeio.
Saúde	Centro de saúde para atendimentos básicos, necessidade de evacuação a Bubaque ou Bissau em casos mais graves. Para picada cobras, antidoto com curandeiros da tabanca.
Comunicação	Bom sinal de telefonia móvel e internet.
Principais riscos e questões de segurança	Animais peçonhentos, paludismo, tempestades, acidentes menores. Importante plano de contingência e embarcação de evacuação rápida.
Instalações culturais e de apoio à produção	Museu etnográfico com bom potencial. Importante investir em um planeamento interpretativo. Casa de Ambiente e Cultura onde havia grupos de teatro e dança e festivais culturais. Turismo responsável pode financiar festivais culturais. Casa de beneficiamento e venda de produtos locais, potencial de expansão de atividades e sinergia com turismo.
Recursos humanos	Em Formosa existem pessoas minimamente qualificadas para serviços de hospedagem, alimentação, transporte, limpeza e manutenção. Lacunas de capacitação em idiomas, guiagem, técnicas de administração e gestão, primeiros socorros, informática, entre outros.
Calendário agrícola e cerimonial	Atividades variadas e intensas, que coincidem com o calendário turístico do arquipélago. Planeamento cuidadoso é necessário para não causar perturbações à dinâmica social local.

Com base na avaliação do diagnóstico, foram elencados 20 pontos importantes a serem considerados no momento do desenho das propostas de turismo responsável para a AMPC Urok.

1. Lições aprendidas em Bubaque, Rubane e outras regiões do arquipélago no que diz respeito ao turismo desordenado e predatório, garantindo que processos similares não ameacem a AMPC;
2. Respeito à Convenção 169 da OIT - que determina o direito dos povos tradicionais à consulta e consentimento de qualquer projeto que se pretenda desenvolver nos

¹ A análise da estrutura de apoio ao turismo concentrou-se, sobretudo, na ilha de Formosa, tabanca de Abu, onde localiza-se a sede da AMPC Urok.

- limites do seu território – e ir além: envolvê-los na reflexão, debate e construção coletiva de propostas;
3. Pensar o turismo sob a ótica da participação e protagonismo das comunidades, em consonância com a história da APMC e com a natureza do seu modelo de gestão participativa;
 4. Respeito aos sítios sagrados e às atividades culturais que as comunidades definirem como interditos para os visitantes;
 5. Impedir a comercialização de áreas de interesse turístico para agentes externos, garantindo a propriedade da terra às comunidades e a soberania sobre seu território;
 6. Pensar o turismo como uma ferramenta responsável de valorização cultural da etnia Bijagó, sem estímulos à folclorização;
 7. Pensar o turismo levando em conta o calendário agrícola e cerimonial com a preocupação de interferir o mínimo na dinâmica local;
 8. Garantir o envolvimento das mulheres e dos jovens na atividade, de forma a fortalecer o seu papel;
 9. Garantir que o turismo seja uma alternativa económica de carácter complementar, sem gerar dependência económica das famílias envolvidas;
 10. Desenhar o turismo potencializando arranjos produtivos com outras atividades de forma a contribuir para a dinamização da economia local;
 11. Pensar num modelo que gere uma distribuição equitativa e transparente de benefícios económicos;
 12. Pensar a atividade numa escala reduzida, com a preocupação de garantir o controle de impactos socioambientais;
 13. Garantir que o turismo seja uma ferramenta de contribuição para a conservação da AMPC;
 14. Garantir que a atividade destine recursos económicos que contribuam para financiar o sistema de fiscalização da AMPC;
 15. Definição de normas e regras com base nas discussões com as comunidades e atores envolvidos;
 16. Estabelecimento de um sistema de zoneamento que garanta o ordenamento da atividade e a salvaguarda dos recursos naturais e culturais;
 17. Definição de um sistema de governação e controle para a atividade que se encaixe ao modelo criado na AMPC;
 18. Pensar a atividade de forma a fortalecer os objetivos específicos do Plano de Gestão e em respeito à legislação vigente;
 19. No caso de parcerias com agentes externos, garantir a governança e o controle da AMPC, estabelecendo contrato de prestação de serviços e avaliando periodicamente o andamento do acordo.
 20. Pensar a atividade de forma experimental e sob a ótica de um sítio demonstrativo de boas práticas.

Programa de turismo responsável da AMPC Urok

Antes da construção de cenários, propõe-se um esboço conceitual de um Programa para a atividade de Turismo Responsável que seja alinhado aos demais Programas vigentes na AMPC e sob o qual propostas de turismo devem encaixar-se.

O Programa de Turismo Responsável visualizado para a AMPC Urok integra uma estratégia de uso sustentável dos recursos da sociobiodiversidade da Área protegida que, por meio da visitação e da oferta de serviços turísticos sustentáveis, busca promover a dinamização da economia local, o empoderamento das comunidades na gestão territorial, a conservação dos recursos naturais e a valorização da AMPC e da cultura Bijagó.

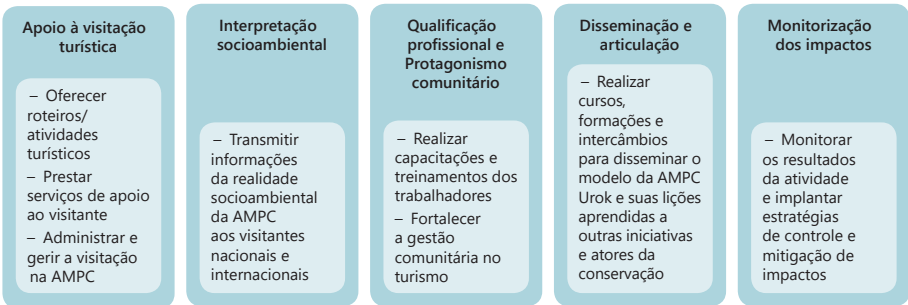
Os objetivos específicos do programa são:

1. Contribuir para a conservação dos recursos naturais da AMPC Urok;
2. Gerar e distribuir de forma equitativa benefícios socioeconómicos para as populações da AMPC Urok;
3. Contribuir para o fortalecimento e valorização cultural da etnia Bijagó;
4. Contribuir para o autofinanciamento e a captação de recursos para a AMPC Urok;
5. Divulgar os trabalhos desenvolvidos na AMPC Urok e arregimentar apoio social e político ao modelo da AMPC Urok.

As principais linhas de ação são:

» Atores envolvidos

Na operação e administração



Sugere-se um sistema partilhado de operação e administração da atividade², em que dois atores institucionais terão atuação central, a saber:

Coletivo de Turismo de UROK: provenientes de distintas tabancas da AMPC, os trabalhadores envolvidos diretamente na operação e administração da atividade farão parte de um coletivo organizado, que neste estudo será chamado de **“Coletivo de Turismo**

² Eventualmente, o IBAP poderá envolver-se, por meio de parcerias, em atividades operacionais, sobretudo quando promover expedições científicas que possam ter sinergia com roteiros de turismo científico.

de UROK". Além dos prestadores de serviço aptos a trabalhar, o grupo engloba também produtores locais que fornecem insumos ao turismo (agricultores, pescadores, artesãos, artistas, etc.). O coletivo atuará nos moldes de uma associação.

Tiniguena: recomenda-se o envolvimento da Tiniguena na operação e administração pelo histórico de participação na construção do modelo da AMPC, pela presença que possui no terreno como um ator importante na gestão participativa da área protegida, pela administração das casas de passagem e pela experiência operacional acumulada. Atuará como chefe da orquestra.

Na governança e no controle

A atividade de turismo responsável na AMPC Urok deve encaixar-se ao Sistema de Gestão e Governança vigente, possibilitando que o turismo seja discutido, planejado, acompanhado e avaliado com a participação do universo de atores envolvidos com a Área Protegida. Cada órgão de governação da AMPC Urok possui uma composição diversa e representativa e uma frequência determinada de reuniões e encontros. Nesse sentido, faz-se necessário identificar a natureza da decisão relacionada ao turismo a ser tomada e sua respetiva instância competente (para detalhes consultar quadro 22). Como a atividade de turismo demandará que algumas questões sejam tratadas com maior urgência, será fundamental que um órgão a acompanhe de forma mais próxima. Assim, o Comité de Gestão de Urok - órgão executivo do sistema e principal instância de decisão entre duas Assembleias Gerais - funcionará **como instância de governação e controle principal do Turismo**.

Desenho e avaliação de cenários

Com base nas informações coletadas foram elaborados e avaliados 2 cenários para o turismo responsável na AMPC Urok, nomeadamente: 1) Ecoturismo e Turismo Científico e 2) Pesca Desportiva Responsável com Controle Comunitário.

Para cada cenário foi elaborado um plano de negócios simplificado com roteiros e atividades possíveis, soluções para serviços, perfil da demanda, operação, investimentos necessários, recursos humanos, custos e despesas, determinação de preços, estimativa de demanda e receitas, avaliação económico-financeira, fatores-chave e riscos.

Os cenários foram desenhados buscando maximizar a geração e distribuição de benefícios económicos em escala local, para isso foram propostas algumas estratégias, dentre elas o sistema de rodízio de trabalhadores.

Para cada cenário foi proposta a cobrança de duas taxas de entrada adicionais – além da taxa cobrada pelo IBAP em outras AMPs - a serem destinadas para o sistema de fiscalização da AMPC e para um fundo de apoio a projetos culturais. A razão dessa cobrança reside no facto de o ecoturismo fazer uso dos serviços ecossistémicos da paisagem e deve contribuir para a preservação dos patrimônios natural e cultural, os quais constituem a base da oferta da atividade.

Na secção de análise económico-financeira foi estimado o impacto económico possível para cada cenário de acordo com 3 perspetivas de demanda distintas (otimista, realista e pessimista).

CENÁRIO DE ECOTURISMO E TURISMO CIENTÍFICO

Ponto principal (base): Ilha de Formosa (principal), tabanca de Abu.

Pontos complementares: As demais ilhas da AMPC Urok

Estrutura de hospedagem: Casas de passagem de Abu

» Produtos

Tipo de roteiro/atividade	Objetivos
Roteiro de fauna de Urok (foco em aves migradoras)	Percorrer diferentes ambientes da AMPC Urok, especialmente os costeiros, para observação e fotografia da fauna, com foco na incrível concentração de aves migradoras. Interpretação ambiental e explicações sobre o contexto da AMPC Urok.
Roteiro natureza, cultura e conservação em Urok	Contemplar as paisagens, conhecer a cultura Bijagó e a história de conservação da AMPC Urok percorrendo diferentes ambientes e realizando atividades variadas. Interpretação socioambiental e explicações sobre o contexto da AMPC Urok
Roteiro vivência Bijagó	Possibilitar ao visitante conhecer e vivenciar o modo de vida da cultura Bijagó, sua relação com o território e a natureza, participando de atividades típicas do cotidiano da tabanca e realizando passeios complementares no ambiente natural.
Roteiro para participação em pesquisas ecológicas na AMPC Urok	Fornecer a oportunidade de participação do visitante em atividades de pesquisas ecológicas desenvolvidas pela equipe do IBAP (ou outras instituições científicas) em ambientes da AMPC Urok, especialmente os costeiros (bancos de lama e areia, sobretudo). Possibilidade de combinar com atividades ecoturísticas complementares, com interpretação ambiental e explicações sobre o contexto da AMPC Urok.
Eventos de disseminação e partilha de experiências	Promover cursos/workshops/intercâmbios voltados à disseminação do modelo de gestão participativa da AMPC Urok, compartilhando suas lições aprendidas com profissionais da conservação. Possibilidade de combinar com atividades ecoturísticas complementares.
Festivais culturais de Urok	Realizar eventos culturais sobre a cultura Bijagó com a finalidade de contribuir para a valorização artística e cultural da etnia, envolvendo as distintas gerações, sobretudo a juventude.

» Demanda (público-alvo)

Origem: *Etapas experimental (anos 1 e 2):* 1) Cooperantes, expatriados que trabalham e vivem em Bissau e buscam atividades de lazer durante os fins de semana; 2) Ecoturistas hospedados no Orango Parque Hotel por meio de possível parceria entre o empreendimento e a AMPC Urok (principalmente para roteiro vivência Bijagó); 3) Pesquisadores, acadêmicos, estudantes, profissionais ligados às temáticas de áreas protegidas, conservação, ecovoluntários, etc.

Etapas de consolidação (a partir do ano 3): Além dos públicos mencionados na fase experimental, há possibilidades de se estabelecer parcerias com operadoras estrangeiras (França, Inglaterra, Espanha, Senegal, etc.).

Perfil e interesses: espectro amplo, com interesse por aspectos naturais e culturais, muitos com perfil técnico e interesse em fauna. Possuem bom nível de consciência socioambiental e muitos interessam-se em colaborar com projetos de desenvolvimento comunitário. Interessam-se também por atividades contemplativas e de descanso.

» **Investimentos**

Para a implantação desse Cenário sugere-se o montante de investimentos de acordo com o quadro abaixo.

Cenários	Mínimo (EUR)	Ideal (EUR)
Investimentos Iniciais	Aprox. 43.000	Aprox. 66.000
Capital de Giro	Aprox. 2.000	Aprox. 2.000
Investimentos Totais:	Aprox. 45.000	Aprox. 68.000

» **Avaliação económica**

A análise económico-financeira indicou que uma eventual operação de ecoturismo e turismo científico na Ilha de Formosa tem um bom potencial de geração de recursos económicos diretos e indiretos em escala local. O quadro abaixo indica os valores projetados para o período de 10 anos.

Indicadores	Perspetivas de demanda		
	Otimista	Realista	Pessimista
Excedentes financeiros ³	102.780.104	56.405.788	12.817.406
Benefícios económicos diretos ⁴ às comunidades	44.929.854	35.722.390	26.514.927
Produtos sociobiodiversidade	6.181.344	4.636.008	3.090.672
Taxa IBAP	4.120.896	3.090.672	2.060.448
Taxa de apoio à Fiscalização	10.302.240	7.726.680	5.151.120
Fundo de apoio a projetos culturais	6.181.344	4.636.008	3.090.672
Total	174.495.782	112.217.546	52.725.245

» **Roteiro para implementação progressiva do cenário**

ETAPA 1: Pré-operacional

Duração: fevereiro a dezembro de 2019

Objetivo: discutir e aprimorar o desenho da proposta junto às comunidades e aos órgãos de governação e gestão da AMPC; criar o Coletivo de Turismo de Urok, contratar recursos humanos; iniciar capacitação, realizar adequações básicas na infraestrutura e montar roteiros experimentais.

Funções e responsabilidades: Tiniguena será o ator institucional responsável por conduzir esta etapa.

³ Receitas líquidas anuais menos os custos fixos e operacionais do ano.
⁴ Prestação de serviços, produtos da agricultura e pescados.

ETAPA 2: Fase experimental

Duração: janeiro de 2020 a dezembro de 2021

Objetivo: implantar gradualmente a atividade; testar a operação e o modelo de governança e gestão; avaliar os resultados junto às instâncias de governação; fortalecer a organização comunitária, etc.

Funções e responsabilidades: Tiniguena e Coletivo de Turismo de Urok serão os atores institucionais responsáveis.

ETAPA 3: Fase de consolidação

Duração: janeiro de 2021 a dezembro de 2029

Objetivo: consolidar os roteiros de Ecoturismo e Turismo Científico; aprimorar o sistema de monitorização e distribuição de benefícios; amadurecer a gestão participativa e o modelo de negócios; avaliar resultados da atividade a longo prazo.

Funções e responsabilidades: Tiniguena e Coletivo de Turismo de Urok serão os atores institucionais responsáveis.

CENÁRIO DE PESCA DESPORTIVA COM CONTROLE COMUNITÁRIO

» Objetivos do projeto piloto

- Avaliar a possibilidade de um acampamento sazonal (e móvel) gerido e controlado pelas comunidades da AMPC Urok, permitindo assim oferecer atividades de pesca desportiva responsável, na modalidade No Kill, em parceria exclusiva com operador turístico da Ilha de Keré mediante contrato temporário, com uma comissão de avaliação reunindo-se periodicamente para avaliar o modelo.
- Esboçar um modelo que assegure o mínimo impacto da atividade, com regras definidas, proposta de zonagem, sistema de governança, fiscalização e controle, além de garantir a distribuição de benefícios económicos.
- Gerar subsídios para a discussão de um modelo sustentável de pesca desportiva com controle comunitário, de forma a servir como um sítio demonstrativo de boas práticas no arquipélago, estimulando o ordenamento da atividade noutras localidades.

Local: Ilha de Nago, Zona 2, local a ser definido.

Propriedade: AMPC Urok

Gestão: Coletivo de Turismo Urok

Parceria comercial potencial: Hotel Ilha de Keré, que se localiza a aproximadamente 30/40 minutos da Ilha de Nago.

» Demanda (público-alvo)

Origem: pescadores e familiares que se hospedam no hotel Ilha de Keré durante a temporada de pesca desportiva, de setembro a maio para público estrangeiro e no mês de junho para residentes de Bissau. A ocupação maior ocorre nos meses de novembro e dezembro.

Perfil e interesses: o pescador desportivo é especialista, interessa-se somente por pesca. Entretanto, cada vez mais pescadores do hotel têm trazido a família. Os familiares realizam atividades de ecoturismo, do tipo: observação de animais, visita à tabanca, ao arroz de pampam, coleta de conchas, etc.

» Condições para implantação do projeto piloto:

- A pesca desportiva deve estar condicionada à utilização do acampamento de base comunitária (com pernoite);
- A pesca desportiva é exclusiva do operador parceiro mediante condições determinadas em contrato;
- Contrato firmado entre AMPC Urok e o operador parceiro, com acompanhamento dos órgãos de governação da AMPC Urok;
- Atividade deve garantir recursos para o sistema de fiscalização da AMPC Urok mediante pagamento de taxa por pescador;
- Monitorização e fiscalização contínuos da atividade e da área destinada para tal ao longo de toda a temporada;
- Garantir fiscalização da área nos meses em que a atividade não ocorre;
- Plano de repartição de benefícios que funcione num sistema de cotas para contemplar, da menor para a maior parte: as famílias envolvidas, as tabancas da Ilha de Nago e o coletivo das comunidades da AMPC Urok.

» Investimentos

O quadro abaixo indica os investimentos estimados para a implementação do acampamento e viabilização do cenário.

Cenários	Investimentos
Investimentos Iniciais	Aprox. 20.000 €
Capital de Giro	Aprox. 1.900 €
Total:	Aprox. 21.900 €

» Avaliação económica

A análise económico-financeira indicou que uma eventual operação de um acampamento de pesca desportiva com base comunitária na Ilha de Nago tem um bom potencial de geração de recursos económicos diretos e indiretos em escala local. O quadro abaixo indica os valores projetados para o período de 10 anos.

Indicadores	Perspetiva de Demanda		
	Otimista	Realista	Pessimista
Excedentes financeiros ⁵	54.617.120	34.183.260	13.749.401
Benefícios económicos diretos ⁶ às comunidades	47.611.541	41.779.814	35.948.087
Produtos sociobiodiversidade	5.411.250	4.058.438	2.705.625
Taxa IBAP	12.857.500	9.643.125	6.428.750
Taxa de apoio à Fiscalização	14.800.000	11.100.000	7.400.000
Fundo de apoio a projetos culturais	1.942.500	1.456.875	971.250
Total	137.239.911	102.221.512	67.203.113

» Roteiro para implementação progressiva do cenário

ETAPA 1: Pré-operacional

Duração: fevereiro de 2019 a setembro de 2020

Objetivo: discutir e aprimorar o desenho da proposta junto às comunidades e aos órgãos de governação e gestão da AMPC; discutir modelo de parceria com o operador; elaborar contrato; formalizar parceria; capacitar trabalhadores; comprar material e equipamentos; planejar a logística; instalar acampamento; etc.

Funções e responsabilidades: Tiniguena e Coletivo de Turismo de Urok serão os atores institucionais responsáveis.

ETAPA 2: FASE EXPERIMENTAL

Duração: outubro de 2020 a setembro de 2022

Objetivo: implantar gradualmente a atividade; testar a operação; avaliar os resultados da parceria junto às instâncias de governação; fortalecer a organização comunitária; testar sistema de monitorização e fiscalização; etc.

Funções e responsabilidades: Tiniguena e Coletivo de Turismo de Urok serão os atores institucionais responsáveis.

ETAPA 3: FASE DE CONSOLIDAÇÃO

Duração: janeiro de 2021 a dezembro de 2029

Objetivo: consolidar o modelo de parceria para a pesca desportiva responsável; aprimorar o sistema de monitorização, fiscalização e distribuição de benefícios; amadurecer a gestão participativa e o modelo de negócios; avaliar resultados da atividade no longo prazo.

Funções e responsabilidades: Tiniguena e Coletivo de Turismo de Urok serão os atores institucionais responsáveis.

⁵ Receitas líquidas anuais menos os custos fixos e operacionais do ano.

⁶ Prestação de serviços, produtos da agricultura e pescados, produtos da sociobiodiversidade.

Avaliação integrada dos cenários

Os dois cenários propostos e analisados indicam que em termos de contribuição económica em escala local, existe um potencial interessante de envolver um grande número de atores beneficiados e fomentar uma dinamização importante à economia das famílias. Os dados demonstram um interessante efeito multiplicador da atividade e como o turismo pode dar uma parcela de contribuição para o financiamento de outras atividades importantes da AMPC, tais como a fiscalização, gerando benefícios diretos para a conservação. O quadro abaixo traz os resultados de estimativa total de contribuição económica dos 2 cenários num horizonte temporal de 10 anos.

Indicadores	Perspetivas de demanda		
	Otimista	Realista	Pessimista
Excedentes financeiros ⁷	157.397.224	90.589.048	26.566.807
Benefícios económicos diretos ⁸ às comunidades	92.541.395	77.502.204	62.463.014
Produtos sociobiodiversidade	11.592.594	8.694.446	5.796.297
Taxa IBAP	16.978.396	12.733.797	8.489.198
Taxa de apoio à Fiscalização	25.102.240	18.826.680	12.551.120
Fundo de apoio a projetos culturais	8.123.844	6.092.883	4.061.922
Total	311.735.693	214.439.058	119.928.358

Do ponto de vista de um projeto de desenvolvimento socioeconómico, os resultados indicam tratar-se de um investimento socialmente interessante. **Para cada 1 € (Euro) de investimento previsto para a atividade, há um potencial de retorno económico à escala local de aproximadamente 3,6 €** ao longo de 10 anos. Tal resultado mostra-se interessante para agências de fomento que estejam em busca de apoiar iniciativas de desenvolvimento socioeconómico no país.

Como estratégia de minimização de impactos sociais, o rodízio de trabalhadores proposto tem a finalidade de distribuir melhor a renda oriunda da atividade e diminuir a dependência destas pessoas em relação ao turismo. A equidade de acesso aos benefícios do turismo deve ser promovida, caso contrário, posicionamentos antagónicos poderão surgir.

O Coletivo de Turismo proposto tem a finalidade de fortalecer a organização e colocar a comunidade no centro do processo de desenvolvimento do turismo. O modelo de governança e controle do turismo em Urok será naturalmente complexo. Nesse sentido, será fundamental o tempo, a avaliação e os ajustes periódicos a fim de aprimorá-lo.

A preocupação central com a minimização dos impactos ao meio ambiente é fundamental. Há que se atentar para a geração de resíduos sólidos e onde se destinam. As ilhas, por serem remotas, já enfrentam desafios relacionados ao lixo. Igualmente, é importante estabelecer-se regras e normas de conduta para atividades de observação de fauna, sobretudo nas áreas de grande concentração de aves migradoras.

⁷ Receitas líquidas anuais menos os custos fixos e operacionais do ano.

⁸ Prestação de serviços, produtos da agricultura e pescados, produtos da sociobiodiversidade.

O ponto mais sensível da proposta tem ligação com a atividade de pesca desportiva. Nesse sentido, a definição de regras que assegurem boas práticas e a fiscalização do seu cumprimento é fundamental. A sugestão de monitorização proposta durante a atividade de pesca – que coleta dados sobre as espécies – tem a finalidade de fazer um seguimento das espécies-chave ao longo dos anos, gerando dados que permitirão avaliar a pressão sobre as mesmas. É importante discutir a viabilidade técnica dessa ideia junto a profissionais da Conservação e aprimorá-la.

O turismo responsável pode dar sua parcela de contribuição à sustentabilidade AMPC Urok, angariando apoio entre os moradores, mas também reunindo apoio político junto da sociedade. A atividade terá a preocupação de proporcionar ao visitante uma experiência autêntica, aproximando-o de temas relevantes ligados à conservação da AMPC Urok e da Reserva da Biosfera, aos meios de vida das populações tradicionais, aos desafios inerentes ao modelo de Área Protegida em questão.

A atividade terá como uma das bases da sua oferta os recursos naturais conservados da área, portanto, deve deixar a sua parcela de contribuição para garantir a integridade das populações de espécies-chave da fauna; para a diminuição das invasões por meio do apoio ao sistema de fiscalização, etc.

Exemplos concretos de atividades sustentáveis são importantes, nesse sentido a atividade em Urok deve desenvolver-se respeitando a preocupação de ser um projeto demonstrativo de boas práticas, contribuindo para o desenvolvimento do turismo responsável na região.



Análise swot do turismo na AMPC Urok

PONTOS FORTES

- Modelo inovador de AMP;
- Conhecimento acumulado na gestão participativa da AMP, com resultados concretos;
- Sistema avançado de governação e controle;
- Apoio da comunidade local à AMPC;
- Interesse da comunidade local no turismo responsável;
- Atributos naturais, culturais e científicos que atribuem potencial à AMPC para o turismo responsável;
- Existência de estrutura instalada e serviços em boas condições para iniciar atividade (Formosa);
- Experiência operacional no terreno;
- Relação da Tiniguena com as comunidades;
- Apoio do IMVF à AMPC e parceria de longa com a Tini-guena;
- Inserção numa Reserva da Biosfera;
- Ampla rede de contactos e parcerias institucionais no âmbito da Conservação;
- Boa capacidade e condições favoráveis para se captar recursos;
- Apoio do IBAP ao Ecoturismo nas Áreas Protegidas do país;
- Elaboração de uma estratégia nacional e de uma política nacional de ecoturismo.

OPORTUNIDADES

- Contribuir para a conservação dos recursos naturais da AMPC Urok e promover a educação ambiental;
- Dinamizar a economia local, gerando e distribuindo benefícios económicos de forma equitativa;
- Fortalecimento e valorização cultural da etnia Bijagó;
- Assegurar recursos para a fiscalização e projetos comunitários;
- Gerar excedentes financeiros que possam auxiliar no autofinanciamento;
- Divulgar os trabalhos desenvolvidos na AMPC Urok e reunir o apoio social e político ao modelo da AMPC Urok;
- Envolvimento da juventude para que esta tome consciência da importância de guardar a sua cultura e de se apropriar do território;
- Envolver as mulheres e jovens raparigas na gestão da atividade, fortalecendo seu papel;
- Boa relação com parceiros potenciais (Orango Parque Hotel, IBAP, Ilha de Keré);
- Criar sítios demonstrativos (pesca desportiva responsável e de base comunitária e ecoturismo) para o Arquipélago;
- Fortalecer parcerias e intercâmbios entre as Áreas Protegidas do país e do continente;
- Influenciar políticas públicas no país.

PONTOS FRACOS

- Nível de desenvolvimento do turismo no país;
- Visões distintas do turismo dentro dos órgãos do Estado (Ministério do Turismo e IBAP);
- Presença insuficiente do Estado no Arquipélago;
- Legislação relacionada ao turismo responsável frágil;
- Falta de governação e controle do turismo no arquipélago;
- Falta de recursos humanos e financeiros das instituições;
- Financiamento insuficiente do sistema de fiscalização e de outras ações vitais à AMPC Urok;
- Falta de experiência do corpo técnico e das comunidades de Urok com o turismo;
- Divergências de entendimento com relação ao desenvolvimento ou não da atividade na AMPC Urok;
- Dificuldades logísticas e operacionais;
- Altos custos operacionais.

AMEAÇAS

- Baixa demanda turística do país, instabilidade nos cenários económico e político;
- Notícias negativas veiculadas nos media internacionais;
- Ideia recorrente da parte de políticos e empresários de se implementar turismo de massa no Arquipélago;
- Volatilidade do setor turístico;
- Pressão de agentes externos, sobretudo do ramo turístico, em busca de fazer valer os seus interesses;
- Divisão não equitativa dos benefícios ou exclusão de comunidades da atividade, que pode gerar antagonismos;
- Riscos de folclorização da cultura;
- Insuficiente presença do estado enquanto promotor de políticas públicas e fiscalizador;
- Incremento nas invasões, caso não haja controle adequado;
- Mudanças em curso em todo o território Urok: emigração da camada juvenil, enfraquecimento da identidade cultural e organização social Bijagó (erosão cultural); invasão da cultura do caju, influência crescente de outras religiões que denigrem as crenças animistas, etc.

INTRODUÇÃO

As ilhas Urok localizam-se no setor norte do arquipélago de Bijagós e integram a Reserva de Biosfera Bolama-Bijagós, na Guiné-Bissau, África Ocidental. Região com vasta riqueza biológica e sociocultural, recebeu, em 2005, novo status de conservação com a criação da Área Marinha Protegida Comunitária (AMPC), que visou apoiar as populações locais a orientar o sistema de gestão tradicional bijagó, para formas de governação capazes de responder aos desafios da modernidade e às aspirações ao desenvolvimento, garantindo a preservação da matriz cultural e identitária local e a manutenção da riqueza do ecossistema (IMVF, 2011).

As populações das ilhas Urok atravessam um processo de mudança na relação com os recursos naturais que, a médio e longo prazo, tenderá para uma economia monetizada e para a mercantilização das relações sociais. Neste contexto, o projeto Etikapun, a cargo do Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF) e da ONG Tiniguena, procura promover um processo sustentável de desenvolvimento que dinamize os sistemas produtivos e a economia local, reforce o acesso a serviços sociais de base e contribua para a operacionalidade das estruturas de gestão comunitária da AMPC. Assim, analisar a viabilidade de desenvolvimento de uma proposta de turismo responsável é uma das ações previstas no referido projeto.

Entretanto, é fundamental que essa proposta de modelo turístico leve em consideração as inúmeras lições aprendidas sobre o desenvolvimento do Turismo no Arquipélago dos Bijagós. Polet et al (2011) fazem um exame crítico das experiências dos últimos 15 anos na região, afirmando que, em termos de resultados, o balanço do turismo no arquipélago é globalmente negativo, tanto para a população como para o ambiente. Segundo os autores, o turismo - tal como vem sendo desenvolvido nos Bijagós - não responde aos objetivos da Reserva de Biosfera, já que um grande número de normas elementares em matéria de preservação é pouco ou nada respeitado.

Neste contexto, fica evidente a necessidade de se pensar para as Ilhas Urok um modelo de turismo com princípios e diretrizes compatíveis com o protagonismo comunitário, com a conservação da biodiversidade e com a salvaguarda da cultura das comunidades locais, de forma a guiar o desenvolvimento da atividade alinhado aos objetivos da área protegida comunitária e da RBABB, contribuindo com a melhoria das condições de vida das populações locais. O que se evidencia na maior parte do arquipélago são comunidades com uma participação bastante periférica no desenvolvimento do turismo, sendo necessário - no caso de um eventual fomento da atividade nas Ilhas Urok - trazê-las para o centro dos processos de tomada de decisão e gestão da atividade, caso contrário, corre-se o risco de se perpetuar um modelo de turismo concentrador, promotor de desigualdades e impactos socioambientais.

Esse ênfase na necessidade de protagonismo das populações locais no desenvolvimento do turismo sustentável passou a ser basilar ao ser constatado que, sem ela, o turismo tem a tendência de produzir efeitos socioambientais negativos (Simmons, 1994 Apud Peralta et al, 2015). Ou seja, sem envolvimento e controle das comunidades locais no desenvolvimento do turismo, seus benefícios são poucos, raramente se sustentam a longo prazo, enquanto os seus efeitos negativos geralmente afetam a população local. Portanto, o envolvimento da população local é visto tanto como uma estratégia para a sustentabilidade da atividade, como um direito das pessoas do lugar, os mais afetados pelos resultados, positivos ou negativos do turismo (Peralta et al, 2015).

O presente estudo realizou uma breve análise da situação atual do turismo na Guiné-Bissau e no Arquipélago dos Bijagós com o objetivo de compreender os seus constrangimentos e potencialidades e, assim, gerar insumos para o desenho e avaliação de propostas para a AMPC Urok. Ao longo do estudo, foi realizada uma missão no terreno que contemplou entrevistas e visitas às comunidades, empreendimentos turísticos nas proximidades da AMP e a locais com potencial turístico. Durante a viagem, procurou-se ouvir diferentes atores por meio de encontros com o Comitê de Gestão da AMPC Urok, grupo focal com jovens, além da realização de uma oficina com representantes das 3 ilhas. Durante esse processo participativo de recolha de informações, foi possível identificar potencialidades nos domínios do ecoturismo, turismo científico e pesca desportiva com controle comunitário.

É inquestionável a contribuição das Ilhas Urok para a biodiversidade do Arquipélago e o seu enorme patrimônio cultural na forma de sítios sagrados, hábitos e costumes milenares fundamentais para a resiliência ambiental e social. A necessidade de salvaguardar tais características justificou, até aos dias atuais, a declaração das ilhas como



área de não-turismo, com o intuito de protegê-las das experiências de turismo desordenado presentes no restante arquipélago. No entanto, o contexto de mudanças em curso no território, nomeadamente o avanço da monetização da economia, o êxodo dos jovens, as mudanças nas relações sociais, a pressão que o desenvolvimento das demais ilhas exerce sobre as expectativas e demandas da comunidade, precisam de ser objeto de diálogo e busca de soluções, por mais complexas que possam parecer. Esse deve ser um diálogo cuidadoso e ao mesmo tempo de construção de autonomia e empoderamento, visto que a comunidade que gere o território, cada vez mais se deparará com desafios relacionados a essas mudanças.

Sob essa ótica foi realizada a presente análise de propostas de turismo responsável para a AMPC Urok, preocupando-se com a participação dos atores locais na construção preliminar de um modelo de turismo que possa ser compatível com os objetivos de conservação e desenvolvimento sustentável desse território singular. O estudo pretende gerar insumos ao diálogo entre comunidades, atores institucionais envolvidos e outros potenciais integrantes da fileira do turismo, fornecendo subsídios ao processo de reflexão, planeamento e tomada de decisão.

Objetivos do estudo

O objetivo geral do presente estudo é gerar informações e recomendações para orientar a criação e implementação de uma proposta de turismo responsável para as ilhas Urok sob a ótica do protagonismo comunitário, em consonância com o Plano de Gestão da AMPC, fornecendo instrumentos para a regulação e gestão de eventuais projetos turísticos que visem a melhoria das condições de vida da população, a preservação dos recursos naturais e culturais e o apoio ao financiamento da área protegida.

Especificamente, os objetivos são:

- Conhecer a viabilidade socioeconómica e ambiental do turismo nas ilhas Urok, tendo em conta a realidade sociocultural e estatutária do espaço;
- Apresentar uma proposta de modelo turístico, uma estratégia e um roteiro para a sua implementação progressiva.

GUINÉ-BISSAU: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

A Guiné-Bissau é um jovem país. Da sua autonomia aos dias atuais passaram-se apenas 45 anos, boa parte deles em conflitos. Com população estimada de 1,844 milhões de habitantes, a Guiné-Bissau é considerada um dos países mais frágeis do planeta em virtude da pobreza crónica e das constantes crises políticas e económicas que prejudicam o país.

A população da Guiné-Bissau abrange uma grande diversidade étnica, linguística e cultural. Os principais grupos étnicos são os fulas e os povos de língua mandinga, que compõem a maior parte da população e estão concentrados no norte e nordeste do território; os balantas, que vivem nas regiões costeiras do sul; e os mandjacos, que ocupam as áreas costeiras do centro e norte.

Quanto à sua geopolítica, a Guiné-Bissau é um país da África Ocidental que faz fronteira com o Senegal ao norte, Guiné ao sul e ao leste e com o Oceano Atlântico a oeste. O território guineense possui 36.125 quilómetros quadrados de área abrangendo o Arquipélago dos Bijagós, constituído por 88 ilhas e ilhéus, classificado pela UNESCO como Reserva da Biosfera. A Guiné-Bissau é membro da União Africana, Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, Organização para a Cooperação Islâmica, União Latina, Comunidade de Países de Língua Portuguesa, Francofonia e da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul.

O governo atual, liderado por Bacirot Dja, é o quarto governo do país desde as eleições de 2014, e está em minoria num parlamento dominado pelo seu próprio partido. Essa situação tem gerado muitos atrasos nos processos iniciados com muita esperança em 2014. As eleições que deveriam ter acontecido em abril de 2018 foram adiadas para o final do ano, mas ainda não ocorreram.

Economia da Guiné-Bissau

Segundo dados do Banco Mundial, a economia da Guiné-Bissau continua a expandir-se apesar do impasse político e da suspensão dos fluxos dos doadores para o país. A taxa de crescimento anual de 4,9% do Produto Interno Bruto (PIB) registada em 2015 deve repetir-se até 2018. Espera-se um aumento da inflação com o aumento das atividades económicas, mas que deve ficar abaixo dos 3%. A situação fiscal ainda é afetada pela instabilidade política e pela suspensão do apoio orçamental.

As informações disponíveis para o primeiro trimestre de 2016 apontam para uma forte consolidação das operações do governo central em resposta à suspensão dos subsídios pelos doadores (aproximadamente 2% do PIB) para atingir um défice de 1,9% do PIB. Os subsídios para projetos caíram 57%, representando a maior parte do declínio

de 24% das receitas. Os projetos financiados localmente foram congelados e as atividades financiadas por fontes externas foram reduzidas a metade.

Desafios ao Desenvolvimento

O Banco Mundial ressalta que a previsão de crescimento económico do país está assentada no pressuposto de que a produção do setor agrícola se manterá bastante robusta e que será conseguida a estabilidade política, abrindo caminho para o financiamento dos doadores. O caminho para o crescimento também pressupõe uma recuperação na geração de energia elétrica e distribuição de água.

Tendo em conta o historial de fragilidade da Guiné-Bissau, as perspetivas são pouco seguras, com riscos acentuados para o crescimento e redução da pobreza. Nesse quadro, a busca de eficiência na aplicação dos recursos públicos é de vital importância. A participação da sociedade civil, a qual num cenário de tantas vulnerabilidades se fortaleceu para atender minimamente às necessidades de algumas comunidades, também é vista como relevante para apoiar o governo a reconstruir a trajetória de crescimento e inclusão social.

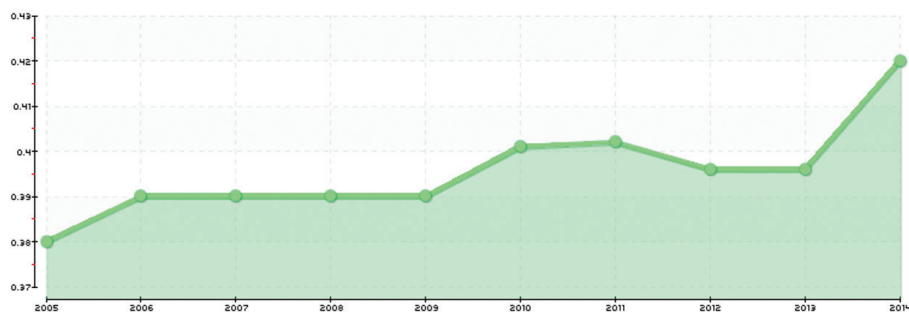
Para o Banco Mundial, o investimento em áreas que contribuam para a construção do capital humano, físico e institucional do país é, portanto, basilar para a retomada. Este, também ressalta que a dependência da castanha de caju como fonte de subsistência económica, expõe dois terços da população às consequências de choques no comércio desse produto. Uma maior diversificação através do apoio à cadeia de valor, aportes de novas tecnologias e sistemas de apoio do mercado poderiam fortalecer essa cultura, mas é também fundamental promover a diversificação da produção, ampliando a base de geração de emprego e renda e reduzindo a vulnerabilidade do país ao comércio do caju.



Faz-se necessário reforçar a capacidade de avaliação de projetos e promover a equidade na atribuição de verbas orçamentais visando erradicar as grandes desigualdades. A melhor prestação de serviços e o acesso aos serviços básicos pela população são condições para a melhoria da qualidade de vida e dos indicadores sociais da Guiné-Bissau.

O país ocupa o 177º lugar entre os 187 países classificados pelo Relatório de Desenvolvimento Humano do UNDP, com esperança de vida de 54 anos de idade.

FIGURA 1: Evolução do IDH da Guiné Bissau – 2005 a 2015



Fonte: UNDP

Entretanto, a Guiné-Bissau apresenta rica biodiversidade, fortes valores culturais, um grande potencial turístico, localização privilegiada e é um dos países que assinaram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Em 2014, na retomada do processo democrático, foi elaborado o Plano Terra Ranka com o reconhecimento do papel das instituições de supervisão, especialmente das Organizações da Sociedade Civil (OSC) na monitorização dessas políticas públicas para garantir que elas estão em linha com os objetivos definidos. Portanto, o apoio ao desenvolvimento das capacidades, sistemas, mecanismos e instrumentos para que a Sociedade Civil possa desempenhar esse papel é de fundamental importância.

METODOLOGIA



ETAPA 1 - Diagnóstico à distância

Durante a fase inicial do trabalho, realizou-se o levantamento bibliográfico pertinente, com vistas a gerar informações acerca do contexto do desenvolvimento do turismo na África Ocidental, na Guiné-Bissau e no Arquipélago dos Bijagós. Igualmente, uma breve análise de mercado foi realizada por meio de busca ativa por programas de turismo para o país em sites de operadoras internacionais, páginas especializadas em viagens, além da leitura sobre clippings relacionados ao turismo, a fim de avaliar criticamente as condições atuais da oferta e da demanda no país.

ETAPA 2 - Missão de Campo

No período de 23 de outubro a 08 de novembro de 2018 foi realizada pelos consultores uma missão de reconhecimento e recolha de informações na área de estudo. Ao longo dos dias, procurou-se ouvir diferentes integrantes deste território por meio de entrevistas, visitas às comunidades e a empreendimentos turísticos nas proximidades da Área Protegida. Além disso, grupos focais com o Comitê de Gestão da AMPC e com os jovens foram organizados e, ainda, foi realizada uma oficina participativa com representantes das 3 ilhas. Esses momentos tiveram a finalidade de identificar percepções e expectativas, gerar reflexões e discutir ideias preliminares sobre o turismo. Para isso, algumas metodologias participativas foram utilizadas, tais como uma dramatização com a participação da comunidade e dos consultores para ilustrar dois antagonismos no turismo (responsável e desordenado), utilizando Urok como cenário. O teatro teve como objetivo trazer à tona elementos que contribuíram para facilitar a compreensão dos participantes sobre o turismo e gerar um debate produtivo sobre os prós e contras da atividade. Realizaram-se também visitas técnicas a áreas de possível interesse turístico para recolha de informações e análise da oferta turística potencial do território.

ETAPA 3 - Desenho Preliminar de Propostas e Análise de Viabilidade

Com base nas informações levantadas em campo, foram desenhados cenários hipotéticos para o ecoturismo e turismo científico na Ilha de Formosa e para a pesca desportiva responsável com controle comunitário na Ilha de Nago. Para cada cenário foi elaborado um plano de negócios simplificado com roteiros e atividades possíveis, soluções para serviços de hospedagem, alimentação e transporte, perfil da demanda, modelo de operação, investimentos necessários, recursos humanos, custos e despesas, estimativa de demanda e receitas, avaliação económico-financeira, fatores-chave e riscos. Além disso, foram propostos modelos de gestão, governança e controle em sal-

vaguardar os recursos naturais, fortalecer o protagonismo dos atores locais e distribuir de forma equitativa os benefícios económicos oriundos da atividade. Posteriormente, foi proposto um roteiro de implementação progressiva para cada cenário considerando um horizonte temporal de 10 anos. Finalmente, uma análise SWOT para a atividade de turismo responsável na AMPC Urok foi realizada.

Figura 2: Percurso metodológico do estudo

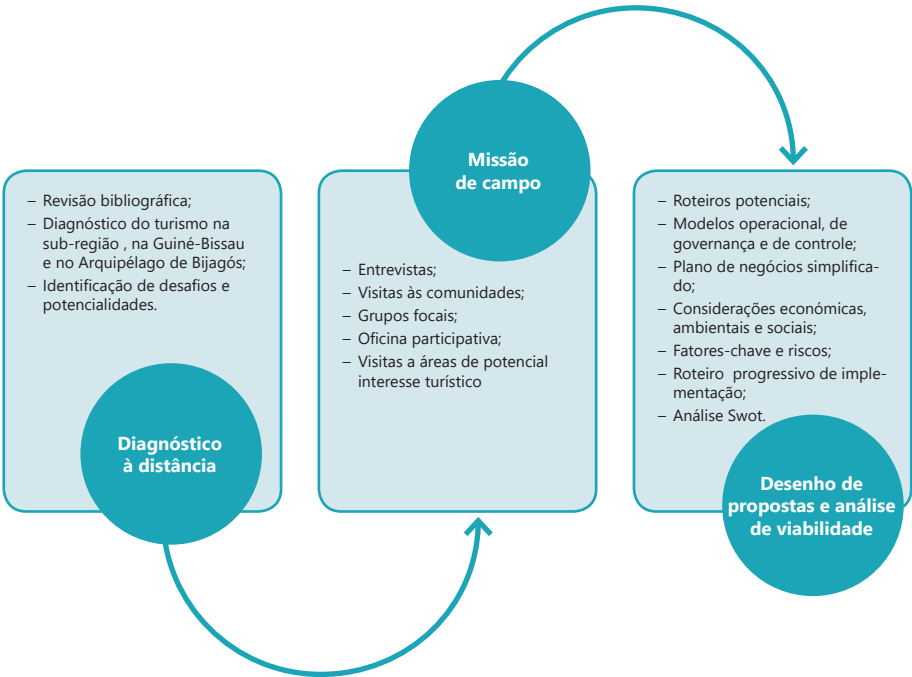


Figura 2: Percurso metodológico do estudo.

ÁREA DE ESTUDO

A Reserva de Biosfera do Arquipélago Bolama-Bijagós

A Reserva da Biosfera Boloma-Bijagós é um arquipélago localizado na costa da Guiné-Bissau, na África ocidental, composto por 88 ilhas das quais 21 são ocupadas de forma permanente. De religião animista, o povo Bijagó – etnia maioritária no arquipélago – tem assegurado, ao longo das gerações, a conservação das paisagens e dos recursos naturais e culturais do arquipélago por meio de um modo de gestão tradicional do território baseado no seu uso sagrado. Na cosmovisão Bijagó, os locais e os recursos naturais estratégicos são protegidos pelos espíritos e a sua utilização é estabelecida através de cerimónias religiosas. Essas medidas de gestão tradicional inspiraram as regras e a zonagem da Reserva da Biosfera criada em 1996 (IBAP, 2016). O arquipélago dos Bijagós tem uma considerável diversidade de fauna e a riqueza do ambiente natural está ligada principalmente à presença do mar e à existência de mangais e bancos de lama. Todos os anos, por exemplo, o arquipélago é visitado por cerca de 800 mil aves migratórias, o que faz da região uma das mais importantes zonas para a migração de aves na África Ocidental. Além da avifauna, uma grande diversidade de mamíferos, répteis e peixes pode ser encontrada. O arquipélago foi reconhecido como o local mais importante do continente para a tartaruga-verde (*Chelonia mydas*), com cerca de 10 000 fêmeas adultas⁹. Outras espécies protegidas ou raras ainda são relativamente abundantes, como o crocodilo do Nilo (*Crocodylus niloticus*), o hipopótamo (*Hippopotamus amphibius*), o manatim (*Trichechus senegalensis*), entre outros.

Área Marinha Protegida Comunitária das Ilhas Urok

O complexo das ilhas Urok situa-se na parte Norte do Arquipélago dos Bijagós e engloba um conjunto de ilhas e ilhéus - sendo as principais a Formosa, a Nago e a Chediã - que corresponde à zona de exploração tradicional das populações residentes, cobrindo uma superfície total de 545 Km². A importância e o grau de conservação dos meios costeiros estão na origem da classificação de uma parte deste território em zona central no zoneamento da Reserva da Biosfera Bolama Bijagós (Plano de gestão, 2003).

Graças à cobertura de mangal, bancos de areia e de vasa, habitam as ilhas várias espécies de peixes, crustáceos e moluscos, importantes para a alimentação e para a economia dos residentes e do país. Os mangais de Urok desempenham um papel ecológico de extrema importância na manutenção da produtividade biológica da zona, onde for-

⁹ <http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/ecological-sciences/biosphere-reserves/africa/guinea-bissau/boloma-bijagos/>

mam um dos maiores conjuntos em forma de maciço desta formação vegetal original no que diz respeito ao arquipélago (Plano de gestão, 2003).

As ilhas Urok caracterizam-se também pela riqueza do seu património cultural, região do arquipélago onde a cultura Bijagó luta para manter preservada as suas manifestações e os seus modos de vida tradicionais. O estabelecimento da AMPC Urok foi um marco para o Sistema Nacional de Áreas Protegidas da Guiné-Bissau, inaugurando a primeira Área Protegida Marinha Comunitária do país. A dimensão participativa na gestão do território foi um dos destaques desse modelo.

FIGURA 3: Mapa da área de estudo com a identificação das Ilhas Urok (círculo azul).



TURISMO COSTEIRO NA ÁFRICA OCIDENTAL

Em 2017, o continente africano recebeu 5% das chegadas internacionais de turistas no mundo - aproximadamente 63 milhões de viajantes - o que representou apenas 3% das receitas geradas pela atividade a nível mundial (37 bilhões de dólares), sendo que a Região Subsaariana tem se posicionado como a 5ª região do mundo (de um total de 13) em crescimento do turismo internacional (WTTC, 2018). Apesar do crescimento, o índice de competitividade global do setor de Viagens e Turismo - atualizado anualmente no Fórum Económico Mundial - indica que a África Subsaariana possui os menores índices de desenvolvimento do turismo, quando considerados todos os indicadores analisados (WEF, 2018)¹⁰. Segundo o estudo, "a conectividade aérea e os custos de viagem continuam sendo grandes desafios, bem como políticas e infraestrutura de vistos. Ainda que o turismo na região seja impulsionado principalmente pelo turismo natural, há espaço significativo para melhorar a proteção, a valorização e a comunicação da riqueza natural e cultural".

A sub-região da África Ocidental é a menos desenvolvida de entre as três analisadas. O turismo nessa parte da África concentra-se, maioritariamente, nos ambientes costeiros ou insulares. Cabo Verde, Senegal e Gâmbia figuram entre os países que possuem uma indústria turística representativa em termos económicos, com a prevalência do turismo com foco no segmento de sol e praia. No caso da Gâmbia e do Senegal, estes países desenvolveram o turismo costeiro cedo - começando nos anos 60 e 70. Grande parte do produto é baseado no turismo de massa, muito dependente de operadores turísticos do Reino Unido, França e outros mercados europeus (UNWTO, 2013). No arquipélago de Cabo Verde, o turismo tem sido considerado estratégico pelo governo local desde a década de 80 (Brito, 2010).

Ambientes costeiros e insulares são frequentemente sensíveis e frágeis, contendo habitats importantes e rica biodiversidade, enquanto a terra, a água e outros recursos naturais podem ser relativamente escassos. Nesse sentido, os benefícios resultantes dos modelos de turismo predominantes na África Ocidental devem ser questionados enquanto promotores de desenvolvimento na lógica da sustentabilidade, em particular sob a ótica sociocultural e ambiental. Em Cabo Verde, por exemplo, "os efeitos menos virtuosos da atividade têm emergido rapidamente, deixando algumas marcas: a instabilidade e a insegurança têm aumentado; a prostituição, incluindo juvenil, tem sido potenciada; o consumo de drogas, associado ao tráfico interno e internacional, tem marcado presença; a viciação da relação entre o turista e as comunidades alimen-

¹⁰ O índice de competitividade mede "o conjunto de fatores e políticas que permitem o desenvolvimento sustentável do setor de Viagens & Turismo (T & T), que por sua vez contribui para o desenvolvimento e a competitividade de um país". É composto por quatro sub-índices, 14 pilares, e 90 indicadores individuais, distribuídos entre os diferentes pilares (WEF, 2018).

tando dependências a partir da dádiva, em nome da troca por uma fotografia, uma conversa ou um passeio.” (Brito, 2010).

Desenvolver o turismo de forma sustentável nas zonas costeiras em África é da maior importância para preservar o ambiente e o bem-estar das comunidades de acolhimento e deve receber uma grande prioridade nos processos de governação e gestão a nível local e nacional (UNWTO, 2013). O desenvolvimento do ecoturismo é frequentemente apresentado como uma alternativa e um complemento viável às atividades tradicionais, especialmente devido ao grande potencial oferecido pela rica fauna e flora das áreas protegidas. No entanto, uma visão geral das áreas costeiras e marinhas protegidas da África Ocidental revela fraquezas mais ou menos graves no planeamento, integração e organização do ecoturismo, e leva à recomendação de que o seu desenvolvimento deve ser baseado na comunidade (CAZALET, B. 2011). O quadro 1 reúne os principais problemas e desafios relacionados com o turismo desordenado realizado em regiões costeiras segundo a UNWTO.

QUADRO 1: Principais problemas e desafios relacionados ao turismo costeiro desordenado

Destruição física	Um novo desenvolvimento mal localizado e uma urbanização extensa podem destruir a beleza natural e a amenidade. O processo de construção de hotéis e resorts costeiros pode ser muito destrutivo se não for bem gerenciado, causando erosão, assoreamento da água costeira e outros danos.
Perda de habitat e biodiversidade	O desenvolvimento do turismo pode levar à remoção e fragmentação de habitats importantes, incluindo dunas de areia, recifes de corais, zonas húmidas e mangais. Atividades turísticas, como mergulho, ancoragem de barcos e algumas atividades de praia, podem causar danos aos habitats marinhos e terrestres e perturbar a vida selvagem.
Poluição	A poluição pode surgir da descarga de esgotos, emissões gasosas, resíduos sólidos, ruído, luz e outras fontes, geradas pela operação de empresas de turismo e as atividades dos turistas. Isso pode ter consequências sociais e ambientais, tanto terrestres quanto marinhas.
Consumo de recursos e concorrência	O turismo costeiro pode ser um grande usuário dos recursos naturais locais e não renováveis, incluindo água, terra, minerais e espécies vivas, incluindo peixes e crustáceos. Alguns empreendimentos são os principais usuários de energia. Além de causar esgotamento geral dos recursos, a competição pelo que está disponível pode afetar a subsistência e o bem-estar da comunidade local. O uso do turismo pode impedir o acesso à costa pela população local. O turismo também pode afetar negativamente os recursos culturais.
Mudanças climáticas	As áreas costeiras são muito suscetíveis aos impactos das mudanças climáticas, incluindo a elevação do nível do mar, clima imprevisível, tempestades, mudanças de temperatura e inundações. Isso pode afetar a integridade física das costas e acelerar a erosão, bem como prejudicar a propriedade e influenciar os padrões de demanda. Tem implicações particulares para a localização e design de desenvolvimentos futuros.
Envolvimento e benefícios limitados das comunidades	Em algumas áreas costeiras, houve pouco envolvimento das comunidades locais no planeamento do desenvolvimento do turismo e consideração insuficiente do impacto sobre seus meios de subsistência. Embora vantagens económicas possam ser obtidas por algumas pessoas, as oportunidades para maximizar e difundir os benefícios locais podem não ser aproveitadas.
Padrões de desenvolvimento de propriedade	Em muitas áreas, a natureza do investimento relacionado ao turismo vem mudando. Há uma tendência crescente para projetos que envolvem um elemento de desenvolvimento de imóveis residenciais, na forma de segundas residências e condomínios. Isso pode afetar os preços e a disponibilidade da terra, e o nível de benefício turístico deixado na área local. Alguns desenvolvimentos podem ser motivados em parte pela especulação imobiliária. Alguns desenvolvedores podem ter pouco comprometimento de longo prazo com a área.
Sazonalidade e sensibilidade da demanda	O turismo costeiro pode, por vezes, ter apenas uma estação muito curta, muitas vezes devido às condições climáticas. Isso pode limitar a lucratividade das empresas, a qualidade dos empregos disponíveis e o benefício para as comunidades locais. As costas também podem ser bastante vulneráveis a certos fatores que causam flutuações no mercado, como desastres naturais, questões de segurança, etc.

Fonte: UNWTO, 2013

GUINÉ-BISSAU COMO DESTINO TURÍSTICO

Oferta atual pouco estruturada

“Como um microcosmo da África, esta pequena nação contém multidões - de paisagens, povos, culturas e vida vegetal e animal. Tudo isso ao alcance da capital, Bissau”¹¹. É dessa forma que o Lonely Planet, um dos guias de viagem mais conceituados do mundo, introduz a Guiné-Bissau aos seus leitores, sintetizando o potencial turístico que se concentra no país. Após um período de instabilidade marcado por uma série de golpes de estado, a transição democrática pacífica, realizada em abril/maio de 2014, abriu uma janela de oportunidade para o país melhorar sua situação socioeconômica (UN report, 2015) e o turismo tem sido visualizado como um dos setores principais de desenvolvimento para a Guiné-Bissau¹². No entanto, este grande potencial não é refletido no atual nível de desenvolvimento que caracteriza o setor e a sua contribuição para a economia nacional e local é largamente insignificante (Banco Mundial, 2018).

A oferta turística atual na Guiné-Bissau, em linhas gerais, é incipiente e caracteriza-se pela falta de articulação entre os serviços turísticos oferecidos. Um visitante que chega de forma independente ao país com interesse em atividades de ecoturismo, por exemplo, certamente precisará de estar disposto a “garimpar” informações¹³ turísticas e enfrentará desafios para visitar a maior parte dos destinos do país, sobretudo na parte continental. São poucos os serviços disponíveis de atendimento ao visitante, a oferta de meios de transporte é escassa, as condições de acesso são más em muitos dos casos, assim como praticamente não existem operadoras de turismo receptivo que ofereçam roteiros de ecoturismo pelo país¹⁴. Os poucos operadores turísticos existentes são principalmente focados na pesca desportiva¹⁵.

A maior parte dos hotéis está localizada em Bissau e oferece serviços razoáveis destinados, sobretudo, a turistas que estão de passagem para o Arquipélago dos Bijagós – o principal destino do mercado de turismo do país - ou a visitantes que se dirigem a Bissau por motivações relacionadas ao trabalho.

Quando a variedade da oferta de serviços turísticos da Guiné-Bissau é comparada com a de outros países da África Ocidental, fica evidente que o país possui um mercado de

¹¹ <https://www.lonelyplanet.com/guinea-bissau>

¹² Juntamente com a agricultura e agro-negócio, pesca e mineração (Banco Mundial, UN report).

¹³ Durante o período em que esteve em Bissau, o consultor realizou simulações a fim de se obter informações sobre serviços turísticos disponíveis em Parques Nacionais divulgados num guia recentemente lançado pela União Europeia. Foram realizadas mais de uma dezena de ligações e não foi possível obter informações a respeito. Ficou evidente não haver serviços estruturados em torno do turismo, com exceção dos destinos no Arquipélago Bijagós.

¹⁴ As agências existentes especializaram-se em vender passagens aéreas, sobretudo para residentes estrangeiros.

¹⁵ No aeroporto de Bissau alguns operadores de pesca desportiva abordam os visitantes recém-chegados para oferecer roteiros, principalmente para o Arquipélago dos Bijagós.

turismo ainda pouco desenvolvido. Uma consulta realizada ao maior site de viagens do mundo (Tripadvisor) indicou que a Guiné-Bissau possui a menor disponibilidade de serviços turísticos de entre 6 países da África Ocidental analisados (Quadro 2).

QUADRO 2: Comparativo sobre oferta de serviços turísticos na África Ocidental

	Hotéis	Alugueres de temporada	O que fazer	Restaurantes
Guiné (Conacry)	60 / 916 avaliações	6 / nenhuma avaliação	16 / 140 avaliações	52 / 912 avaliações
Gâmbia	49 / 15.096 avaliações	140 / 224 avaliações	59 / 4.788 avaliações	230 / 16.933 avaliações
Guiné-Bissau	11 / 476 avaliações	3 / nenhuma avaliação	8 / 79 avaliações	9 / 227 avaliações
Senegal	129 / 23.079 avaliações	296 / 207 avaliações	101 / 7.726 avaliações	380 / 13.005 avaliações
Serra Leoa	24 / 2.034 avaliações	6 / nenhuma avaliação	35 / 673 avaliações	41 / 1.112 avaliações
Cabo Verde	855 / 33.819 avaliações	385 / 1.350 avaliações	435 / 17.584 avaliações	360 / 28.230 avaliações

Fonte: Tripadvisor. Consulta feita no dia 05 de outubro de 2018

Com o objetivo de analisar brevemente o mercado internacional de turismo no país, realizou-se também uma pesquisa virtual junto a operadoras estrangeiras (Europa e América do Norte). Para tal, foram feitas buscas em sites das empresas por programas na Guiné-Bissau (ou que incluíam passagem e/ou atividades em conjunto com destinos de outros países).

A maior parte dos resultados apareceu depois das primeiras horas de investigação, mostrando que o turismo no país ainda é pouco explorado e que possui nichos específicos. Por meio dessa busca foi possível perceber que alguns programas que comercializam a Guiné-Bissau são oferecidos por operadoras de países próximos e que oferecem serviços a turistas de países europeus – operadoras do Senegal, Togo, Gana, por exemplo. Foi possível constatar que alguns desses programas são de longa duração e feitos por terra, mas o tempo de permanência na Guiné-Bissau é pequeno, evidenciando que o país serve de passagem para outros destinos como Senegal, Gâmbia, Mauritânia, Marrocos. Os roteiros do segmento de pesca oferecem roteiros exclusivos para a Guiné-Bissau sem a combinação com outros países.

Entre os destinos mais comercializados por essas operadoras, o arquipélago de Bijagós claramente posiciona-se como o principal do país (Rubane, Bubaque, PN Orango, PN João Vieira e Poilão, Cunhabaque, etc.). Bissau também aparece em boa parte dos roteiros, além da antiga capital Bolama. Destinos na parte continental são menos frequentes, com destaque para Quinhamel, PN Cantanhez, região de Biombo, etc. Em relação às atividades oferecidas, são difusas e de difícil categorização num segmento específico.

Os serviços no continente normalmente têm a designação de “expedição” ou “aventura”, misturando claramente turismo de natureza e cultural. Normalmente relacionados a visitas a parques nacionais, comunidades tradicionais e city-tour em Bissau. Já os serviços oferecidos nas ilhas são mais conectados com a pesca desportiva, mas também com ecoturismo / turismo de natureza incorporando atividades culturais nas tabancas. O Carnaval é uma atividade recorrente nas operadoras especializadas. O Quadro 3 reúne exemplos dos principais roteiros comercializados por essas operadoras.

QUADRO 3: Exemplos de roteiros na Guiné-Bissau comercializados por operadoras internacionais. Colaboração Gustavo Pinto.

Operadora	Segmento	Duração do roteiro	Destinos na Guiné-Bissau	Países combinados
Sportquest	Pesca	10 dias	Arquipélago Bijagós (Bubaque)	Nenhum
Undiscovered Destinations	Turismo cultural	8 dias	Bissau, Bolama, Rubane, Bubaque, PN Orango	Nenhum
World Sportfishing	Pesca	10 dias	Bissau, PN Orango	Nenhum
Explorator	Ecoturismo	29 dias	Bissau, Arquipélago Bijagós, Bolama	Marrocos, Mauritânia, Senegal
Explorator	Ecoturismo	12 dias	Bissau, Biombo e Arquipélago Bijagós (Keré, Caravela, Baba, Canhabaque, Poilão, PN Orango, Ankor, Uno)	Nenhum
Fishon Tour	Pesca	8 dias	Rubane	Nenhum
Adventures Abroad	Aventura	24 dias	Bissau, Bolama, PN Orango	Senegal, Gambia, Guiné, Serra Leoa, Liberia, Gana
Intrepid Travel	Aventura	50 dias	Bissau	Senegal, Gambia, Guiné, Serra Leoa, Costa do Marfim, Gana
Continent Tours	Turismo cultural / Ecoturismo	12 dias	Bissau, Rubane, PN Orango	Cabo Verde, Senegal, Gambia
TransAfrica	Turismo cultura / Ecoturismo	7 a 19 dias	Arquipélago dos Bijagós	Senegal, Gambia
Virtuoso	Cruzeiro	17 dias	Arquipélago dos Bijagós (Ilha de Maio, Formosa e Caravela) ¹⁶	Brasil, Senegal

Corroborando com as informações presentes em alguns relatórios sobre o turismo no país, foi possível constatar, por meio da busca por notícias, que muito pouco se fala sobre a Guiné-Bissau. De entre as notícias encontradas, há uma prevalência das que possuem caráter negativo, prejudicando a imagem do país como destino, facto que ajuda a explicar a dificuldade para se encontrar na internet programas e roteiros turísticos para a Guiné-Bissau. O quadro 4 ilustra essa afirmação. Quando utilizada a palavra-chave em inglês “Guinea-Bissau Travel”, por exemplo, dos cinco primeiros websites que veiculavam notícias sobre turismo no país, quatro deles possuíam informações com conteúdo negativo, inclusive desaconselhando a visita ao país¹⁷.

¹⁶ É de realçar que o roteiro inclui localidades da AMPC Urok onde a atividade turística é interdita: <https://www.virtuoso.com/cruises/sailings/15467573/from-brazil-to-africa-18mar2019-03apr2019#.XGK4ElxKhPZ>

¹⁷ O website do U.S. Department of State veicula a seguinte mensagem a respeito de viagens à Guiné-Bissau: “Reconsiderar viagens para a Guiné-Bissau devido a crime e agitação civil. Crimes violentos são comuns na Guiné-Bissau. Vendedores agressivos, mendigos e, ocasionalmente, criminosos atacam estrangeiros no aeroporto de Bissau e em outras áreas populosas, especialmente no mercado de Bandim, no centro da capital. A polícia local não possui recursos, capacidade e treinamento para responder efetivamente a incidentes criminais graves. O país tem sido afetado por disfunções políticas e institucionais crônicas há décadas, e existe o potencial para a violência.”: <https://travel.state.gov/content/travel/en/international-travel/International-Travel-Country-Information-Pages/Guinea-Bissau.html>

QUADRO 4: Top 5 de notícias no Google relacionadas ao turismo na Guiné-Bissau utilizando-se da palavra-chave Guinea-Bissau Travel. Colaboração Gustavo Pinto.

	Veículo	País	Data	Tema	Link
Top 5 “Guinea-Bissau Travel”	U.S. Department of State	EUA	02/08/2018	Travel Advisory	https://travel.state.gov/content/travel/en/international-travel/International-Travel-Country-Information-Pages/Guinea-Bissau.html
	Lonely Planet	EUA	02/02/2017	Guinea-Bissau is Exceptional Beauty	https://www.lonelyplanet.com/guinea-bissau
	GOV.UK	Uk	20/09/2018	Foreign Travel Advice	https://www.gov.uk/foreign-travel-advice/guinea-bissau
	Governo Neozelandês	Nova Zelândia	20/07/2018	Official advice for New Zealanders living and travelling overseas	https://safetravel.govt.nz/guinea-bissau
	Passport Health	EUA	11/07/2011	Travel Vaccines and Advice for Guinea-Bissau	https://www.passporthealthusa.com/destination-advice/guinea-bissau/

Consulta realizada no dia 20 de novembro de 2018

Demanda turística inexpressiva

As informações existentes sobre a demanda turística do país são escassas, facto que limita as análises qualitativas sobre o perfil do visitante que chega à Guiné-Bissau (motivação, origem, faixa etária, renda, etc.). Essa carência de dados sistematizados não permite sustentar o planeamento e estratégias setoriais, assim como a tomada de decisões de investidores do setor privado (Banco Mundial, 2018).

Informações disponíveis pelo Banco Mundial¹⁸ sobre a chegada de turistas internacionais deixam evidente que a Guiné-Bissau encontra-se fora da rota turística africana e que o turismo possui pouca expressividade junto à economia. De entre os países da África Ocidental analisados no Quadro 5, a Guiné-Bissau apresentou o menor fluxo de visitantes internacionais, tendo recebido no ano de 2015 – o seu melhor ano da série histórica - aproximadamente 43,8 mil turistas estrangeiros. Isso posiciona o país em 189º lugar no mundo em termos absolutos¹⁹ no que diz respeito ao fluxo de visitantes internacionais.

QUADRO 5: Desempenho do turismo internacional em países da África Ocidental.

	Chegadas internacionais	Receitas (em milhões de USD)	% do PIB ²⁰
Guiné (Conacry)	60.000	16,6	0,3%
Gâmbia	161.000	116	9%
Guiné-Bissau	43.800	17,3	2%
Senegal	1.210.000	481	2%
Serra Leoa	55.000	41	1%
Cabo Verde	598.000	462	24%

Fonte: Banco Mundial

¹⁸ <https://data.worldbank.org/indicator/ST.INT.ARVL?view=map>

¹⁹ <https://www.worlddata.info/africa/guinea-bissau/tourism.php>

²⁰ Refere-se ao ano de 2015.

Com relação à receita gerada pelo turismo internacional, o país encontra-se somente à frente da Guiné (Conacry)²¹, com aproximadamente 17,3 milhões de dólares, o que representou 2% do PIB do país no ano de 2015.

Importante ressaltar, no entanto, que os países da sub-região que se destacam pelo número de chegadas internacionais e pela receita total gerada pelo turismo (Senegal, Gâmbia e Cabo Verde), optaram pelo modelo de turismo de massa, com a construção de resorts de sol e praia nas regiões costeiras ou insulares. Como discutido na secção anterior, essa forma de desenvolvimento da atividade turística tem sido questionada por promover evasão económica, incitar problemas sociais, além de se caracterizar por gerar passivos ambientais não contabilizados.

Oportunidades

Embora o contexto atual evidencie que o desenvolvimento do turismo é ainda embrionário no país, são vários os relatórios de agências de fomento e do governo reforçando a narrativa de que a riqueza do capital natural e cultural da Guiné-Bissau constitui-se em forte vantagem comparativa, altamente propícia para a atividade de turismo.

Nesse sentido, o país tem em mãos uma oportunidade de desenvolver o turismo responsável – com foco na natureza e na cultura – de forma diferenciada em relação aos países vizinhos da sub-região, os quais optaram por modelos clássicos de turismo massivo.

De entre as oportunidades e as principais vantagens comparativas da Guiné-Bissau em relação ao turismo, destacam-se:

» *Altos níveis de biodiversidade e paisagens exuberantes*

A Guiné-Bissau é um país rico em recursos naturais, com boa parte do seu território com cobertura florestal e dotado de uma diversidade significativa de paisagens. Na parte marítima, tem a vantagem competitiva de ser composto por mais ilhas do que qualquer outro país africano (80 ilhas), com uma biodiversidade única que se destaca pelos hipopótamos de água salgada, crocodilos, cinco espécies de tartarugas marinhas, inúmeras espécies de golfinhos, baleias e manatins. Além disso, o Arquipélago dos Bijagós é considerado a segunda área mais importante da África Ocidental para as aves aquáticas migratórias. Na parte terrestre, é possível encontrar uma grande diversidade de avifauna, além de mamíferos emblemáticos de grande e médio porte, elefante-africano, hipopótamo, elande, chimpanzé, leopardo e leão (MTA & IBAP, 2018). Em termos de avifauna, a localização do país no meio de uma zona de transição entre a floresta da Guiné e a Savana Subsaariana oferece uma rica variedade de espécies (a estimativa mais alta coloca o número em 518). Não para menos, o documento Estratégia Nacional de Ecoturismo elegeu como slogan turístico do país o termo Guiné-Bissau, Terra da Biodiversidade, em razão das potencialidades reunidas neste domínio e do seu diferencial perante os países da sub-região.

²¹ É de salientar que a Guiné Conacry e a Serra Leoa estão ainda se recuperando dos impactos da epidemia de Ébola que repercutiu fortemente nas chegadas internacionais dos dois países. O episódio também repercutiu negativamente na demanda de outros países da sub-região.

» *Sistema de Áreas Protegidas*

A Guiné-Bissau destaca-se também por possuir 26% do seu território declarado como protegido, percentuais próximos aos da Costa Rica, país Centro-americano que se diferencia por possuir políticas avançadas voltadas à conservação e que desenvolveu um mercado de ecoturismo reconhecido mundialmente. De entre os espaços protegidos importantes da Guiné-Bissau encontram-se: a região do Arquipélago dos Bijagós, considerada uma Reserva da Biosfera, que possui 2 Parques Nacionais (PN Orango e PN João Vieira e Poilão) e uma Área Marinha Protegida Comunitária (AMPC UROK); o Parque Natural Lagoas de Cufada, o Parque Natural de Cantanhez, o Parque Natural dos Tarrafes de Rio Cacheu e o Complexo de Áreas Protegidas Terrestres Dulombi-Boé-Tchéché. O Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP) incluiu todas as áreas protegidas acima, com exceção da AMPC UROK, em seu guia de ecoturismo (fevereiro de 2016) que tem o objetivo de divulgar as APS para os visitantes que chegam ao país. No entanto, vale ressaltar que algumas dessas APs ainda não possuem uma oferta turística estruturada apesar de já estarem a ser divulgadas como produtos de ecoturismo. As APs mais visitadas do país estão no Arquipélago dos Bijagós (PN Orango e PN JV Poilão) enquanto que na parte terrestre, estão no PN Cantanhez. As curtas distâncias do território guineense bem como a diversidade de atrativos dessas APs permitiria que o país desenvolvesse circuitos turísticos integrados voltados para o ecoturismo (birdwatching, fotografia de natureza, cultural, etc.), desde que questões relacionadas à acessibilidade, infraestrutura e disponibilidade de serviços fossem superadas.

» *Diversidade étnica e cultural de destaque*

A riqueza étnica e cultural é notável, o país ainda mantém povos com tradições muito bem conservadas e que, sem sombra de dúvidas, trata-se de um diferencial com potencial para roteiros de ecoturismo. Os recursos culturais na Guiné-Bissau incluem uma culinária diversa e interessante, diversos festivais culturais, danças e músicas tradicionais, herança histórica, e artesanatos autênticos. A diversidade cultural do país, associada a recursos naturais e paisagens diversificadas, é um recurso crucial que pode sustentar uma indústria turística de sucesso (MTA & IBAP, 2018). Há um grande potencial de fomentar um modelo de turismo responsável que beneficie as populações locais e que as coloque no centro do planejamento e desenvolvimento da atividade.

» *Posicionamento geográfico estratégico*

País de fácil acesso pelo mercado europeu ainda que as opções de voos não sejam as ideais em termos de disponibilidade e preço. Uma vantagem comparativa é o facto de o arquipélago dos Bijagós ser o arquipélago tropical mais próximo da Europa, localizado a apenas 4 horas de voo de Lisboa, sem alteração significativa de fuso horário.

» *País seguro para visitantes*

Apesar das notícias negativas veiculadas pelos media que têm relação, sobretudo, com a instabilidade política, o país pode ser considerado seguro para os visitantes, com baixos índices de criminalidade.

Desafios e ameaças

Com relação aos principais desafios, bem como possíveis ameaças para o desenvolvimento do turismo responsável, pode-se citar:

» *Instabilidade política, recessão económica e imagem negativa do país*

A situação política global na sub-região e, mais especificamente, na Guiné-Bissau. O facto de o país ser considerado instável de acordo com os websites de informações oficiais de vários países ocidentais, contribui-se bastante para desencorajar muitos potenciais visitantes (MTA & IBAP, 2018). Vale ressaltar que episódios que ocorrem nos países vizinhos também repercutem negativamente na imagem e na demanda da Guiné-Bissau, como por exemplo, a epidemia de Ébola que se instalou na Guiné (Conacry) e em Serra Leoa em anos anteriores.

» *Qualidade das informações disponíveis e da oferta turística existente*

Como relatado anteriormente, o país possui uma oferta turística subdesenvolvida e lacuna de informações turísticas acessíveis, o que impõe dificuldades aos potenciais viajantes.

» *Práticas insustentáveis da oferta turística atual*

A grande maioria do trade turístico, sobretudo do segmento da pesca desportiva, não adota práticas alinhadas aos princípios do Turismo Responsável. Segundo o documento Estratégia Nacional de Ecoturismo, os modos de intervenção parecem aproveitar-se geralmente da vulnerabilidade das comunidades locais e a fraca regulação administrativa do setor. Esta prática é geralmente geradora de conflitos entre os investidores e os proprietários tradicionais, com a administração territorial, com as estruturas de conservação da natureza.

» *Quadro legal e marco regulatório insuficientes / Recursos institucionais deficientes*

O quadro legal em vigor para o setor do turismo na Guiné-Bissau é insuficiente. A desatualização da Lei Base de Turismo e o Regime Jurídico que regula e sustenta o setor do Turismo Nacional, por exemplo, são constrangimentos que trazem dificuldades para regulamentar e implementar as atividades turísticas à escala nacional. Do ponto de vista institucional, o setor do turismo é caracterizado por um grande número de stakeholders e uma estrutura de governação relativamente instável e com poucos recursos (Banco Mundial, 2018). Tal realidade enfraquece as capacidades de controlo dos órgãos competentes, abrindo espaço para práticas inadequadas de operadores, as quais criam riscos para o ambiente e para as populações locais. Segundo a Estratégia Nacional de Ecoturismo, “o Ministério de Turismo e Artesanato, o Ministério da Administração Territorial, Ministério de Negócios Estrangeiros, o IBAP, a Autoridade de Avaliação Ambiental Competente (AAAC), e a Direção Geral do Cadastro (DGC), devem dispor gradualmente de competências e de meios para fazer respeitar as suas prerrogativas e assegurar de que o desenvolvimento do sector respeite as regras, normas e códigos de conduta impostos pela lei. As autoridades administrativas locais e outras autoridades tradicionais devem igualmente ser informadas quanto aos procedimentos em vigor, os direitos das comunidades e os deveres dos promotores, bem como das modalidades de sua aplicação no terreno.”

» *Monitorização do turismo deficiente*

Os dados de turismo para sustentar o planeamento e estratégias setoriais, assim como a tomada de decisões de investidores do setor privado, encontram-se amplamente em falta (Banco Mundial, 2018). Para suportar um processo de planeamento correto, é necessário um sistema de informação estatística que esteja em funcionamento, apto a colecionar, analisar e fornecer os dados de turismo e estatísticas numa base contínua (Banco Mundial, 2018).

» *Turismo de massa*

Uma das ameaças que pode inviabilizar o turismo em moldes sustentáveis no país, é a recorrente tentativa de se promover um turismo de massa, similar ao modelo adotado noutros países da sub-região. Esse tipo de desenvolvimento teria um impacto dramático sobre o frágil ambiente natural e as comunidades locais muito vulneráveis (MTA & IBAP, 2018). Segundo informadores-chave entrevistados, sempre que ocorre uma mudança no governo, essa pressão vem à tona. São comuns as solicitações de instalação de hotéis de grande porte na região insular. “Com o apoio de atores internacionais, o IBAP e a Célula de Avaliação de Impacto Ambiental (CAIA) conseguem, todavia, bloquear algumas vezes os novos projetos de implantação (nomeadamente nos últimos anos, nas ilhas de Papagaio, Meio e Orango)”. “Contudo, estas conquistas são frágeis, temporárias e sistematicamente postas à prova, cada vez que ocorre uma mudança política, em função dos interesses dos eleitos e das suas ligações com os investidores potenciais” Barros, M. in Polet et al (2011).



» *Ausência de uma estratégia de marketing*

Estudos de mercado que subsidiem planos de marketing para o turismo no país constituem também elementos essenciais para o desenvolvimento do setor. A Guiné-Bissau somente conseguirá inserir-se no mercado internacional por meio de uma estratégia de comercialização e promoção responsável, que valorize as suas reais potencialidades.

Por fim, embora os desafios sejam vários, o estado embrionário de desenvolvimento do setor do turismo no país apresenta, todavia, uma janela de oportunidade durante a qual a Guiné-Bissau pode colocar estrategicamente em vigor os elementos para um crescimento verde e inclusivo do setor, algo que seria difícil se já tivessem acontecido investimentos privados significativos (Banco Mundial, 2018).

Políticas públicas relacionadas ao Turismo Responsável

Desde 2004, por meio do DENARP (Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza) a Guiné-Bissau considera o desenvolvimento do turismo como uma das ferramentas de redução da pobreza e de garantia da sustentabilidade ambiental e social. Posteriormente, o Terra Ranka, Plano Operacional e Estratégia de Desenvolvimento Nacional da Guiné-Bissau (2015-2025), providencia uma visão de um país politicamente estável caracterizado pelo desenvolvimento inclusivo, boa governação, e preservação da biodiversidade (Banco Mundial, 2018). Sob essa ótica, o plano destaca o turismo como um dos quatro setores prioritários de crescimento. Embora seja considerado um vetor de desenvolvimento importante, há uma carência de um plano diretor nacional que oriente o desenvolvimento do turismo de forma integrada. Vale ressaltar que a sustentabilidade do Turismo é dependente da articulação e ações conjuntas entre os distintos órgãos governamentais e da sociedade civil, devido à natureza de transversalidade da atividade.

No entanto, há que reconhecer que os avanços nesse sentido têm ocorrido. Recentemente, sob a supervisão técnica do IBAP, com o apoio da UICN Guiné-Bissau e com a participação do Ministério do Turismo e Artesanato (MTA) e da Autoridade de Avaliação Ambiental Competente (AAAC), foi elaborada uma Estratégia Nacional do Ecoturismo na Guiné-Bissau, com o objetivo de definir as orientações que permitirão o desenvolvimento da atividade no país. O documento foi elaborado de forma participativa, envolvendo distintos atores do segmento e aprovado junto do Conselho de Ministro. Igualmente, está em fase de elaboração a Carta da Política Nacional de Ecoturismo, que brevemente será submetida para aprovação do Governo.

Para se avançar nesse processo de planejamento do turismo responsável no território Guineense, trona-se necessário investir nas capacidades das autoridades nacionais de turismo e de agências parceiras, que muitas vezes vivem uma realidade de recursos humanos e financeiros limitados.

TURISMO NO ARQUIPÉLAGO DE BIJAGÓS

Características da oferta e da demanda

Principal destino turístico da pouco visitada Guiné-Bissau, o Arquipélago de Bijagós tem a sua imagem ligada ao isolamento e à diversidade e integridade do seu ambiente natural e cultural. Segundo a National Geographic, é um dos arquipélagos mais preservados e protegidos do planeta, com ambientes que muitas vezes permanecem intocados pelos humanos. Uma rápida pesquisa na internet a respeito do turismo no país indica-nos que a imagem da Guiné-Bissau enquanto destino está quase que exclusivamente ligada ao Arquipélago de Bijagós. O mesmo observa-se no aeroporto de Bissau ou nos hotéis da capital, onde cartazes de divulgação do Arquipélago predominam, dando a sensação de ser o único destino possível para o viajante recém-chegado. Com 88 ilhas e ilhéus classificados como Reserva da Biosfera, muitas são inabitadas em razão da sua natureza sagrada para o povo Bijagó. É um Arquipélago dotado de uma biodiversidade destacável²² e de uma riqueza étnica e cultural singular, fatores que outorgam à região um potencial significativo para o desenvolvimento do ecoturismo.

Embora existam todos esses atributos, os níveis de visitação são bastante baixos e o segmento majoritário na região é o da pesca desportiva. A riqueza aquática do Arquipélago, com a presença de espécies-chave para os amantes da pesca, além da relativa proximidade dos mercados emissores europeus, faz com que a região seja atrativa para esse público específico²³, que parece ser menos sensível às questões de instabilidade do país que se repercutem negativamente na sua imagem no mercado internacional.

A atividade turística nos Bijagós é principalmente empreendida por estrangeiros, essencialmente franceses, que concebem o Arquipélago como uma extensão de Casamance (Senegal) “rica em peixe e preservada do turismo de massas” (Polet et al, 2011). Os seus pacotes “all inclusive” são vendidos na Europa através de agências de viagem especializadas na pesca e na caça, estes clubes são regularmente capa das revistas de pesca europeias e norte-americanas (Polet et al, 2011). A maior concentração destes empreendimentos está nas Ilhas de Rubane e Bubaque.

O segundo principal público no Arquipélago dos Bijagós é o de residentes de Bissau, formado por guineenses de maior poder aquisitivo e por cooperantes que trabalham e vivem temporariamente no país. Esse é um mercado de estadias curtas, que viaja às

²² Segundo maior e mais importante destino para as aves aquáticas migratórias do norte da Europa; populações consideráveis de mamíferos marinhos, cinco espécies de tartarugas marinhas, sendo a maior colônia de nidificação da tartaruga verde (*Chelonia mydas*) da África ocidental; além de uma população considerável de hipopótamos com hábitos terrestres e marinhos.

²³ Os pescadores desportivos têm uma motivação específica e a pesca é um tipo de hobby. Normalmente, possuem um perfil desbravador e parecem ser menos sensíveis a limitações de serviços ou infraestrutura dos destinos, assim como questões ligadas a instabilidades.

ilhas durante os fins de semana. Entre os empreendimentos visitados pela equipe de consultores, aproximadamente 20% do público mencionado pelos empresários consiste nessa demanda local.

As duas AMPs do Arquipélago que permitem o turismo recebem pescadores desportivos e turistas interessados na observação de fauna e na cultura Bijagó. O Parque Nacional de Orango tem como principal atração os hipopótamos marinhos, além de roteiros culturais nas tabancas; já no Parque Nacional João Vieira e Poilão, o chamariz é a desova de tartarugas marinhas, a presença de aves aquáticas e do raro papagaio cinzento de Timeh. Os dados de visitantes do IBAP²⁴ indicam que no ano de 2013 por volta de 700 pessoas chegaram ao PN Orango, ao passo que PN João Vieira e Poilão recebeu um número aproximadamente similar de turistas. Apesar de existirem falhas no sistema de coleta de dados da demanda - facto que impede uma estimativa precisa do número de visitantes - fica evidente que os níveis de visitação às AMPs do arquipélago são pouco expressivos. De acordo com os dados, os visitantes que chegam às AMP (via IBAP) são em sua maioria pescadores, comprovando a prevalência do segmento da pesca desportiva também nas Áreas Protegidas. Nos últimos anos, o IBAP tem intensificado ações de divulgação do potencial das APs para o ecoturismo, inclusive com a operação de roteiros integrando PN Orango e PN João Vieira e Poilão.

Principais empreendimentos ecoturísticos no arquipélago

Em relação aos empreendimentos turísticos do Arquipélago, são poucos os que têm como foco principal o ecoturismo. A sua maioria, como já relatado, atua no segmento de pesca desportiva e, eventualmente, realiza atividades ecoturísticas, principalmente as relacionadas à observação de hipopótamos ou tartarugas e visitas a tabancas.

A iniciativa que mais se destaca no segmento do ecoturismo - em termos da oferta e da demanda e pela busca em seguir os princípios da atividade - é o Orango Parque Hotel, localizado no Parque Nacional de Orango. O hotel foi adquirido pela Fundação MAVA nos anos 2000 e é gerido pela CDB Habitat em parceria com uma associação local. No Orango Parque Hotel, aproximadamente 80% são turistas estrangeiros (Espanha, Inglaterra, França, Portugal, principalmente) e 20% cooperantes expatriados que residem em Bissau. Por volta de 20% dos que chegam têm interesse na pesca desportiva, ao passo que o restante realiza atividades de ecoturismo, com foco em natureza e cultura. No ano de 2017, o hotel recebeu 345 pessoas. São vários os roteiros ecoturísticos oferecidos pelo hotel - inclusive com a combinação com outros destinos do Arquipélago e do continente - que possibilitam a observação de fauna, atividades culturais variadas, atividades de aventura, entre outras.

A equipa é constituída por 4 funcionários em Bissau e 18 no hotel. O empreendimento emprega, sobretudo, moradores locais da tabanca de Eticoga. A participação comunitária dá-se através do trabalho no hotel - sobretudo - mas os locais não estão envolvidos nas decisões estratégicas. O Hotel apoia projetos sociais, tais como escola, centro de saúde, cercamento elétrico de plantações de arroz, ponte, etc.

Embora o empreendimento esteja em operação por mais de 15 anos, ainda existem desafios relacionados à sustentabilidade financeira da iniciativa. Em função disso - e

²⁴ Dados fornecidos pelo departamento de ecoturismo do IBAP. A coleta de dados da demanda nas AMPs do Arquipélago ainda apresenta falhas e carece de continuidade nas coletas, além de uma sistematização adequada das informações.

também pelo facto do encerramento das atividades da Fundação MAVA, proprietária do hotel, no ano de 2022 – foi realizado recentemente um estudo de viabilidade para se avaliar cenários futuros para o empreendimento. O Anexo 4 traz maiores informações sobre o empreendimento.

Também no PN Orango, a casa de hospedagem comunitária de Anôr é um projeto de ecoturismo experimental que tem o seguimento do IBAP. Há uma associação de mulheres que tem a responsabilidade da gestão da casa com apoio do IBAP. Os turistas que se dirigem a Anôr têm como motivação principal ver hipopótamos. Apesar de ser um projeto relativamente antigo (a construção começou em 2008), o empreendimento ainda recebe poucos visitantes, facto que tem desmotivado alguns comunitários envolvidos (ver Anexo 3).

O Hotel Ilha de Keré, embora tenha como foco principal a pesca desportiva, nos últimos anos tem procurado desenvolver programas voltados para o público ecoturista. Segundo o empresário, há um incremento de famílias no hotel, com mulheres e filhos acompanhando o pescador, facto que abriu possibilidades para roteiros de ecoturismo. O empreendedor afirma que atualmente 40% dos seus hóspedes já são ecoturistas, sendo que destes 20% chegam por agências (Europa) e 20% são de fins de semana (Dakar e Guiné-Bissau). As principais nacionalidades dos ecoturistas são franceses, alemães, espanhóis e italianos. As atividades destinadas aos ecoturistas são visita a Orango (hipopótamos), Caravelas (macaco-verde), atividades nas comunidades, tais como feitiço de esteiras, visita ao pampam, coleta de combé com as mulheres, etc. O hotel recebe por ano por volta de 300 turistas.

O empreendimento possui de 4 a 5 funcionários com contrato permanente durante o ano todo. Na alta temporada, o número de funcionários sobe para 30, sendo que com estes há um contrato sazonal. Por volta de 90% dos trabalhadores são bijagós, o restante de Bissau. Além de prestação de serviços, comunidades vendem produtos ao hotel (porco, banana, galinhas, caju, frutas tradicionais, etc.) e fornecem também palha para a cobertura. Segundo o empresário, há turistas que trazem doações à comunidade (sacos de arroz, material escolar, etc.) ou realizam trabalhos voluntários, como médicos e profissionais de saúde (maiores informações no Anexo 5).

Principais impactos ambientais, socioculturais e económicos

Embora o fluxo turístico do Arquipélago seja pequeno, já são evidentes problemas à escala local devido ao frágil ordenamento e à insuficiente governança e controle do turismo no território. O estudo mais crítico a respeito, elaborado por Polet et al (2011), faz um exame das experiências ligadas ao turismo no arquipélago, afirmando que, em termos de resultados, o balanço geral da atividade é negativo, tanto para a população como para o ambiente. Segundo os autores, o turismo – tal como vem sendo desenvolvido nos Bijagós – não responde aos objetivos da Reserva de Biosfera, já que um grande número de normas elementares em matéria de preservação é pouco ou nada respeitado.

Efeitos colaterais característicos do turismo desordenado são vivenciados, sobretudo, nas ilhas onde a atividade ocorre mais intensamente. “Em Bubaque, pólo de atração para os jovens do Arquipélago insatisfeitos com a vida nas aldeias, a presença dos turistas combinada com a fraca capacidade de absorção do setor turístico contribui para o desenvolvimento de comportamentos desviantes tais como o roubo, a mendi-

cidade, a prostituição, o tráfico de drogas. Estes efeitos perversos, ainda relativamente limitados, poderão crescer com o tempo e com o aumento do fluxo de turistas” (Polet et al, 2011).

Um marco legal insuficiente, além de órgãos de gestão e controle enfraquecidos, favorece a pressão fundiária e enfraquece a soberania das populações nativas sobre o território. Segundo o estudo de Polet e colaboradores, muitos terrenos cobiçados situam-se nas ilhas desabitadas ou nas praias de ilhas habitadas que possuem função produtiva ou são sagrados para as populações. Operadores aproveitam-se das necessidades locais e da fragilidade dos direitos locais de propriedade e de usufruto das terras para atingir os seus fins. Conflitos ocorrem no seio das comunidades – entre famílias, tabancas e clãs – e, também, entre habitantes e operadores. A mercantilização das terras associada ao turismo cria uma dinâmica de competição pelas terras produtivas, o que constitui um vetor de potenciais conflitos a médio prazo.

Outros aspetos que merecem atenção e que foram apontados pelos autores do estudo são: a falta de mão-de-obra local na gestão da atividade, empregos diretos pouco numerosos e precários, retornos económicos indiretos limitados, perda de património imobiliário, perda de coesão social, mudanças nas relações de trabalho, entre outros.

Do ponto de vista sociocultural, constata-se que em alguns locais há uma instrumentalização do património cultural, com estímulos à folclorização para atender a demanda dos visitantes por “autenticidade”. Essa prática de mercantilização da cultura estimulada por operadores tem sido questionada enquanto promotora de valorização e fortalecimento cultural.

Ambientalmente, os maiores problemas têm relação com a gestão do lixo, com a perturbação dos ambientes, sobretudo os sensíveis em termos de reprodução das espécies; e com o enfraquecimento das regras comunitárias de gestão dos recursos naturais.



Questões-chave para o desenvolvimento do turismo responsável

O Arquipélago de Bijagós é uma região sensível e frágil do ponto de vista ambiental e sociocultural. Num contexto como este, o turismo desordenado pode acarretar prejuízos sérios aos ecossistemas e populações que ancestralmente habitam esse território. Considerando que a atividade se encontra ainda em estágio inicial, medidas eficientes de planeamento, ordenamento e controle que orientem o desenvolvimento responsável do turismo precisam de ser implementadas de forma prioritária.

Há que se reconhecer que avanços nesta matéria têm sido realizados nos últimos anos. A nível nacional, as já mencionadas Estratégia Nacional de Ecoturismo e Carta da Política Nacional de Ecoturismo são bons exemplos. Outro ponto positivo diretamente ligado às AMPs do Arquipélago foi a criação de Regras e Normas para a prática de ecoturismo e da pesca desportiva no âmbito das Áreas Marinhas Protegidas, que servem como instrumentos reguladores das atividades. Além disso, está prevista a elaboração de um Plano Diretor Regional para o Turismo na Reserva da Biosfera do Arquipélago dos Bijagós que tem o objetivo de dotar a região de planos, programas e projetos para o desenvolvimento do ecoturismo. Sendo de ressaltar o facto de ser fundamental contemplar o segmento da pesca desportiva nessas ações de planeamento e ordenamento, uma vez que tal atividade é a principal promotora dos impactos evidenciados no Arquipélago.

O alinhamento deste plano regional a um plano nacional torna-se também necessário, além da manutenção do diálogo entre IBAP e MTA, de forma a se implementar o turismo sob a ótica da sustentabilidade, sem dar margens a modelos de turismo massivo comprovadamente prejudiciais.

Deheunynck et al. (2004) APUD Cazalet, B (2011) mencionam que as iniciativas ecoturísticas nas áreas protegidas costeiras e marinhas da África Ocidental frequentemente permanecem como prerrogativas de atores externos especializados. Como resultado, os benefícios financeiros diretos geralmente escapam às populações locais dessas áreas e limitam-se aos retornos sobre o fornecimento de matérias-primas de baixo valor, a venda de produtos artesanais e outras lembranças e o emprego sazonal como guias ou assistentes turísticos.

Esse cenário descrito já acontece, em certa medida, no Arquipélago dos Bijagós. Faz-se necessário, portanto, reorientar essa tendência de participação periférica das comunidades no desenvolvimento do turismo, trazendo-as para o centro dos processos de tomada de decisão e gestão da atividade, caso contrário, corre-se o risco de se perpetuar um modelo de turismo concentrador, promotor de desigualdades e impactos socioambientais.



CARACTERIZAÇÃO GERAL DA AMPC UROK

O processo de criação da Área Marinha Protegida Comunitária das Ilhas Urok remonta a 1993 e está fortemente ligado ao processo de criação e consolidação da Reserva da Biosfera do Arquipélago Bolama-Bijagós. Segundo Said e Abreu (2011), o facto de o complexo insular de Urok ser uma das áreas centrais definidas aquando do zonamento da Reserva da Biosfera levou à sua progressiva transformação em área protegida, com a particularidade do processo de criação ter sido conduzido pela Tiniguena na base de uma dinâmica de desenvolvimento local, assente num modelo de gestão marcadamente comunitário e participativo.

Muito trabalho de concertação e mediação com as três ilhas foi necessário “discutimos, fizemos sensibilização através da rádio, através das reuniões, trabalho de porta-a-porta nas três ilhas e foi construído o documento de gestão da Área Marinha Protegida [Plano de Gestão Urok] com as pessoas. Então, os homens grandes das ilhas – hoje Comité de Gestão Urok - quiseram que a Tiniguena os acompanhasse até Bissau para serem recebidos por quatro ministros e pelo primeiro-ministro. Foi a primeira vez nesta costa de África que as comunidades apresentaram este tipo de documento, explicaram o objetivo da criação da Área Marinha Protegida de Gestão Comunitária, onde a população quer ter o direito, a responsabilidade e a força de gestão dos recursos desta área” (Sábado Vaz in Oliveira, S. et al, 2009).

Em 2005, o governo Guineense coroou esses esforços por meio dos decretos de lei N.º 8 e N.º 9, criando a AMPC Urok e aprovando o seu plano de gestão. O seu estabelecimento foi um marco para o Sistema Nacional de Áreas Protegidas da Guiné-Bissau, inaugurando a primeira Área Protegida Marinha Comunitária do país.

O ambiente natural

O Complexo Urok abriga uma biodiversidade notável, sobretudo na sua zona costeira e marinha, com a presença de numerosas espécies de aves, grande diversidade de répteis ou espécies emblemáticas como o manatim, golfinhos, crocodilos, o macaco-verde, entre outras.

Graças à cobertura de mangal, bancos de areia e de vasa, habitam as ilhas várias espécies de peixes, crustáceos e moluscos, importantes para a alimentação e para a economia dos residentes e do país. Os mangais de Urok desempenham um papel ecológico de extrema importância na manutenção da produtividade biológica da zona, onde formam um dos maiores conjuntos em forma de maciço desta formação vegetal original no que diz respeito ao arquipélago (Plano de gestão, 2003).

O interior destas ilhas caracteriza-se por um mosaico de meios naturais distintos: o palmar, precioso para os Bijagós e à sombra do qual cultivam o arroz pam-pam (sequeiro); as terras agrícolas, onde lavram o feijão e a mancara bijagó; a savana herbácea e arbustiva, da qual retiram a palha para cobrir as casas; e amostras dispersas de florestas, donde extraem produtos variados para a alimentação e a farmacopeia (Tiniguena²⁵).

A dimensão humana

Segundo dados do último recenseamento populacional²⁶, a população residente das ilhas Urok, dispersa por 33 aldeias/tabancas, é de aproximadamente 3.000 habitantes, sendo a maior concentração na ilha Formosa (cerca de 1.900), seguida de Nago (cerca de 600) e Chediã (cerca de 400). A população apresenta uma estrutura etária jovem. Ao nível das 3 ilhas, os jovens com menos de 20 anos representam 55% da população enquanto os que têm mais de 40 anos representam apenas 20% (2º Plano de gestão, 2013). A população não residente é considerável, sendo em grande parte constituída por indivíduos de etnia Papel oriundos do continente, que temporariamente imigram para o complexo de Urok no quadro da exploração de recursos naturais (peixe, moluscos, óleo de palma, etc.), bem como por pescadores Nhomincas originários do Senegal (Said e Abreu, 2011).

A população Bijagó da AMPC Urok vive agrupada em aldeias (tabancas), geridas de forma bastante autónoma pelos anciões e dirigidas por régulos cuja autoridade pode estender-se a uma ou mais tabancas (Said e Abreu, 2011). A sociedade está organizada em classes de idades, em que os elementos de uma classe etária têm obrigações para com os da classe etária superior, sendo o Conselho dos Anciãos o principal órgão de gestão e regulação da sociedade. Há mitos, valores, normas e interdições controladas pelo Conselho dos Anciãos que regulam o acesso aos espaços e seus respetivos recursos, impedindo a sua degradação e assegurando a manutenção do património natural rico das ilhas de Urok e do arquipélago dos Bijagós (Oliveira, S. et al, 2009).

Em virtude das características do meio, da forma de organização da produção e do isolamento, uma parte muito substancial da população vive numa situação próxima do limiar de subsistência. A isso estão associadas consequências adversas ao nível do desenvolvimento humano (saúde, educação, rendimento), mas também um conjunto de estratégias específicas por parte da população local, nomeadamente em termos de redistribuição e solidariedade comunitárias e ao nível da diversificação produtiva como estratégia de subsistência (Said e Abreu, 2011).

Sítios sagrados

A vida destas populações tem ligação intrínseca com o sagrado. De religião animista, o povo Bijagó mantém com o ambiente que o rodeia relações de ordem espiritual. Muitos locais naturais (ilhas, areais e praias, mato, florestas, árvores, rios, mar) são pensados como espaços onde habitam seres sobrenaturais ou a eles devotados e apropriados para um vasto número de ações rituais e, como tal, considerados sítios sagrados (Saraiva, C. 2015). São espaços cruciais para a vida social e para a sobrevivência da própria cultura, recursos e ecossistemas. O facto de serem sagrados faz com

²⁵ <http://www.tiniguena.org/page5.html>

²⁶ Realizado em 2009 e atualizado em 2014.

que estejam tradicionalmente protegidos da devastação provocada pelo uso humano²⁷ (Saraiva, C. 2015).

As decisões relativas à utilização do espaço e dos recursos são tomadas pelos mais velhos, em cerimónias durante as quais são consumidos recursos específicos da fauna ou da flora (manatins, ostras, mangas, etc.). Algumas ilhas são consideradas sagradas e constituem, frequentemente, locais de importância primordial para a biodiversidade (Brenier, A., Ramos, E. Henriques, A., 2009). Cultura e natureza formam, assim, um todo indissociável, reforçando-se mutuamente. (Oliveira, S. et al, 2009)

Como relatado por Polet et al (2011), esses espaços sagrados do arquipélago sofrem frequentemente pressão de empresários do ramo turístico, que em razão da falta de ordenamento e controle da atividade, avançam sobre essas zonas, representando fortes ameaças aos alicerces da conservação na região.

A economia local

Said e Abreu (2011) identificaram num estudo socioeconómico que a agricultura constitui a base fundamental da economia da AMPC Urok, tanto em nível de autoconsumo quanto como fonte de rendimento monetário. De entre as atividades que se destinam principalmente ao consumo destacam-se o combé, o arroz de sequeiro (n'pampam), feijão, vegetais hortícolas, mancarra, mandioca, arroz de bolanha; enquanto as que se destinam fundamentalmente ao mercado interno ou externo são o caju e o óleo de palma. O estudo demonstrou que das 15 atividades produtivas identificadas, cada unidade familiar produz correntemente uma dezena, facto que mostra uma grande diversificação da produção e uma estratégia fundamental para aumentar a resiliência face à adversidade. O 2º Plano de Gestão da AMPC Urok menciona que todas as famílias têm acesso à terra, sem terem necessidade de recorrer a qualquer aluguer ou prestação de serviço, contudo, existem situações próximas da pobreza, por vezes associadas a problemas de desnutrição ou de difícil acesso a bens e serviços essenciais.

A reserva de valor sob a forma de dinheiro é uma prática pouco comum na AMPC Urok. Pelo contrário, a mais importante forma de reserva de valor consiste nos animais (Said e Abreu, 2011). Cada família dispõe em média de uma vaca, de um porco, de três cabras e de 9 galinhas, estes animais permitem às famílias fazer face a necessidades ocasionais, sabendo que a venda de um animal determinado pode responder a uma dada necessidade (2º Plano de gestão, 2013).

O estudo socioeconómico de Said e Abreu indica que as trocas comerciais são realizadas principalmente pelos comerciantes que vão comprar o caju em troca de arroz ou de artigos de primeira necessidade, pelos residentes proprietários de butiques e enfim, pelos "exportadores" de produtos locais tais como o óleo de palma ou os animais. Com relação às disparidades económicas, segundo os autores, quando comparadas famílias

²⁷ Por exemplo, as ilhas sagradas são espaços salvaguardados por tabus, fazendo com que a atividade humana tenha lugar de forma regulada. Do mesmo modo, a agricultura e exploração sustentável dos recursos estratégicos para as comunidades proprietárias do solo são consentidos segundo regras mais restritas. O cultivo do arroz m'pampam (arroz de sequeiro), por exemplo, é permitido respeitando-se ciclos de pousio amplos (normalmente quinze a vinte anos). Outras vezes, a exploração dos recursos existentes nesse espaço é permitida em apenas certas ocasiões e para determinadas cerimónias tradicionais. Algumas praias são lugares de culto cerimonial, mas, igualmente, lugares para a circulação do gado, coleta de moluscos e pesca costeira. Ou seja, têm uma função cultural enquanto lugares sagrados, pois estão integradas no espaço do fanado, cerimónia periódica crucial para reajustar e atualizar a organização interna das comunidades e a relação entre os seus indivíduos (Saraiva, C. 2015).

envolvidas em diferentes atividades, o comércio e o caju estão associados a um nível de rendimentos relativamente mais elevado, enquanto que a pesca e o óleo de palma a um nível mais reduzido.

A pesca tradicional Bijagó é, sobretudo, uma pesca de subsistência, geralmente destinada ao consumo próprio e em alguns casos às cerimônias (Brenier, A., Ramos, E. Henriques, A., 2009). Contudo, Said e Abreu (2011) relatam um florescimento da atividade ao longo dos últimos dez anos em consequência das restrições impostas pelas regras da AMPC, que estabelecem um conjunto de zonas de pesca de utilização exclusiva por parte da população local.

Em termos de conflito por uso de recursos, há ocorrências entre a população nativa e alguma população proveniente do exterior, de etnia Papel, em resultado das modalidades de exploração dos recursos naturais mais intensivas e direcionadas para o mercado exterior (Biombo e Bissau) adotadas por esta última. Tal tem sido verificado, nomeadamente, no contexto da atividade piscatória e da exploração de produtos florestais (óleo de palma, palha, cibe, etc.) (Said e Abreu, 2011).

As regras de uso e o zoneamento

O 2º Plano de Gestão da AMPC Urok (2014-2023) divide o conjunto de regras que incidem sobre a Área Protegida em quatro grandes grupos: a) regras gerais segundo a legislação nacional, b) regras gerais que prevalecem no território Urok, c) regras relativas à exploração de recursos marinhos e costeiros e d) regras relativas à exploração dos ecossistemas e recursos terrestres.

Em relação às **leis gerais de carácter nacional** mais importantes estão a Lei-quadro das Áreas Protegidas, pela lei de base do Ambiente, pela lei geral das Pescas assim como o regulamento da pesca artesanal, a lei das Florestas e ainda a Lei da Terra. Temas como, por exemplo: a construção de infraestrutura, concessão de licenças, transmissão de direitos de uso, caça e captura de espécies protegidas, entre outros; são tratados no quadro das leis mencionadas.

No que diz respeito às **regras gerais sobre o território**, os temas regulamentados contemplam: condutas para os agentes económicos e novos atores, turismo, acesso às ilhas e rios sagrados, conservação da fauna e da flora e gestão dos lixos.

As **regras relativas à exploração dos recursos costeiros e marinhos** discorrem sobre: definição de pescador residente, acampamentos, travessia da barriga das ilhas, exploração de conchas, utilização da madeira e lenha do tarrafe, técnicas e engenhos de pesca e pesca desportiva.

As **regras relativas à exploração dos ecossistemas e recursos terrestres** incidem sobre questões como o sistema de propriedade de terras e regras de acesso tradicionais, bem como regras específicas de exploração de ambientes e recursos, tais como as savanas, as taras, as árvores, etc.

O território marítimo da AMPC Urok em termos de zoneamento segue a lógica do sistema de zoneamento da Reserva de Biosfera. São três as zonas existentes:

Zona de conservação ou zona central (Zona 1)

“Compreende toda a zona de mangues e rios associados, nomeadamente o contorno das ilhas assim como o espaço compreendido entre Formosa, Nago e Chediã, designado por *barriga das ilhas*. Nesta zona, o acesso aos recursos deve ser exclusivamente reservado aos residentes, mas com a finalidade de satisfazer as necessidades alimentares e cerimoniais. É, ao mesmo tempo, uma zona que, pela sua produtividade, corresponde ao coração do sistema costeiro de Urok, no plano ambiental. Simultaneamente frágil, produtiva e próxima das tabancas, esta zona é considerada de grande interesse estratégico, pela sua capacidade de garantir simultaneamente a segurança alimentar, a segurança cultural e a segurança ambiental das ilhas Urok e das suas populações.” (Plano de gestão, 2003).

Regras específicas da Zona 1

Nesta zona a **pesca é reservada somente aos pescadores residentes, para fins alimentares ou cerimoniais**, utilizando-se de canoa a remo ou vela. Qualquer pesca comercial é vetada. Igualmente, existem normas relacionadas aos tipos de engenho de pesca que os pescadores podem utilizar.

Zona de desenvolvimento (Zona 2)

“Zona que se estende a partir do limite da zona central até o limite exterior dos principais bancos que contornam as ilhas: o acesso aos recursos é ali reservado exclusivamente aos residentes nas ilhas Urok, para fins alimentares, cerimoniais e comerciais. O princípio de exclusividade de direito de acesso às comunidades residentes permite garantir a sua segurança económica.”

Regras específicas da Zona 2

Para se pescar comercialmente, os pescadores residentes precisam de estar recensados e seguir à risca as regras gerais de acesso aos recursos costeiros e marinhos em vigor.

Zona de transição ou de solidariedade (Zona 3)

“Situada entre o limite exterior da zona tampão até o limite marítimo da AMPC Urok. O acesso a esta zona é autorizado tanto aos pescadores residentes como os não residentes e aos pescadores desportivos, sob reserva do respeito das regras definidas para o território Urok. O acesso aos pescadores não residentes faz parte integrante da lógica global deste Plano de Gestão, pois os esforços de gestão não devem beneficiar unicamente as comunidades residentes, mas sim o país na sua generalidade.”

Regras específicas da Zona 3

Autorizada a pesca para fins comerciais, sendo acessível aos pescadores desportivos a aos pescadores artesanais residentes ou não, desde que em situação legal no país e munidos de licença. Deve-se respeitar à risca as regras gerais de acesso aos recursos costeiros e marinhos em vigor.

A gestão participativa da AMPC UROK

O processo de gestão comunitária das Ilhas Urok busca promover o desenvolvimento sustentável da AMPC e a apropriação pelas comunidades locais da gestão do seu território. Para isso, a Área Protegida possui uma estrutura complexa de governação e gestão participativa onde têm assento os representantes da população, os parceiros de desenvolvimento e representantes de instituições do estado de forma a propiciar a plena participação. Antes mesmo da criação da AMPC o modelo vinha sendo experimentado e está em funcionamento, desde então, com alguns pequenos ajustes ao longo dos anos.

Existem instâncias em variados níveis (ao nível de tabanca, de ilha e de AMP), sendo que algumas são de carácter consultivo e outras de natureza deliberativa. O Anexo 1 traz um quadro síntese com informações a respeito desses órgãos de governação e gestão, com base no 2º Plano de Gestão na AMPC Urok. Igualmente, o Anexo 2 ilustra, em forma de organigrama, o sistema de governança e gestão da área protegida comunitária.

As contribuições da criação da AMPC UROK

O estudo Palavra de Urok fez um levantamento dos impactos da AMPC por meio de inquéritos junto da população local. A pesquisa procurou identificar possíveis resultados desde o ano de 2003 no que diz respeito ao bem-estar da população, à biodiversidade, aos recursos haliêuticos e à evolução das pressões sobre a área protegida. Com uma média de percentagens de todos os indicadores de 64%, a AMPC parece ter um impacto muito positivo quer em termos de conhecimento pela comunidade local das regras de gestão, diminuição das pressões, proteção da biodiversidade, restauração dos recursos haliêuticos e de melhoria das condições de vida da população (Brenier, A., Ramos, E. Henriques, A., 2009).

No que se relaciona à qualidade de vida das populações, o estudo confirma que a implantação da Área Protegida foi muito positiva, oferecendo-lhes meios de comunicação (transportes marítimos e rádios VHF) e melhores serviços de educação e saúde, organizando e apoiando um certo número de atividades de subsistência e de produção económica e permitindo a comercialização de certos produtos. Os indicadores também apontam para um aumento dos rendimentos auferidos pela atividade da pesca; uma maior disponibilidade da reserva de peixes para o consumo das famílias e consequentemente um impacto da AMPC sobre a segurança alimentar das Ilhas Urok; uma diminuição do tempo gasto numa saída de pesca e de apanha de bivalves; uma disponibilidade de recursos marinhos que permite à cultura e em particular às cerimónias religiosas que utilizam esses recursos perdurar; uma diminuição do número de conflitos em torno da utilização dos recursos costeiros e marinhos.

Em linhas gerais, os indicadores analisados pelo estudo sustentam que – apesar da ausência de atividades de acompanhamento ecológico e da carência de dados – a AMPC tem um impacto muito positivo sobre a biodiversidade. Em particular, os utilizadores inquiridos observaram em massa um aumento da abundância de peixes, manatins, tubarões, tartarugas, golfinhos, aves, assim como um efeito positivo da AMPC sobre a riqueza específica da população de peixes.

O estudo indica também que os trabalhos de conservação no âmbito da AMPC Urok contribuíram positivamente ao respeito das regras de gestão, fazendo com que a pressão de pesca e sobre a biodiversidade diminuíssem, no caso da pesca, por exemplo, práticas mais sustentáveis passaram a ser adotadas.

É de ressaltar que num contexto de erosão cultural vivenciado no arquipélago, o património cultural existente nas ilhas reveste-se de extrema importância. São tradições da cultura Bijagó ainda muito vivas, além de inúmeros sítios e ilhéus sagrados que se beneficiam da existência da AMPC.

Outra indiscutível contribuição diz respeito ao sistema de governação partilhada desenvolvido na AMPC, que de facto é de grande importância para o país e para a região. Além disso, a experiência acumulada pelos atores envolvidos no processo de criação da AMPC Urok nos domínios da animação e da gestão participativa.

Os principais desafios e ameaças para a AMPC

O 2º Plano de Gestão traz reflexões acerca de fatores de transformação que estão em curso no território que compõe a AMPC e que geram desafios à manutenção dos meios de vida dessas populações. De entre eles, o processo de monitorização da economia local que combinado às necessidades materiais prementes vivenciadas pela população fazem com que recursos naturais sejam vendidos por preços irrisórios - que não correspondem ao seu valor de mercado - e podem fazer com que as gerações futuras sofram de falta de alternativas e recursos alimentares.

Outra problemática é a tendência da conversão de palmeirais em cajuais em razão do preço da castanha do caju no mercado. A monocultura do caju como é feita nas ilhas empobrece significativamente as áreas, tendo em vista que em alguns anos as árvores deixam de produzir. Esse processo de mercantilização acentuado modifica, aos poucos, a relação cultural e religiosa das comunidades com a terra, já que recursos como o vinho de palma, conchas, lingrons, etc. são de fundamental importância para rituais e cerimónias. Igualmente, pode gerar um enfraquecimento de certos mecanismos de regulação da pressão sobre os recursos da biodiversidade.

Muitas mudanças em curso têm atingido, sobretudo, a faixa etária jovem. Oliveira, S. et al (2009) menciona que se a tendência para a emigração da camada juvenil vier a transformar-se numa situação estrutural, toda a identidade cultural e organização social Bijagó será posta em causa, particularmente no que concerne à sua coesão e equilíbrio, fruto duma relação estreita estabelecida entre os distintos grupos de cerimónia (paga garandesa) que é a segurança social de todos aqueles que um dia vierem a ganhar o estatuto de ancião (homí garandi).

Outro fator que tem gerado grandes desafios diz respeito à influência crescente de outras religiões que denigrem as crenças animistas, tais como as igrejas pentecostais. Tal realidade tem levado a conflitos e necessitam de atenção e ações que promovam o diálogo intergeracional e interreligioso.

O conjunto desses fatores mencionados leva a um comportamento mais individualista e um enfraquecimento do sistema coletivo de vida. Para fazer frente a esses desafios impostos pelas transformações em curso, o 2º plano de gestão identifica como prioritário reforçar e fortalecer a autonomia do sistema de governação, implicação da juventude a fim de que ela tome consciência da importância de guardar sua cultura e

de apropriar-se do território, refletir sobre a situação das mulheres e jovens raparigas, permitindo que elas estejam mais disponíveis e que possam participar mais efetivamente no sistema de governação da AMPC Urok.

Por fim, o equilíbrio da sociedade bijagó repousa sobre os laços estreitos que unem os seus diferentes componentes e sobre a interdependência das classes de idade e de sexo. Se esta organização viesse a se dismantelar, a sociedade não teria mais a capacidade de resistir coletivamente às pressões vindas do exterior (2º Plano de gestão, 2013).

DIAGNÓSTICO PARA AVALIAÇÃO DO POTENCIAL TURÍSTICO

Antecedentes relacionados ao turismo

Algumas experiências mal sucedidas ligadas ao turismo aconteceram no território das Ilhas Urok num passado recente, contribuindo para sustentar - de forma compreensível - o argumento de interdição da atividade na AMPC até aos dias atuais. O episódio mais traumático, sem dúvida, foi o da instalação de um resort italiano na Ilha de Maio (Chediã), na década de 90. Um hotel com cerca de 100 camas, com infraestrutura destoante - inclusive com heliporto e discoteca - e que era frequentado por governantes, empresários, entre outros. Suspeitas de corrupção, lavagem de dinheiro e outras atividades ilegais parecem fazer parte do contexto de implantação do empreendimento, que na guerra civil de 1998 foi abandonado e teve a sua estrutura degradada ao longo dos anos. Em visita à área, pôde-se observar as estruturas que sobraram, escadarias, alicerces de grandes construções, vestígios de canalizações e sistema de esgoto e instalações elétricas.

Um dos fatores de conflitos com a comunidade de Botai, proprietária da área, foi o facto de o hotel ter sido construído num espaço sagrado, reservado para as cerimónias tradicionais do fanado. Quase todas as promessas feitas à comunidade Bijagó, como contrapartida para a utilização deste espaço, não foram respeitadas, criando assim, progressivamente, situações de conflito (Plano de gestão, 2003). A comunidade à época sentiu-se impotente.

O complexo turístico gerou também pressão sobre recursos naturais locais. Segundo o 1º Plano de Gestão, o incremento da exploração comercial das ostras destinadas aos turistas contribuiu muito para a sobreexploração deste recurso e o empobrecimento gradual dos sítios da sua ocorrência, sendo que algumas destas zonas de exploração não conseguiram restabelecer as suas capacidades de regeneração até a data de publicação do documento, no ano de 2005, ou seja, 7 anos depois do encerramento do hotel.

Durante o período de funcionamento do hotel, as comunidades percebiam algum benefício económico gerado através da compra de peixes e empregos. Além disso, eventualmente, quando alguém da comunidade adoecia, o hotel cedia transporte para levar o doente a Bissau.

No entanto, as relações chegaram a um desgaste extremo quando o gerente do empreendimento começou a abater as vacas da tabanca que se encontravam no espaço da praia (é costume da comunidade, na época seca, soltar as vacas). A morte das vacas enfureceu a comunidade, que tentou falar com o gerente, mas sem sucesso. Quando veio a guerra o hotel teve a sua atividade cessada. No entendimento das lideranças de Botai, o fracasso do empreendimento tem ligação com o facto de eles terem invadido um território sagrado.

Esta experiência na Ilha de Maio gerou um mau estar enorme e teve uma grande repercussão na região, contribuindo para que a atividade de turismo fosse considerada indesejada por grande parte da população do território durante muitos anos.

Interesses e pressão de atores externos

Ainda que o hotel na Ilha de Maio tenha sido o único empreendimento de turismo que foi de facto instalado no território da AMPC, são vários os relatos de tentativas de aquisição (ou uso) de áreas por atores externos, nomeadamente empresários do setor turístico. Estes buscam implementar as mesmas estratégias de negociação utilizadas junto das comunidades de outras áreas do arquipélago, bem documentadas no estudo Polet e colaboradores de 2011. Durante a nossa visita à tabanca de Botai, as lideranças entrevistadas mencionaram que recentemente uma pessoa - no papel de interlocutora de um empresário - os procurou para sondar a possibilidade de se retornar a usar o espaço do hotel em ruínas.

Segundo eles, não se trata de um caso isolado, eventualmente outros aparecem para sondar possibilidades, mas depois não retornam mais. Quando perguntamos às lideranças o que eles pensam sobre isso, a resposta foi que eles estariam dispostos a negociar, com a condição de não permitir a invasão da área sagrada²⁸. Tal afirmação mostra o risco iminente de se repetir uma experiência mal sucedida de instalação de agentes turísticos externos, o que pode acarretar problemas socioambientais à área, inclusive com repercussões negativas à restante AMPC (conflitos entre tabancas e ilhas, desrespeito ao Plano de Gestão, enfraquecimento da gestão participativa, etc.).

A tabanca de Botai, mesmo tendo passado pela experiência relatada, está inclinada a reincidir no equívoco e a ceder novamente o espaço, muito provavelmente em razão de suas necessidades económicas. Há uma mudança geracional em curso e os jovens, sobretudo, pressionam por desenvolvimento. Segundo informado por Justínio, diretor do IBAP, no arquipélago há situações em que os jovens das próprias comunidades estabelecem contactos com empresários convidando-os a se instalar e a desenvolver o turismo nas ilhas.

Outras áreas da AMPC já vivenciaram o mesmo tipo de pressão. Em 2006, graças a uma importante mobilização nacional e internacional - na qual Tiniguena deteve um papel importante - um projeto hoteleiro particularmente desadequado que era suposto realizar-se na pequena Ilha de Papagaio, numa zona sagrada no interior da AMPC, foi abandonado. (Brenier, A., Ramos, E. Henriques, A., 2009).

Fica assim evidente a necessidade de uma estratégia para evitar a pressão e a especulação imobiliária no arquipélago, que interpola as capacidades instaladas do estado e demais atores.

Outro tipo de pressão está relacionado às incursões de operadores turísticos de pesca desportiva. Este tipo de pescador tem interesse em UROK devido à integridade dos seus estoques pesqueiros, fruto do trabalho de conservação e gestão participativa realizado. As regiões mais visadas são a zona 2 e a zona 1, justamente as que não

²⁸ Mencionaram também terem feito uma consulta ao Iran sobre a área do hotel, perguntando se o hotel se podia instalar lá. Depois de algumas tentativas, o espírito falou onde podia e onde não podia. A comunidade foi alertada pelos técnicos da Tiniguena sobre situações relacionadas à venda, cessão ou arrendamento da terra e o facto de estarem agora numa Área Marinha Protegida Comunitária, o que limita este tipo de negociação.

permitem a pesca para fins desportivos (ver secção - as regras de uso e zoneamento). Na maioria dos casos são embarcações provenientes dos acampamentos de pesca de Bubaque e Rubane. Em 2012, um operador foi detetado pela equipa de fiscalização com um grupo de pescadores exatamente nessa área. O empresário teve o seu equipamento apreendido e foi multado, arcando com um prejuízo na casa dos 1.200 mil euros. Em 2002, por exemplo, aconteceu uma visita inoportuna duma expedição de “jet-ski” (Plano de gestão, 2003).

Mais recentemente, no ano de 2012, o operador turístico localizado mais próximo da AMPC Urok, mais especificamente no lheu de Queré, aproximou-se da tabanca de Nago interessado em realizar um acordo para instalar um acampamento avançado de pesca na lha de Nago. A comunidade viu como uma oportunidade imediata de geração de benefícios económicos e manifestou interesse (principalmente entre os jovens) em avançar nas negociações. À época, a ONG Tiniguena posicionou-se desfavoravelmente ao acordo, pois segundo Emanuel Ramos, o país acabava de passar por um golpe de estado, não sendo assim um momento adequado para se tratar de um tema complexo como aquele. Ainda assim, o empresário aproximou-se das tabancas de Nago com a intenção de convencê-los. A juventude – principalmente – passou a questionar a Tiniguena sobre o assunto e alguns integrantes passaram a posicionar-se de forma antagónica. Os jovens começaram a derrubar as placas da AMP, sendo inclusive necessário chamar a Guarda Nacional para resolver a situação. Nos últimos anos o empresário tem revisto posicionamentos anteriores e adotado algumas posturas mais propícias ao diálogo e à construção de parcerias ganha-ganha (ver Anexo 4).

Turismo: atividade interdita

O contexto de turismo desordenado em muitas áreas do arquipélago e o risco potencial de reprodução desses efeitos negativos no território Urok - além das experiências in-loco relatadas na secção anterior - contribuíram para reforçar a atitude de desconfiança das comunidades residentes e das instituições envolvidas na gestão participativa da AMPC relativamente ao turismo.

O 1º plano de gestão, publicado em 2003, na secção das regras que prevalecem no território de Urok, desencoraja a atividade de turismo, permitindo apenas a prática da pesca desportiva na zona 3 (solidariedade), desde que em consonância com as regras em vigor sobre o território e mediante a prática do “No kill”.

Passados quase 10 anos, o 2º Plano de gestão (2013), em linhas gerais, sustenta essa decisão de considerar a AMPC Urok como uma zona de não-turismo dentro do arquipélago. Menciona-se no plano que face à problemática do turismo noutras zonas, constituiu-se à época uma mais-valia suplementar, a decisão das comunidades de Urok de não encorajar este tipo de desenvolvimento no seu território. Assim, a atividade é somente autorizada nas modalidades de pesca desportiva e observação de fauna na zona 3, mediante o cumprimento das regras em vigor sobre o território²⁹. A novidade em relação ao plano anterior é a abertura para se vir a desenvolver o turismo científico, sob a condição de ser promovido e gerido pela AMP - se necessário com a

²⁹ Os Jet-skis continuam proibidos e o trânsito de embarcações de diversão, motorizada ou não, somente são autorizados na zona 3.

possibilidade de parcerias com instituições especializadas, seguindo de perto normas e regras detalhadas que precisam ser inscritas no regulamento interno da AMPC Urok.

Ainda que o turismo seja atividade interdita na AMPC, vale ressaltar que durante a etapa de análise de mercado do presente estudo, foram encontrados na internet pacotes de cruzeiro que incluem as ilhas de Maio e Formosa nos seus itinerários, contrariando as regras do Plano de Gestão em vigência e evidenciando existir certa pressão de atores externos a fim de realizar um tipo de turismo incompatível com os objetivos da Área Protegida. Os pacotes estão a ser oferecidos para os anos de 2019 e 2020³⁰.

Estudos anteriores

O estudo mencionado anteriormente “Dinâmicas e Impactos da Expansão do Turismo no Arquipélago dos Bijagós” (2011) desencoraja a perspectiva da atividade na AMPC, defendendo a tese de um desenvolvimento sem turismo. Entretanto, reconhece que “se a implantação de uma estrutura turística nas ilhas do complexo de Urok não é desejável, os habitantes e os animadores do processo (Tiniguena e IBAP) não possuem atualmente poder para se opor à instalação de um operador que obtivesse as licenças administrativas e que beneficiasse de apoios políticos” e reforça que “as instâncias da AMPC Urok devem, assim, antecipar esta eventualidade e dotar-se de um instrumento que lhes permita discutir possíveis propostas futuras, para limitar, ao máximo, as consequências negativas desta intrusão na dinâmica comunitária em curso”. O autor, inclusive, realizou um esboço de regras e critérios que possam vir a compor este instrumento de negociação com iniciativas turísticas externas que se queiram instalar na AMPC Urok.

Outro estudo que faz menção ao turismo é o Plano de Negócios da AMPC, realizado no ano de 2014. A análise considerou a atividade como uma das possibilidades de fonte de autofinanciamento para a área protegida. No documento, os autores detalham algumas tarefas necessárias caso a AMPC decida optar por avançar na implantação dessa fonte, considerando possibilidades nos domínios do ecoturismo e do turismo científico.

Said e Abreu (2011) também fazem uma menção ao potencial da atividade em seu estudo socioeconómico: “Finalmente, há a registar o potencial turístico considerável da AMPC Urok, que advém não só das características paisagísticas desta área insular como também da presença de recursos faunísticos e florísticos importantes e atrativos, que podem vir a viabilizar a implementação de iniciativas de turismo sustentável – embora, naturalmente, seja fundamental que qualquer processo desse tipo atenda às especificidades e restrições da AMPC Urok e ao último objetivo de melhorar de forma sustentável as condições de vida da população.”

³⁰ Rota Rio de Janeiro – Dakar (17 dias): https://www.virtuoso.com/cruises/sailings/15467573/from-brazil-to-africa-18mar-2019-03apr2019#.W_hKZ5NKhV8
Rota Dakar – Arquipélago Bijagós (9 dias): https://www.virtuoso.com/cruises/sailings/15667676/adventure-in-the-bijagos-archipelago-08oct2019-16oct2019#.W_hMBJNKhV8

PERCEPÇÕES E EXPECTATIVAS DOS ATORES LOCAIS SOBRE O TURISMO

Ao longo da missão no terreno, procurou-se ouvir diferentes integrantes do território da AMPC Urok. Para isso, foram realizadas visitas às comunidades, diálogo com moradores e lideranças locais, grupos focais com o Comité de Gestão da AMPC e com grupo de jovens de 9 tabancas, além da realização de uma oficina participativa na Ilha de Formosa com representantes das 3 ilhas. Esses momentos tiveram a finalidade de identificar percepções e expectativas, gerar reflexões coletivas sobre os benefícios, custos, riscos e oportunidades do turismo, além de discutir ideias preliminares sobre potencialidades para Urok. Pelo facto de o turismo se tratar de uma atividade não-tradicional, complexa e externa à realidade dessas populações, houve a preocupação de se realizar atividades que contribuíssem para gerar informações básicas aos participantes, tais como: questões conceituais do turismo, diferentes tipos de turismo, os perfis de turista, as características da fileira do turismo, etc. O nivelamento dessas informações tinha o objetivo de promover uma consulta qualificada, enriquecendo, assim, o processo de debate acerca da atividade de turismo.

A título de exemplo de como tais técnicas foram aplicadas, com o grupo de jovens realizou-se uma breve dramatização com a participação da comunidade e dos consultores para ilustrar dois tipos antagônicos de turismo (responsável e desordenado), utilizando Urok como cenário. O teatro trouxe à tona elementos que ajudaram a facilitar a compreensão dos participantes sobre o turismo e gerar um debate produtivo sobre os prós e contras da atividade.

FIGURA 4: Exemplos de atividades realizadas junto das comunidades da AMPC Urok



Em seguida, abriu-se um diálogo para mapear os potenciais efeitos positivos e negativos da atividade no contexto da AMPC Urok utilizando-se a metáfora do fogo: o turismo é como o fogo, pode esquentar a sopa (efeitos positivos) ou queimar a casa (efeitos negativos). Durante a atividade, os participantes eram convidados a refletir sobre quando o turismo aquece a sopa e quando queima a casa. No Anexo 3 é possível encontrar informações detalhadas acerca dos encontros com as comunidades, buscaremos aqui, sintetizar os principais pontos levantados no que se relaciona às percepções e expectativas sobre o turismo.

“QUANDO O TURISMO QUEIMA A CASA”: O TURISMO QUE NÃO QUEREMOS

Embora o turismo seja interdito na AMPC e a maior parte das pessoas nunca tenha tido contacto efetivo com a atividade, há um bom entendimento - em linhas gerais - acerca de parte dos problemas que o turismo desordenado traz. Isso dá-se devido à proximidade com regiões do arquipélago onde o turismo teve resultados bastante negativos. Quem não viu de perto essas questões, no mínimo recebeu as notícias a respeito³¹. Outra explicação está ligada ao trabalho de consciencialização sobre essa problemática que tem sido realizado pela Tiniguena há algum tempo, que tem a preocupação de evitar que a AMPC Urok não replique práticas mal sucedidas, colocando em risco a integridade da Área Protegida.

Exemplos mal sucedidos de Bubaque e Rubane

As notícias negativas relacionadas ao turismo em Bubaque e Rubane são bem conhecidas pelas comunidades. Em praticamente todos os encontros realizados, as duas localidades foram mencionadas como exemplos do tipo de turismo que não se quer para Urok. Os participantes por meio dos seus testemunhos demonstraram preocupação relativamente ao turismo desordenado, receando que este possa trazer situações semelhantes para o território Urok.

Preocupação com os jovens: Drogas, prostituição e violência

Os jovens estão no centro da preocupação. Segundo as lideranças, são os mais sensíveis e vulneráveis aos riscos do turismo desordenado. Os temas relacionados à introdução de vícios variados, a violência, a prostituição e a comercialização de drogas foram mencionados repetidas vezes.

“Há o exemplo de Bubaque, onde o comportamento dos jovens nos preocupa muito. Há violência, disputa pelos turistas, chegando os jovens a esfaquearem-se. Há muita confusão.”

“Em Bubaque há muitas coisas difíceis, prostituição de jovens e violência. Em Rubane também há turismo sexual.”

“Aceitamos apenas o turista que quer ajudar o desenvolvimento, mas que não vai criar tentações e ambições na juventude.”

Desrespeito aos sítios e espaços sagrados

Os **sítios sagrados** fazem parte das maiores preocupações entre as comunidades quando o tema é turismo. Em praticamente todos os momentos de diálogo realizados, foi unânime a opinião de que os espaços sagrados (baloba, ponta do fanado, locais de cerimónia, etc.) devem ser rigorosamente cuidados, caso a atividade turística venha a acontecer. Além do exemplo vivenciado em Urok com o hotel na Ilha de Maio, são inúmeros os casos - existentes noutras áreas do arquipélago - de **invasão, comercialização, destruição e desrespeito a zonas consideradas sagradas pelos Bijagós**.

³¹ Isso não quer dizer que as comunidades tenham o conhecimento da totalidade da problemática do turismo e dos seus impactos no restante arquipélago. O estudo do Polet et al (2011) dá uma grande contribuição nesse sentido, detalhando esse contexto e retirando o véu sobre efeitos adversos, muitas vezes camuflados ou nem sequer refletidos pela sociedade.

Fotografias sem permissão

As **fotografias** sem permissão tiradas por visitantes desrespeitosos foram frequentemente mencionadas, sendo unânime a opinião de que fotos devem ser **proibidas em locais sagrados e feitas nas tabancas somente sob autorização**.

“Tem que ser um turista que não faça fotografias onde não pode, que esteja interessado apenas na beleza de Urok para visitar. Se vier a Tabanca, precisam perguntar o que pode e o que não pode fazer.”

Venda de terras

A **preocupação com a venda e cessão de terras**, com a consequente perda de soberania sobre o território para agentes externos, também foi mencionada como um risco e como algo a ser evitado pela maioria. Percebeu-se, porém, que dentro de algumas comunidades parece não haver um consenso sobre isso. Algumas pessoas manifestaram uma opinião favorável à cessão de áreas, caso a atividade “empregue” pessoas da comunidade.

Desrespeito às regras da AMPC

O **desrespeito às regras da área marinha protegida** também apareceu como uma preocupação das comunidades, principalmente em relação à pesca **em zonas proibidas**.

Lixo e poluição

Foi mencionada a preocupação com a **preservação do meio ambiente**, com a **geração de lixo** e as dificuldades de escoamento desses resíduos, assim como a **poluição** que o turismo desordenado pode trazer por meio da utilização de motores e emissão de efluentes, por exemplo.

Conflitos, intrigas

A possibilidade de **surgimento de conflitos** foi mencionada, tanto conflitos internos (dentro da tabanca), quanto externos (entre tabancas ou com agentes turísticos).

Fluxo descontrolado de visitantes e embarcações

Manifestaram preocupação com a chegada de muitos visitantes e com a entrada de muitas embarcações que pode trazer problemas ao meio ambiente, além de tirar a tranquilidade do lugar.

**“QUANDO O TURISMO ESQUENTA A SOPA”:
O TURISMO QUE QUEREMOS**

Apesar das preocupações relatadas sobre o turismo desordenado, foi possível perceber que existe um interesse local pelo desenvolvimento da atividade, desde que de forma respeitosa com o seu território e de acordo com regras muito bem definidas. Alguns moradores já tiveram a oportunidade de conhecer os trabalhos desenvolvidos no Orango Parque Hotel, o que lhes causou boa impressão, contribuindo para um entendimento diferenciado a respeito do turismo: “Em uma visita a Orango percebi que lá é diferente de Bubaque. Os jovens do hotel de Orango não estão em conflito. Em Bubaque há muitas coisas difíceis, prostituição de jovens e violência. Se não tivesse visitado Orango jamais pensaria em turismo em Urok.”

Um dos integrantes do Comitê de Gestão de Urok sintetizou as suas expectativas no que diz respeito às condições para o desenvolvimento do turismo no território “a AMPC é um exemplo e queremos um turismo exemplar”, ou seja, se a AMPC se destaca no país pelo trabalho de conservação e gestão participativa implementado, o turismo necessariamente deve seguir esse modelo e servir como exemplo de boas práticas a outras iniciativas.

Ao longo dos encontros, discutimos algumas vezes princípios que devem reger a atividade de turismo responsável num contexto como o de Urok, de Área Protegida com presença de populações tradicionais. Esses diálogos serviram para refletir em que condições o “turismo seria capaz de esquentar a sopa em Urok” de acordo com o Quadro 6:

QUADRO 6: Princípios do turismo responsável discutidos à luz da AMPC Urok durante os encontros.

Princípios do Turismo Responsável discutidos com as comunidades durante os encontros	
Turismo com normas, regras e controle	O turismo desenvolvido de acordo com a realidade da comunidade, com regras e normas claras, definidas por eles próprios, respeitando os sítios sagrados, a zonagem e a cultura das pessoas. Sistema de vigilância e controle para saber se as regras estão a ser respeitadas.
Turismo com protagonismo dos atores locais	A comunidade e os parceiros locais da AMPC devem ter protagonismo para tomar as decisões sobre o turismo no seu território e devem ser os principais beneficiários da atividade.
Turismo que valoriza a comunidade	O modo de vida da comunidade, o ambiente onde vive e as suas atividades devem ser valorizados e ser parte da experiência do visitante.
Turismo que se preocupa com o meio ambiente	Respeita as normas de conservação da AMPC, promove a educação ambiental, preocupa-se com o lixo e gera o menor impacto possível na natureza.
Turismo que gera renda e não causa dependência	Ajuda a gerar renda, mas não é a atividade principal da comunidade. O turismo complementa outras atividades existentes.
Turismo que distribui os recursos de forma equilibrada e transparente	Preocupa-se em gerar benefícios econômicos para as pessoas que trabalham na atividade e para a comunidade como um todo. Faz isso de forma transparente para fortalecer a confiança e não gerar conflitos.
Turismo que contribui para melhorar a infraestrutura	Atividade deve trazer melhorias para a comunidade, ajudando nas condições de transporte, saúde e escolas.
Turismo que fortalece a união entre as pessoas e as tabancas	Preocupa-se com o fortalecimento da união e coesão social, pensando no benefício do coletivo.
Turismo com parcerias saudáveis	Acordos e parcerias responsáveis são realizados com outros atores da fileira do turismo, mediante instrumentos adequados (contratos, etc.).
Turismo que ajuda a financiar a Área Protegida	A atividade dá apoio financeiro à fiscalização e a outras atividades importantes para a manutenção da AMPC.
Turismo que contribui para sensibilizar a sociedade sobre as questões da AMP e da comunidade.	Ajuda a consciencializar os visitantes, divulga os esforços da comunidade e da AMP, contribui para aumentar o apoio social e político à AMP.



ANÁLISE DA OFERTA TURÍSTICA POTENCIAL

A oferta turística potencial de uma localidade consiste num conjunto de elementos que possibilita a atração e a sustentação de um fluxo de visitantes para a região. São insumos básicos ou matérias-primas da localidade, nomeadamente atrativos, estrutura, equipamentos, serviços, etc., que precisam ser analisados previamente de forma a fazer com que o turismo se desenvolva de maneira eficiente e responsável. Ao longo dos dias de missão no terreno, foram realizadas visitas a áreas de possível interesse turístico com a finalidade de se coletar tais informações. A partir disso, foram esboçadas propostas de uso turístico do território, as quais passaram por uma análise de viabilidade.

ATRATIVOS E ATIVIDADES POTENCIAIS

Os principais atrativos identificados durante a visita técnica foram categorizados em naturais, culturais e científicos.



1. Atrativos naturais

1.1 Ecossistemas e Ambientes: mangais ou tarrafes

QUADRO 7: Potencial uso turístico do mangal

Nome	Mangais ou tarrafes
Vocação turística	Propício para atividades de ecoturismo/turismo científico pelo seu valor paisagístico e faunístico, além de potencial educativo.
Ocorrência e Características Gerais	Vasta. O mangal é particularmente denso nas margens dos canais que separam as 3 grandes ilhas, onde formam a zona denominada barriga das ilhas (zona 1). A ocorrência de mangais estende-se também à periferia das ilhas.
Atividades possíveis	Contemplação da paisagem, observação da fauna e fotografia da natureza (foco em aves) e interpretação ambiental do mangal. Maré alta: passeios interpretativos de barco (ou canoa) motorizado Maré baixa: passeios interpretativos de canoa (tradicional ou canadense) para incursões nos meandros do mangal
Pontos interessantes e combinações possíveis	Pontos Mangais próximos à tabanca Abu (20 minutos), zona próxima à praia do Bampião e mangais nas imediações da tabanca Nago. Combinações possíveis Bancos de lama, praia do Bampião para banho, Coleta de combé, trilho para as comunidades Uada, Cuian ou Nago.
Singularidade do atrativo	Não são restritos a Urok, porém, os mangais da AMPC formam o principal maciço do Arquipélago. Possuem alto valor paisagístico, sobretudo na região da barriga das ilhas, com a sua rede de canais, ilhas e bancos de areia ocupados por inúmeras espécies de aves. O mangal abriga uma biodiversidade notável, com destaque para as aves aquáticas como garças, águias-pescadoras, maçaricos, etc.; mas também com a possibilidade de avistamento de golfinhos e lontras. Um dos diferenciais dos mangais de Urok trata-se da população de manatins, no entanto o animal é de difícil observação. No passado havia hipopótamos, porém a espécie não é mais vista desde 2010. Não está descartada a hipótese de retorno de indivíduos.
Sensibilidade do atrativo	Média-alta. Importante zona de preservação da AMPC, de caráter mais restritivo, com função especial de reprodução dos recursos. No caso de uso turístico, é importante a utilização de motores de baixa potência, de preferência 15 HP, 4 tempos. Grupos de no máximo 15 pessoas. Importante estabelecer protocolo para aproximação e observação da avifauna, sobretudo em áreas de repouso.

FIGURA 5: Foto de um mangal da AMPC Urok



1.2 Ecossistemas e Ambientes: bancos de areia ou lodo

QUADRO 8: Potencial uso turístico dos bancos de areia e lodo

Nome	Banco de areia ou lodo
Vocação turística	Propício para atividades de ecoturismo/turismo cultural/turismo científico pelo seu valor paisagístico, cultural e faunístico, além de potencial educativo.
Ocorrência e Características Gerais	Em vários pontos da AMPC (outubro a fevereiro), visíveis durante a maré baixa. Local de grande concentração de aves, além de serem também importantes para a apanha de conchas pelas mulheres.
Atividades possíveis	Observação de fauna e fotografia de natureza (foco em aves), interpretação ambiental e participação em atividades tradicionais. Maré baixa Passeios interpretativos de barco para observação da fauna Participação em atividades de pesquisa relacionadas à contagem e monitorização de aves e conchas. De cunho cultural, por meio da participação na coleta de conchas com as mulheres
Pontos interessantes e combinações possíveis	Pontos Banco de lama recente próximo ao porto de Abú, Banco de Buai, grande banco de lama na zona 2 Combinações possíveis Passeios ao mangal ou a ilhas próximas
Singularidade do atrativo	Áreas singulares pela grande concentração de avifauna (sazonal), com destaque para flamingos-cor-de-rosa, garças de diversas espécies e limícolas. Aves migradoras permanecem de 5 a 6 meses em Urok e no fim de março retornam à Europa para fins reprodutivos. O arquipélago é o segundo ponto mais importante para a migração das aves marítimas na costa oeste africana. Os bancos também são singulares pela presença de conchas como os combés (Anadara senilis), os lingrom (Tagellus adansonii) e os gandim (Pugilina morio).
Sensibilidade do atrativo	Média-alta. Importante zona de preservação para aves migradoras e de conservação de recursos alimentários para a população (conchas). No caso de uso turístico, é importante a utilização de motores de baixa potência, de preferência 15 HP, 4 tempos. Grupos de no máximo 15 pessoas. Importante estabelecer protocolo para aproximação e observação da avifauna, sobretudo em áreas de repouso.

FIGURA 6: Fotos dos bancos de areia e lodo da AMPC Urok



1.3 Ecossistemas e Ambientes: florestas e savanas

QUADRO 9: Potencial uso turístico das florestas e savanas

Nome	Florestas e Savanas
Vocação turística	Propício para atividades de ecoturismo/turismo cultural devido ao valor paisagístico, pela presença de espécies de destaque da flora e da fauna. Igualmente, possuem alto valor cultural para a etnia bijagó, tanto do ponto de vista sagrado, quanto para a manutenção dos seus meios de vida. Revestem-se, portanto, de interessante potencial educativo nos domínios do ecoturismo.
Ocorrência e Características Gerais	Fragmentos de floresta densa em torno de certas aldeias e nos ilhéus de caráter sagrado, frequentemente associados aos locais de iniciação. Pontos de savana herbácea e arbustiva revestidas de gramineas de onde retiram a palha usada na cobertura das casas.
Atividades possíveis	Trilhos para interpretação socioambiental, para observação de fauna e fotografia de natureza, com a possibilidade de intercalar com outras formações do tipo floresta, savana, savana herbácea, mangal, etc.
Pontos interessantes e combinações possíveis	<p>Pontos</p> <p>Trajetó entre Abú e Uada: Área de floresta densa, com possibilidades de trilhos para observação da fauna e da flora.</p> <p>Trilho de Uada até Canhande: 2 horas passando por floresta, savana herbácea, arbórea, salinas e enseada praia propicia pra banho.</p> <p>Trilho praia Bampião – Tabanca Cuian (ou caminho inverso): passa por distintos ambientes gerando boas possibilidades de observação de fauna (aves, macaco-verde, papagaio-cinzento). O trilho termina na comunidade de Cuian, produtora de esteiras.</p> <p>Combinações possíveis</p> <p>Mangal barrigas da ilhas, coleta de combé</p>
Singularidade do atrativo	Variação da paisagem e diversidade de ambientes. As florestas albergam árvores de grande porte como a Tagara, o Pau-bicho, o Pau-carvão, o Poilão, além de arbustos e inúmeros produtos florestais. Destaque para a farmacopeia tradicional e para a relação sagrada com o ambiente. Em termos de fauna, destaque para a possibilidade de avistamento de macaco-verde e papagaio-cinzento (raro).
Sensibilidade do atrativo	As florestas sofrem por vezes pressões excessivas por parte de utilizadores residentes e não-residentes, especialmente para a construção de pirogas feitas com tronco único, para a extração de madeira e de frutos, assim como de produtos de caça (em particular o macaco-verde e papagaio-cinzento). Para uso com fins turísticos, importante trabalhar com grupos reduzidos a fim de se maximizar oportunidades de observação de fauna, gerando o menor distúrbio possível. Avaliar com bastante cautela a possibilidade de se avistar o papagaio cinzento. Caso viável, fundamental estabelecer um protocolo rígido para observação da espécie, tendo em vista o seu status de conservação segundo a red list da IUCN.

FIGURA 7: Fotos das florestas da AMPC Urok



1.4 Ecossistemas e Ambientes: Praias de areia

QUADRO 10: Potencial uso turístico de praias

Nome	Banco de areia ou lodo
Vocação turística	Propício para atividades de lazer, como atrativo complementar.
Ocorrência e Características Gerais	A maior parte das praias da AMPC tem características lodosas e não são apropriadas ao banho devido ao mangal. Os raros segmentos de litoral das 3 ilhas desprovidas de mangal, e que se caracterizam por praias de areia, estão localizadas nas ilhas Chediã e Nago (praia de Botai, Maio, Bampião, etc.). Essas praias possuem atratividade para atividades de lazer, porém, é necessário se avaliar os riscos devido à presença de raia.
Atividades possíveis	Podem servir como ponto de parada durante a realização de algum roteiro de ecoturismo para que os visitantes possam desfrutar de um banho, agregando, assim, valor ao passeio.
Pontos interessantes	Praia do Bampião e praia de Maio
Singularidade do atrativo	Não se destacam em relação às demais praias existentes no arquipélago.
Sensibilidade do atrativo	Baixa. Exceto em áreas com possibilidade de desova de tartaruga. No entanto, parece ser fraca a densidade dos ninhos deste réptil aquático nessas zonas.

FIGURA 8: Fotos de praias da AMPC Urok



1.5 Fauna

Ao nível do arquipélago dos Bijagós, a AMPC Urok é uma zona central. Na base dessa classificação está a importância (e grau de conservação) dos recursos costeiros da AMP para a Reserva da Biosfera Bolama-Bijagós. Assim, o território das ilhas Urok destaca-se por possuir uma abundância de fauna importante, principalmente de espécies ligadas ao mar, mangal e bancos de lodo.

Um dos diferenciais de Urok, em termos de fauna, trata-se da população de manatis, espécie carismática e ameaçada na África Ocidental. Entretanto, o animal é de observação muito difícil, o que limita seu potencial para o ecoturismo com foco em observação. Obviamente, isso não impede a exploração da presença da espécie nos domínios do ecoturismo utilizando técnicas de interpretação e educação ambiental.

Em relação às aves, a situação é diferente. O arquipélago de Bijagós como um todo destaca-se no continente quando o assunto é aves migradoras³² e, sem dúvidas, a grande concentração sazonal desses animais nos bancos de lodo e areia da AMPC Urok é o principal atrativo faunístico do território. A quantidade e a facilidade de observação têm grande potencial para atividades de birdwatching e de fotografia de natureza, inclusive com roteiros combinados a outras regiões do arquipélago e do continente. Atividades de turismo científico relacionadas as aves migradoras também possuem potencial.

Sem dúvida, outro grupo da fauna que se destaca é o de espécies de peixe com potencial para a pesca desportiva. O trabalho de conservação realizado na AMPC Urok contribuiu para o incremento de espécies-alvo para esse segmento, diferentemente do que acontece noutras áreas do arquipélago que sofre demasiada pressão de pesca, sobretudo comercial.

³² Quase 1 milhão de aves limícolas chegam todos os anos ao arquipélago e por lá permanecem por quase 6 meses. Trata-se da maior concentração da África Ocidental após o banco de Arguin, na Mauritânia.

QUADRO 11: Potencial de uso turístico da fauna

Grupo	Destaques	Potencial da oferta
Mamíferos	Manati, golfinho roazcorvineiro (Tur-siops truncatus), lontra, macaco-verde, macaco-de-nariz-branco	Médio. Apesar da existência de espécies carismáticas (como o ma-nati), as chances de observação são muito pequenas, o que impõe limites às potencialidades para se atrair grupos de visitantes. Os mamíferos teriam caracter complementar dentro de um possível roteiro de ecoturismo.
Aves	Aves limícolas (principal), gaivinas, garajaus, Flamingo, Papagaio cinzento	Alto. Sobreretudo a grande concentração de aves migradoras nos bancos de lodo e areia durante 5 meses.
Herpeto-fauna	Crocodilos, tartaruga-verde	Baixo. Apesar de existirem répteis, a visualização não é fácil como noutras áreas do arquipélago, nomeadamente PN Orango e PN João Vieira e Poilão.
Peixes	Tainhas, bentanas, bicas, barracudas, carpa vermelha	Alto. Espécies de grande interesse para a atividade de pesca desportiva são abundantes na AMPC Urok, devido aos resultados de conservação alcançados (ver relato profissional de pesca desportiva) ³³ .

³³ “Há quinze anos quando me iniciei na actividade da pesca no arquipélago havia imensos peixes. Hoje há muito menos. No entanto há mesmo assim um efeito muito claro das AMP de Urok e Orango sobre a quantidade disponível de espécies procura-das pelos pescadores de recreio, a saber os grandes predadores. Estes grandes predadores, como as carpas vermelhas por exemplo, que são espécies muito apreciadas pelos pescadores, são muitas vezes as primeiras vítimas de uma pressão de pesca demasiado intensa. A protecção trazida pelas AMP, em particular pela de Urok, tem um efeito muito benéfico sobre essas espécies. Assim, hoje, onde se encontram mais peixes no arquipélago é ao nível das AMP.” Laurent Duris in Palavra de Urok.

FIGURA 9: Fotos de espécies da fauna da AMPC Urok



Em consulta ao site E-bird³⁴, foi possível identificar registros de aves observadas no mês de novembro do 2018 na região de Abu (Formosa). O registro incluía aproximadamente 60 espécies distintas. O Quadro 12 reúne as que possuem maior interesse ecoturístico seja pela beleza ou raridade:

QUADRO 12: Espécies da avifauna da AMPC registradas no e-bird.

Nome científico	Nome em inglês	Status de conservação (IUCN)
Numenius arquata	Eurasian Curlew	NT
Limosa lapponica	Bar-tailed Godwit	NT
Calidris ferruginea	Curlew Sandpiper	NT
Pelecanus rufescens	Pink-backed Pelican	LC
Bostrychia hagedash	Hadada Ibis	LC
Ardea goliath	Goliath Heron	LC
Egretta gularis	Western Reef-Heron	LC
Necrosyrtes monachus	Hooded Vulture	CR
Merops pusillus	Little Bee-eater	LC
Merops persicus	Blue-cheeked Bee-eater	LC
Lophoceros nasutus	African Gray Hornbill	LC
Lophoceros fasciatus	African Pied Hornbill	LC
Terpsiphone viridis	African Paradise-Flycatcher	LC
Cinnyris venustus	Variable Sunbird	LC
Ploceus cucullatus	Village Weaver	LC
Gypohierax angolensis	Palm-nut Vulture	LC
Halcyon senegalensis	Woodland Kingfisher	LC
Cinnyricinclus leucogaster	Violet-backed Starling	LC

³⁴ <https://ebird.org/hotspot/L5636897?yr=all&m=&rank=mrec>

FIGURA 10: Exemplos de espécies da avifauna com potencial interesse ecoturístico



2. Atrativos culturais

A sociedade bijagó é detentora de um potencial cultural de enorme relevância, particularmente no que concerne à forma como aproveita racionalmente os recursos florestais e marinhos para assegurar ritos religiosos, práticas culturais, atividades econômicas e domésticas e ainda garantir a segurança e soberania alimentar (Semedo, 2015). Ao nível do arquipélago, as ilhas Urok detêm um dos patrimónios culturais mais bem preservados da etnia Bijagó.

2.1 Modo de vida bijagó: cosmovisão, quotidiano, atividades produtivas, etc.

O povo Bijagó possui uma organização da sociedade baseada em classes de idades³⁵ e caracteriza-se por ter uma relação de dimensão espiritual com a natureza que rege e estrutura o seu modo de vida. Toda essa riqueza cultural consiste em um património único da sociedade Bijagó.

Conhecer e entender os elementos básicos de um sistema de vida peculiar como este faz parte do interesse de muitos viajantes. Em termos turísticos, são possíveis duas abordagens: 1) uma mais informativa, em que o visitante realiza atividades e recebe informações sobre a cultura e os modos de vida, com menor interação, sem vivenciar, necessariamente, aspetos da referida cultura (ecoturismo). E outra mais experimental, onde o visitante busca - além de receber informações - ter experiências e vivências, que o conectem com a simplicidade e a sabedoria desses povos tradicionais (turismo cultural/vivencial). Ambas as abordagens precisam de ser planeadas e realizadas de forma respeitosa, minimizando mudanças sociais indesejadas e promovendo um intercâmbio enriquecedor, que contribua para a valorização dessa cultura. De entre as atividades relacionadas ao modo de vida dessas populações e que possuem potencial para uso no âmbito do turismo responsável, pode-se destacar:

QUADRO 13: Atividades culturais com potencial interesse turístico

Tipo	Atividades possíveis	Sazonalidade	Observações
Arroz de pampam e arroz de bolanha	Observar e participar do plantio ou colheita do arroz	Julho a setembro (semeadura), outubro a dezembro (colheita)	Atividade realizada principalmente por mulheres e crianças
Coleta de Combé	Participar na coleta de combé e preparar a comida.	Janeiro a março	Atividade desempenhada pelas mulheres nos bancos de lodo.
Óleo e vinho de palma	Acompanhar a extração e participar no preparo de óleo e vinho de palma	Ano todo	Importante considerar os riscos à segurança.
Lala (palha)	Participar na extração da palha	Janeiro a março	Colheita de palha feita pelas mulheres na savana herbácea.
Pesca artesanal	Acompanhar e participar na pesca tradicional	Ano todo	Realizada pelos homens, a pesca tradicional bijagó é essencialmente uma pesca de subsistência. O material utilizado resume-se geralmente a uma rede de arremesso ou de mão (ridi de mon), algumas linhas de mão (linha di mon) e arpões ou canhaco (plano de gestao)
Quotidiano na tabanca	Participar em atividades comuns do dia-a-dia na tabanca	Ano todo	Preparar os alimentos, rodas de conversa e histórias, etc.
Organização social e religião	Receber informações sobre como a sociedade bijagó é organizada socialmente e como funciona o seu sistema de crenças	Ano todo	Rodas de conversa com anciãos e/ou lideranças

³⁵ Sistema em que os indivíduos de uma classe etária têm obrigações para com os da classe etária superior em troca do conhecimento (paga garandesa)

2.2 Manifestações artísticas: artesanato

O artesanato bijagó possui forte ligação com o cotidiano e tem finalidades utilitárias, cerimoniais e lúdicas (Semedo, 2015). São inúmeros os tipos existentes, de entre os mais comuns nas ilhas de Urok estão:

- Esteiras: que são feitas pelas mulheres nos meses de novembro a março e de julho a setembro, sendo que as tabancas de Cuian e Ancadak, em Formosa, destacam-se pela produção;
- Tagara: pratos de madeira feitos pelos homens grandes durante o ano todo;
- Canapés: banqueta trançada feitas pelos homens grandes durante o ano todo;
- Cacinque: cesta cerimonial feita durante o ano todo.

Possibilitar que o visitante conheça e participe no processo de execução do artesanato por meio da abordagem do turismo vivencial é uma das possibilidades. Por exemplo: coletar a palha com as mulheres e aprender a tecer a esteira.

Além disso, vender artesanato aos visitantes e assim gerar renda alternativa às comunidades produtoras, permitindo que um maior número de famílias se beneficie diretamente, é um potencial interessante. É de ressaltar que o turismo, se desenvolvido de forma responsável, pode contribuir para a valorização dessa prática local. Considerando que algumas peças estão em risco de desaparecimento em razão das transformações em curso que atingem a sociedade Bijagó, a atividade pode contribuir para esse resgate. Entretanto, é muito importante estar atento a uma problemática ocorrida no restante arquipélago, no que diz respeito à relação entre turismo e produção artesanal: “a influência de pressão que o turismo exerce na região, que, implícita ou explicitamente, obriga o artesão a confeccionar peças em função de desejos tácitos impostos pelo mercado emergente (Semedo, 2015)”.

2.3 Manifestações artísticas: danças

Segundo Semedo (2015), na cultura Bijagó, a dança é um bem social, um legado que se transmite nos momentos de transição sócio-cerimonial. É concebida como uma arte de imitação, admiração e de interação com as forças da natureza e tanto as mulheres como os homens procuram imitar determinados animais, expressando a sua força, beleza e performance. Nas comunidades Bijagós, há momentos em que grupos de jovens cabarós dançam para alegrar a tabanca no fim da noite. Os anciãos organizam, as mulheres tocam e os dançarinos imitam animais.

É inegável o potencial que esse tipo de atividade possui enquanto elemento num roteiro de ecoturismo e turismo cultural. A grande questão, nesse caso, é como as comunidades podem planejar e incluir - de forma responsável - a dança na experiência do visitante, sem estímulos à mercantilização e folclorização comercial da cultura.

No quadro do “Projeto Bemba di Vida”³⁶, executado pela Tiniguena em parceria com o IMVF, foram realizadas algumas atividades culturais na AMPC Urok com o objetivo de promover o resgate e a valorização de elementos da cultura Bijagó. De entre as atividades realizadas, estão exposições itinerantes, danças, concursos gastronômicos, djumbai cultural nas tabancas, entre outras.

³⁶ Financiada pela União Europeia e pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua.

Existe a preocupação de que as manifestações culturais tradicionais estejam a perder força frente a práticas modernas e que os jovens estejam desinteressados na continuidade das atividades. Um exemplo que talvez possa ilustrar tal questão, ocorreu no dia da nossa chegada à Formosa, que coincidiu com a realização de uma cerimônia de toca-choro³⁷ na tabanca de Abu. Ao invés de celebrarem o momento com música tradicional, os jovens ouviram som eletrônico (aparelhagem) durante toda a madrugada.

Se o ponto de equilíbrio for encontrado, o turismo responsável pode ser uma ferramenta de valorização e autoestima da cultura bijagó, dando a sua parcela de contribuição para envolver a juventude na continuidade das manifestações culturais, tão estruturantes no modo de vida da etnia.

³⁷ Cerimônia de celebração onde se juntam familiares e amigos do morto, celebrando a passagem do espírito que se liberta do corpo.

FIGURA 11: Fotos de atividades tradicionais e manifestações culturais da AMPC Urok



3. Atrativos técnico-científicos

3.1 Pesquisas desenvolvidas no território

A AMPC Urok possui no seu território atividades de pesquisa com potencial interessante para o turismo científico.

QUADRO 14: Atividades científicas com potencial interesse turístico

Tipo	Sazonalidade	Instituição
Contagem, anilhagem e monitorização de aves migradoras	Dezembro a março	IBAP, Universidade de Aveiro
Contagem de conchas	A confirmar	IBAP

3.2 Conhecimento acumulado na AMPC Urok

A história de criação da AMPC Urok, a construção do seu modelo inovador de gestão e governança, bem com as suas lições aprendidas possuem grande valor para a conservação das áreas tropicais, sobretudo em contextos com presença de populações tradicionais. Esse conhecimento acumulado pode ser utilizado para fins de intercâmbio e eventos que visam a disseminação do modelo - em concordância com o objetivo específico 6 do 2º plano de gestão - representando um potencial para gerar receita que contribua para o autofinanciamento da AMPC Urok e das instituições promotoras.

INFRAESTRUTURA DE APOIO E SERVIÇOS

Acesso e logística

O acesso à AMPC Urok é relativamente fácil e dura entre 1 hora e meia e 2 duas a partir do porto de Bissau, em lancha rápida, a depender da potência do motor. Não existe oferta de transporte regular neste trecho, sendo necessária embarcação própria ou fretada. O local de embarque/desembarque no porto de Bissau é bastante característico de países tropicais, mas reúne as condições razoáveis.

Em relação à época propícia para viagens, de outubro a junho é possível deslocar-se com segurança. No entanto, de julho a setembro torna-se desaconselhável devido às fortes chuvas.

O trajeto, em linhas gerais, é seguro. É necessário ser um marinheiro experiente, pois a oscilação diária das marés traz desafios relacionados com o planeamento logístico das viagens.

Para uma viagem mais confortável, uma embarcação com cobertura para amenizar a forte incidência solar ou proteger da chuva é recomendável.

Naturalmente, a insularidade impõe desafios logísticos e operacionais importantes. No caso de uma operação de turismo futura, o planeamento nesse sentido será fundamental para manter os custos sob controle, assim como garantir as condições apropriadas de segurança e conforto.

Existem 2 pontos rústicos para embarque e desembarque em Formosa que se localizam relativamente próximos à casa de passagem principal. Em termos de segurança, são inadequados para o turismo. Torna-se necessário pensar em soluções para evitar que os passageiros corram o risco de cair, lastimando-se e cortando-se nas ostras, o que pode acarretar infeções.

Casas de passagem e serviços associados

A AMPC possui casas de passagem instaladas que albergam profissionais e técnicos (na sua maioria) que chegam para desempenhar alguma atividade no território. As instalações estão preparadas para oferecer serviços básicos de hospedagem e alimentação, servindo como um importante ponto de apoio a esses visitantes. Tendo em consideração a finalidade para a qual foram concebidas - a de servir como base e estrutura de apoio a técnicos e profissionais - a qualidade das instalações e dos serviços disponíveis é boa³⁸.

O Quadro 15 reúne informações e observações acerca das estruturas e serviços existentes nas casas de passagem das 3 ilhas:

QUADRO 15: Análise das estruturas e serviços existentes nas casas de passagem

	Formosa	Nago	Chediã	Observações
Número e capacidade atual	1 casa, 16 pessoas	1 casa, 4 pessoas	1 casa, 6 pessoas	Boa capacidade instalada de acomodação em Formosa. Há espaço para barracas, se necessário.
Número de dormitórios e casas de banho	1 dormitório com casa de banho para casal 7 dormitórios com 2 camas de solteiro cada e casas de banho compartilhadas	2 dormitórios com 2 camas de solteiro cada e casa de banho compartilhada	3 dormitórios com 2 camas de solteiro cada e casa de banho compartilhada	Dormitórios simples, sem ventiladores. Desconforto térmico. Janelas com tela para mosquitos, camas sem mosquiteiros. Colchões, travesseiros e roupas de cama razoáveis. Serviço de camareira regular.
Água encanada	Não. Há um poço onde se obtém água para cozinha e banho. Água para beber é trazida de Bissau.	Idem Formosa	Idem Formosa	Nas casas de banho são utilizados baldes, tanto para o banho quanto para a pia e o sanitário, o que causa certo desconforto.
Energia	Fotovoltaica Suficiente para luz, carregamento de laptops, telemóveis, uso de projetores.	Fotovoltaica Banco de baterias menor, uso mais restrito do que Formosa.	Fotovoltaica Banco de baterias menor, uso mais restrito do que Formosa.	Não há gerador elétrico para back-up.
Refrigeração	Frigorífico danificado	Não	Não	Gêneros alimentares e bebidas acondicionados no gelo.
Cozinha/Refeitório	Sim, capacidade para atender 16 pessoas, com necessidade de investimentos.	Sim, capacidade para atender grupos pequenos.	Sim, capacidade para atender grupos pequenos.	Mesas e cadeiras de plástico e utensílios básicos. Bom padrão de higiene. Comida bem preparada, porém, pouco diversificada. As quantidades podem ser um pouco maiores.
Serviços disponíveis e valores	Refeições Pequeno almoço/Almoço/jantar: 10 mil/dia Hospedagem Habitação casal: 15 mil/dia Habitação solteiro: 8 mil/dia	Refeições Pequeno almoço/Almoço/jantar: 10 mil/dia Hospedagem Habitação solteiro: 8 mil/dia	Refeições Pequeno almoço/Almoço/jantar: 10 mil/dia Hospedagem Habitação solteiro: 8 mil/dia	Valores compatíveis com os praticados noutros estabelecimentos visitados.
Trabalhadores	Gerente, governanta, cozinheira, auxiliar de cozinha (se necessário), manutenção de arredores, guarda, lavanderia, limpeza geral	Governanta, manutenção de arredores	Governanta, manutenção de arredores	Ótima hospitalidade da equipa. Em linhas gerais, bom serviço. Reciclagem e aprimoramento das técnicas de hotelaria e alimentação são necessários.
Lixo e saneamento				Questão sensível. Demasiado uso de embalagens plásticas pequenas, talvez pela falta de frigorífico (margarinas, sobretudo).
Transporte para apoio logístico em terra	Sim, 1 moto com carroceria para 6 pessoas.	Não	Não	Boa solução. Pode-se melhorar o conforto. Atentar-se para questões de segurança.

³⁸ Os consultores tiveram também a oportunidade de se hospedar na casa de passagem existente no Parque Nacional Orango, na tabanca de Eticoga, sendo possível constatar que as instalações de Formosa, assim como os serviços, são superiores em termos de qualidade.

Embarcações e equipamentos

Com relação às embarcações existentes, a ONG Tiniguena e a AMPC possuem:

QUADRO 16: Análise das embarcações existentes

Tipo	Capacidade	Função	Estado de conservação
1 barco de alumínio com 2 motores de 60 HP	6 passageiros + 2 tripulantes com bagagem	Deslocamento Bissau-Urok-Bissau	Barco em bom estado, motores a precisar de substituição
1 barco de alumínio com 2 motores de 40 HP	15 passageiros	Vedeta de fiscalização	Barco em bom estado, motores a precisar de substituição
2 canoas de madeira com motores de 15 HP	15 passageiros cada	Transporte público	Regular
1 canoa canadense	3 pessoas		Regular

Equipamentos de apoio à cultura e às atividades produtivas

Museu da cultura Bijagó

No âmbito do projeto Bemba di Vida, iniciou-se a estruturação de um museu etno-gráfico da cultura Bijagó, localizado na ilha de Formosa. A estrutura física é de ótima qualidade e serve também para espaço para reuniões e capacitações. No acervo atual, existem peças de artesanato distintas, além de uma exposição fotográfica das principais lideranças envolvidas na criação e implantação da AMPC Urok. Ótimo potencial para incluir o museu em possíveis roteiros à AMPC.

Casa ambiente e cultura de Formosa

Construção contígua à rádio comunitária “Fala di Urok”. Cumpre um papel educacional e cultural. No momento, a sede está a ser reformada e terá sala para internet, aulas de informática, além de servir como um pavilhão para projeções.

Em anos anteriores, quando o trabalho de animação cultural estava mais forte, havia concursos de dança, além de um grupo de teatro comunitário muito bom, composto principalmente por jovens. Era também organizado o carnaval de Urok. Tais ações contribuíram para reabilitar a cultura bijagós nas ilhas e, segundo Emanuel, há planos de retomar essa animação sociocultural. Potencial para organização de festivais culturais utilizando o turismo responsável como forma de viabilizar os eventos.

Casa das mulheres

Há uma edificação para o beneficiamento e venda de produtos locais. As mulheres são envolvidas no projeto. Atualmente, são oferecidos mel de Urok, flor de sal e malagueta. Há um potencial para a exploração de outros produtos da sociobiodiversidade local, tais como frutas secas, cosméticos, remédios da farmacopeia tradicional, artesanato, entre outros. Bom potencial de sinergia com possível roteiro de turismo à Formosa.

Comércio local

Na Formosa existem pequenas boutiques que oferecem alguns itens alimentares básicos, artigos de primeira necessidade, água, cosméticos, repelentes, combustível, além de fornecer carregamento para telemóvel, etc. Eventualmente, as casas de passagem de Formosa compram alguns produtos das boutiques, tais como bolachas, água, etc. Nas demais ilhas não há boutiques.

Comunicação

Há uma torre de telefone na Formosa, o que permite boa qualidade de sinal de telemóvel. Através da operadora, é possível também aceder à internet em boa qualidade, considerando o isolamento da ilha. Entretanto, a qualidade do sinal em Nago e Chediã é razoável, sendo que em algumas localidades o sinal é inexistente.

Existe uma rádio comunitária “Fala di Urok” na Formosa que cobre todo o arquipélago (raio de aproximadamente 120 km). Trata-se de uma importante ferramenta de comunicação no território. As programações diárias possuem temáticas específicas. No momento da visita, a rádio estava inoperante por falta de inversor, mas a peça já tinha sido comprada e as atividades da rádio seriam retomadas no final de novembro.

Saúde

Na Formosa, há um centro de saúde habilitado a prestar atendimentos básicos, tais como primeiros socorros, medicamentos para paludismo, diarreias e tensão arterial. Existem três enfermeiros a trabalhar e 1 médico que vem de Bissau uma vez por mês. Na ocorrência de casos mais graves é necessário evacuar imediatamente o paciente para Bubaque ou Bissau.

No caso de picada por cobras peçonhentas, o tratamento adotado é o tradicional, ou seja, com o curandeiro da tabanca. Nas demais ilhas, há somente agentes de saúde da comunidade. Em Nago pretende-se reabilitar um posto de primeiros socorros.

Educação

Há escolas nas três ilhas, sendo a tabanca de Abu (Formosa) a que possui melhores condições. Existe grande dificuldade em trazer e manter professores em muitas tabancas devido ao isolamento. Não há oferta de ensino para o nível de liceu, nesse caso, é necessário mudar-se para Bubaque ou Bissau.

QUADRO 17: Oferta de ensino nas ilhas de Urok

Etapas	Formosa	Nago	Chediã
Pré-burro (3 a 5 anos)	Sim	Sim	Sim
Pré-díru (5 a 6 anos)	Sim	Até 4	Até 4
Ensino básico (1ª a 6ª classe)	Sim	Não	Não
Ensino liceu	Não	Não	Não

O idioma português é falado por uma pequena parcela da população, sobretudo pelos jovens. Há uma alta taxa de analfabetismo.

Recursos humanos existentes e nível de capacitação

Com relação à mão de obra local comunitária apta a realizar serviços básicos relacionados ao turismo, os trabalhadores das casas de passagem (na sua maioria) são os que receberam alguma capacitação. De entre as funções desempenhadas destacam-se serviços de limpeza, lavandaria, governança, cozinha, manutenção dos arredores, construção, condução de embarcações.

Ao longo dos anos, a Tiniguena promoveu eventos de capacitação junto às comunidades. Segundo Emanuel Ramos, os principais temas trabalhados foram: serviços relacionados à cozinha e à hospedagem, liderança feminina, comunicação popular, gestão de pequenos negócios, técnicas de observação de aves (contagem, identificação de aves marinhas), mecânica, informática, entre outros.

Investiu-se também na realização de um intercâmbio profissionalizante com o Orango Parque Hotel. Na ocasião, trabalhadoras da casa de passagem tiveram a oportunidade de estagiar no hotel da ilha vizinha, aprendendo, assim, técnicas específicas direcionadas aos serviços das casas de passagem.

Segundo Emanuel, é necessário investir em cursos de reciclagem aos trabalhadores na ativa, além de formação em novas temáticas, tais como técnicas de guiagem, serviços relacionados à hotelaria, contabilidade básica, administração e gestão, idiomas (português e inglês), mecânica, primeiros socorros, marinheiros, etc.

Quadro técnico atual da Tiniguena atuante no terreno

Atualmente, a equipe da Tiniguena que trabalha com mais frequência no terreno é composta por 4 pessoas, conforme indica o Quadro 18:

QUADRO 18: Quadro técnico atuante no terreno

	Emanuel ³⁹	Nelson	Sanhá	Infali
Formação	Agronomia	Liceo	Agronomia	Professor inspetor regional
Funções/área de atuação	Coordenação, administração financeira e técnica, gestão de áreas protegidas	Animador de atividades socioculturais, apoio à unidade de produção e crédito	Agroecologia, SAF	Gestão de escolas comunitárias, logística e supervisão pessoal local.
Dedicação	Parcial	Integral	Estagiário	Integral

Esporadicamente, o agrônomo Nelson também atua no terreno com temas relacionados à agricultura.

³⁹ É contratado pelo IMFV, mas também está vinculado à Tiniguena desde 1994.

RESUMO DA ANÁLISE DE POTENCIAL DA OFERTA TURÍSTICA

A análise mostrou que a AMPC Urok, em termos de disponibilidade de atrativos, possui uma oferta potencial interessante e diversificada, que abre possibilidades para atividades/roteiros variados, combinando elementos naturais, culturais e científicos. O Quadro 19 sintetiza as informações mais relevantes, de forma a pensar nas atividades principais e complementares possíveis de acordo com o perfil motivacional do visitante potencial.

QUADRO 19: Resumo da análise da oferta potencial em termos de atratividade

Tipo de atrativo	Motivação/orientação do visitante potencial	Atividades principais	Atividades complementares	Segmentos de mercado
Natural	Observação de vida selvagem	Passeios de barco ou de canoa nos bancos de lodo e mangais para observação de aves/ fotografia de vida selvagem Trilhos nos ambientes terrestres para observação de aves/ fotografia de vida selvagem Palestras sobre ecologia e sobre a AMPC	Visita a museu etnográfico Apresentações culturais	Ecoturismo especializado (birdwatching, wildlife photography)
	Pesca	Pesca desportiva sustentável (No Kill) com controlo comunitário	Perfil muito especialista, necessário investigar se teriam interesse em outras atividades	Pesca desportiva
Natural/cultural	Contemplação e informação	Passeios de barco e de canoa, trilhos, banho na praia, visita a ilhas, visita à tabanca, rodas de conversa, apresentações culturais	Visita a museu etnográfico	Ecoturismo
Natural/cultural	Aventura	Passeios de bicicleta, canoa, trilhos de longa distância, acampamento na mata, participação em atividades tradicionais que requeiram certas habilidades físicas	Visita à tabanca, rodas de conversa, apresentações culturais, visita a museu etnográfico	Ecoturismo
Cultural/natural	Vivência/interação	Participação em atividades do cotidiano da tabanca e em atividades produtivas/culturais, rodas de história, passeios no mangal e na floresta, etc.	Banho na praia, visita a museu etnográfico, palestras sobre a AMPC	Turismo de base comunitária / Turismo vivencial
Científico/natural/cultural	Ciência / Conservação/ Informação	Participação ativa em pesquisas (contagem, anilhagem de aves, contagem de conchas, etc.) Palestras sobre ecologia e sobre a AMPC	Visita à tabanca, rodas de conversa, apresentações culturais, visita a museu etnográfico	Turismo científico

No que diz respeito à capacidade atual da oferta local em termos de infraestrutura básica e de apoio, equipamentos, recursos humanos, entre outros; o Quadro 20 sintetiza as principais informações⁴⁰.

⁴⁰ Como mencionado anteriormente, a análise da estrutura de apoio ao turismo concentrou-se, sobretudo, na ilha da Formosa, tabanca de Abu, onde se localiza a sede da AMPC Urok.

QUADRO 20: Resumo da análise da oferta potencial (infraestrutura de apoio e serviços)

Elemento	Condições gerais
Acesso	Relativamente fácil a partir de Bissau. Recomendável somente de outubro a junho. Deslocamento condicionado à oscilação das marés, o que requer bom planeamento e marinheiro competente.
Logística	No caso de uma operação de turismo futura, o planeamento logístico-operacional será fundamental para manter os custos sob controle, assim como garantir as condições apropriadas de segurança e conforto aos visitantes. Alguns operadores do arquipélago utilizam o porto de Biombo ao invés de Bissau, avaliar custo-benefício. Existem 2 pontos rústicos para embarque e desembarque na Formosa. Em termos de segurança, são inadequados para o turismo.
Embarcações	A embarcação utilizada para o trecho Bissau-Urok comporta somente 6 passageiros (+ tripulantes). Em termos de conforto, não é ideal (falta cobertura), talvez seja apropriada para uma fase teste da atividade. Avaliar o custo-benefício de se alugar o transporte Bissau-Urok-Bissau, o que eximiria a operação de turismo da AMPC dos custos de manutenção e depreciação relativos à embarcação.
Casas de passagem	Na Formosa há boa capacidade de acomodação (16 pax). Bom potencial para servir de alojamento a turistas, desde que alguns ajustes e investimentos em melhorias na infraestrutura e equipamentos sejam realizados (ver secção investimentos). Igualmente necessário investir em qualificação dos trabalhadores, apesar de já haver serviços disponíveis em condições razoáveis.
Equipamentos de apoio ao turismo	Para passeios, numa fase experimental, existem pirogas motorizadas com capacidade para 15 pax. Há somente uma canoa canadense disponível. Interessante a aquisição de algumas bicicletas. A moto com carroceria é um bom meio de apoio ao transporte, tanto de bagagens quanto de passageiros. São necessários kits de primeiros socorros, mochilas e outros materiais e equipamentos para passeio.
Saúde	Centro de saúde para atendimentos básicos, necessidade de evacuação a Bubaque ou Bissau em casos mais graves. Para picada cobras, antídoto com curandeiros da tabanca.
Comunicação	Bom sinal de telefonia móvel e internet.
Principais riscos e questões de segurança	Animais peçonhentos, paludismo, tempestades, acidentes menores. Importante plano de contingência e embarcação de evacuação rápida.
Instalações culturais e de apoio à produção	Museu etnográfico com bom potencial. Importante investir num planeamento interpretativo. Casa de Ambiente e Cultura onde havia grupos de teatro e dança e festivais culturais. Turismo responsável pode financiar festivais culturais. Casa de beneficiamento e venda de produtos locais, potencial de expansão de atividades e sinergia com turismo.
Recursos humanos	Na Formosa existem pessoas minimamente qualificadas para serviços de hospedagem, alimentação, transporte, limpeza e manutenção. Lacunas de capacitação em idiomas, guiagem, técnicas de administração e gestão, primeiros socorros, informática, entre outros.
Calendário agrícola e cerimonial	Atividades variadas e intensas, que coincidem com o calendário turístico do arquipélago. Planeamento cuidadoso é necessário para não causar perturbações à dinâmica social local.

CALENDÁRIO AGRÍCOLA E CERIMONIAL

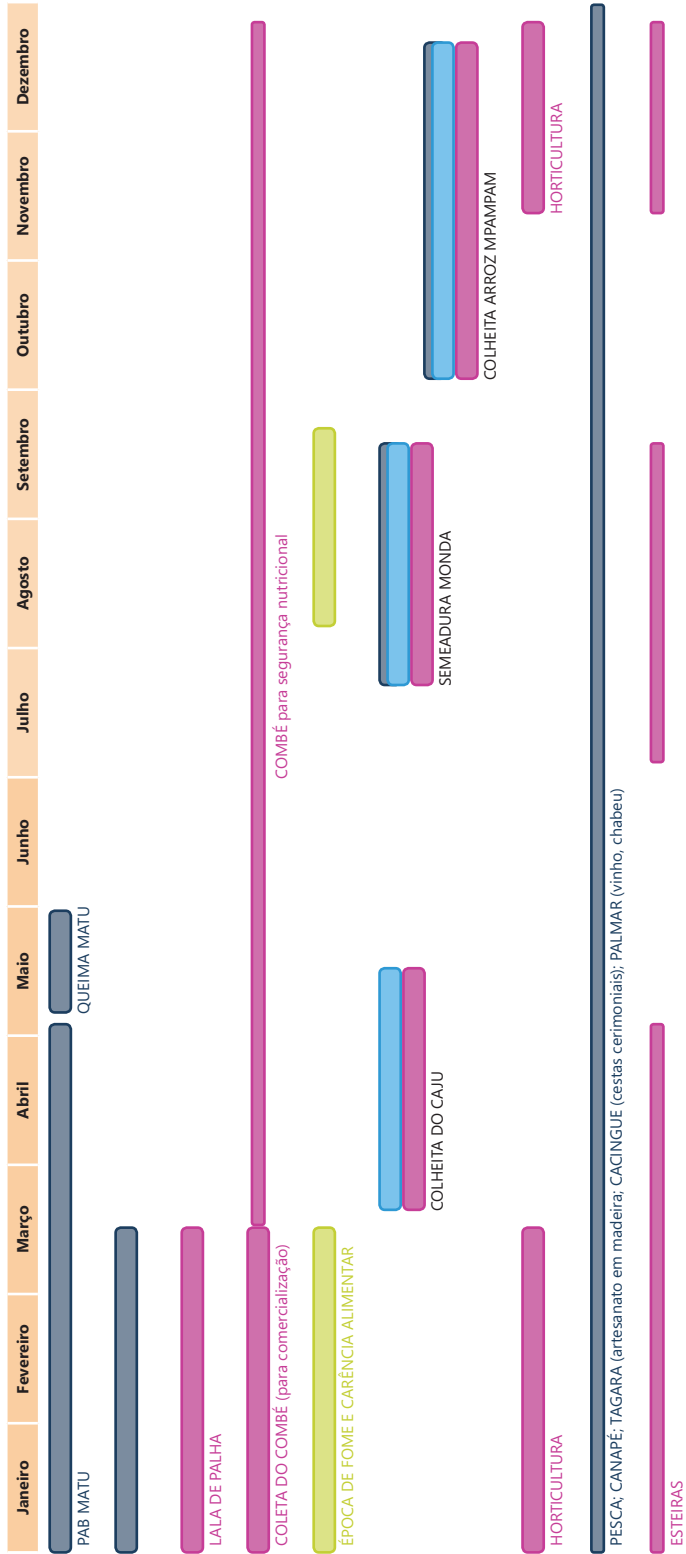
As atividades produtivas tradicionais, assim como as ritualísticas, estão muito presentes no cotidiano das populações das ilhas. Há atividades sazonais, com períodos de trabalho intenso, como a colheita de arroz pampam, a coleta de combé, a lala de palha, a colheita do caju, entre outras. Há também atividades que ocorrem praticamente o ano todo, como a pesca artesanal, o trabalho no palmar para extração de vinho e chabeu, a confecção de algumas peças artesanais. Há uma divisão do trabalho entre homens e mulheres, assim como entre faixas etárias.

Importante mencionar que há períodos em que praticamente toda a comunidade está envolvida em atividades fora da tabanca, como por exemplo, nos meses de colheita do arroz pampam, entre outubro e dezembro. As atividades cerimoniais estão também alinhadas ao calendário produtivo e, na sua maioria, ocorrem de novembro a junho.

A Figura 12 sintetiza o calendário agrícola local. Nesse contexto, é imprescindível pensar o turismo na AMPC considerando essa dinâmica do calendário, de forma a respeitá-la minimizando alterações, mas ao mesmo tempo potencializando as oportunidades existentes.

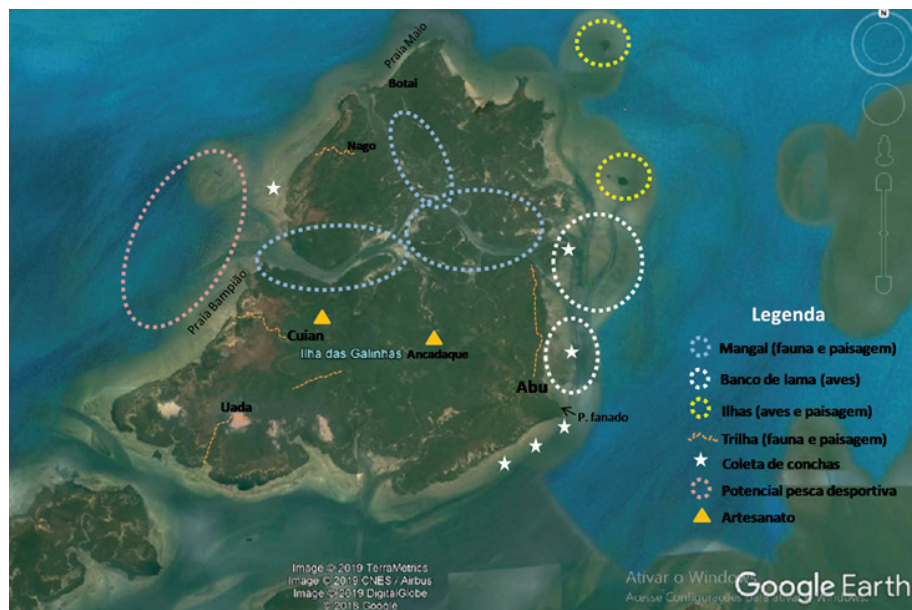
Em razão do regime de chuvas, o período possível para o turismo no arquipélago de Bijagós vai de outubro a junho, por volta de 9 meses.

FIGURA 12: Calendário agrícola e cerimonial das comunidades da AMPC



CARTOGRAFIA DOS ATRATIVOS POTENCIAIS

FIGURA 13: Principais pontos de interesse turístico identificados



QUESTÕES FUNDAMENTAIS PARA BALIZAR O DESENHO DE PROPOSTAS PARA O TURISMO RESPONSÁVEL NA AMPC UROK

As informações das secções anteriores deixam claro que num sistema complexo como o território das Ilhas Urok - no qual as variáveis socioculturais, ambientais e económicas interagem de forma tão direta e interdependente – torna-se imprescindível pontuar determinadas questões no momento de se analisar propostas para uma atividade não-tradicional como o turismo. São temas capitais que devem ser balizadores na construção destas propostas. Logo, considerá-los de antemão é uma condição para um processo de pesquisa e planeamento responsável.

Listaremos abaixo os temas balizadores que serão considerados na nossa análise:

1. Lições aprendidas em Bubaque, Rubane e outras regiões do arquipélago no que diz respeito ao turismo desordenado e predatório, garantindo que processos similares não ameacem a AMPC;
2. Respeito à Convenção 169 da OIT - que determina o direito dos povos tradicionais à consulta e consentimento de qualquer projeto que se pretenda desenvolver nos limites do seu território – e ir além: envolvê-los na reflexão, debate e construção coletiva de propostas;
3. Pensar o turismo sob a ótica da participação e protagonismo das comunidades, em consonância com a história da APMC e com a natureza do seu modelo de gestão participativa;
4. Respeito aos sítios sagrados e às atividades culturais que as comunidades definirem como interditos para os visitantes;
5. Impedir a comercialização de áreas de interesse turístico para agentes externos, garantindo a propriedade da terra às comunidades e a soberania sobre seu território;
6. Pensar o turismo como uma ferramenta responsável de valorização cultural da etnia Bijagó, sem estímulos à folclorização;
7. Pensar o turismo levando em conta o calendário agrícola e cerimonial com a preocupação de interferir o mínimo na dinâmica local;
8. Garantir o envolvimento das mulheres e dos jovens na atividade, de forma a fortalecer o seu papel;
9. Garantir que o turismo seja uma alternativa económica de carácter complementar, sem gerar dependência económica das famílias envolvidas;
10. Desenhar o turismo potencializando arranjos produtivos com outras atividades de forma a contribuir para a dinamização da economia local;
11. Pensar num modelo que gere uma distribuição equitativa e transparente de benefícios económicos;

12. Pensar a atividade numa escala reduzida, com a preocupação de garantir o controle de impactos socioambientais;
13. Garantir que o turismo seja uma ferramenta de contribuição para a conservação da AMPC;
14. Garantir que a atividade destine recursos económicos que contribuam para financiar o sistema de fiscalização da AMPC;
15. Definição de normas e regras com base nas discussões com as comunidades e atores envolvidos;
16. Estabelecimento de um sistema de zoneamento que garanta o ordenamento da atividade e a salvaguarda dos recursos naturais e culturais;
17. Definição de um sistema de governação e controle para a atividade que se encaixe ao modelo criado na AMPC;
18. Pensar a atividade de forma a fortalecer os objetivos específicos do Plano de Gestão e em respeito à legislação vigente;
19. No caso de parcerias com agentes externos, garantir a governança e o controle da AMPC, estabelecendo contratos de prestação de serviços e avaliando periodicamente o andamento do acordo.
20. Pensar a atividade de forma experimental e sob a ótica de um sítio demonstrativo de boas práticas.

PROPOSTA DE UM PROGRAMA DE TURISMO RESPONSÁVEL DA AMPC UROK

Antes de avaliar cenários potenciais específicos para o desenvolvimento da atividade⁴¹, propõe-se um esboço conceitual de um Programa para a atividade de Turismo Responsável que seja alinhado aos restantes Programas vigentes na AMPC e sob o qual propostas de turismo se devem encaixar.

O Programa de Turismo Responsável visualizado para a AMPC Urok integra uma estratégia de uso sustentável dos recursos da sociobiodiversidade da Área protegida que, por meio da visitação e da oferta de serviços turísticos sustentáveis, procura promover a dinamização da economia local, o empoderamento das comunidades na gestão territorial, a conservação dos recursos naturais e a valorização da AMPC e da cultura bijagó.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PROGRAMA

O Programa possui objetivos específicos, alinhados aos objetivos do plano de gestão vigente da AMPC Urok. De entre os principais objetivos do Programa, podemos citar:

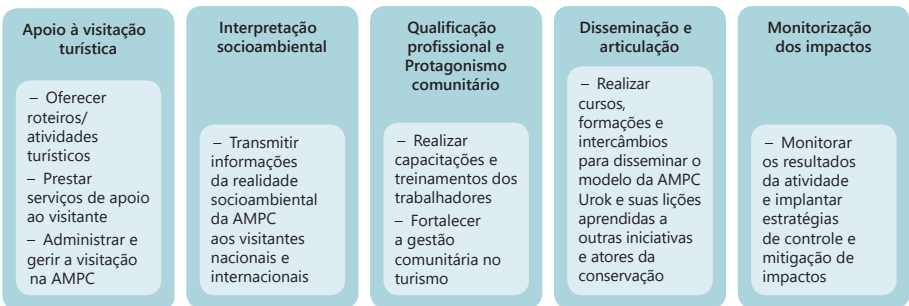
1. Contribuir para a conservação dos recursos naturais da AMPC Urok;
2. Gerar e distribuir de forma equitativa benefícios socioeconómicos para as populações da AMPC Urok;
3. Contribuir para o fortalecimento e valorização cultural da etnia Bijagó;
4. Contribuir para o autofinanciamento e a captação de recursos para a AMPC Urok;
5. Divulgar os trabalhos desenvolvidos na AMPC Urok e arregimentar apoio social e político ao modelo da AMPC Urok.

⁴¹ Ecoturismo e turismo científico, pesca desportiva responsável com controle comunitário.

Linhas de ação

As principais linhas de ação contempladas pelo programa são:

FIGURA 14: Proposta de linhas de ação para eventual Programa de Turismo Responsável da AMPC UROK.



Atores envolvidos

O turismo responsável é uma atividade que envolve inúmeros atores num contexto de área protegida. Preliminarmente, o modelo que está a ser pensado para AMPC Urok visualiza a participação destes atores da seguinte forma:

Na operação e administração

Sugere-se um sistema partilhado de operação e administração da atividade, em que dois atores institucionais terão atuação central, a saber:

Coletivo de Turismo de UROK: provenientes de distintas tabancas da AMPC, os trabalhadores envolvidos diretamente na operação e administração da atividade farão parte de um coletivo organizado, que neste estudo será chamado de “**Coletivo de Turismo de UROK**”. Além dos prestadores de serviço aptos a trabalhar, o grupo engloba também produtores locais que fornecem insumos ao turismo (agricultores, pescadores, artesãos, artistas, etc.). O coletivo atuará nos moldes de uma associação.

Tiniguena: recomenda-se o seu envolvimento na operação e administração pelo histórico de participação na construção do modelo da AMPC, pela presença que possui no terreno como um ator importante na gestão participativa da área protegida, pela administração das casas de passagem e pela experiência operacional acumulada. Atuará como chefe da orquestra.

O Quadro 21 ilustra as principais atividades de cunho operacional e administrativo de responsabilidade dos dois atores institucionais, assim como os recursos humanos envolvidos.

QUADRO 21: Atribuições dos atores institucionais responsáveis pela operação e administração

Ator institucional	Responsabilidades operacionais e administrativas	Composição
Tiniguena	<ul style="list-style-type: none"> – Animação e acompanhamento – Supervisão geral da operação – Gestão financeira e contabilidade – Comercialização e Promoção – Apoio logístico e de compras no continente – Apoio técnico-científico – Gestão de RH – Avaliação de serviços – Apoio à organização comunitária – Captação de recursos 	<ul style="list-style-type: none"> – 1 técnico da Tiniguena para supervisão geral – 1 gestor operacional em Bissau (fixo) – 1 monitor socioambiental em Urok (fixo)
Coletivo de Turismo de Urok	<ul style="list-style-type: none"> – Operação dos roteiros (dentro da AMPC) – Serviços de guiagem, alimentos e bebidas, hospedagem – Gerência do rodízio de trabalhadores – Apoio logístico na AMPC – Avaliação de serviços – Manutenção de estruturas – Compra de produtos da economia local (agrícolas, peixe, etc.) – Organização comunitária – Organização de eventos e apresentações culturais, etc. 	<ul style="list-style-type: none"> – Diretoria do coletivo (eleita) – 1 gestor operacional para a Formosa (fixo) – 1 gestor operacional para Nago (fixo) – Prestadores de serviços do turismo (temporários) – Agricultores, pescadores, artesãos, etc.

Eventualmente, o IBAP poderá envolver-se, por meio de parcerias, em atividades operacionais, sobretudo quando promover expedições científicas que possam ter sinergia com roteiros de turismo científico.

Na governança e no controle

A atividade de turismo responsável na AMPC Urok deve encaixar-se ao Sistema de Gestão e Governança vigente, possibilitando que o turismo seja discutido, planejado, acompanhado e avaliado com a participação do universo de atores envolvidos com a Área Protegida. Cada órgão de governação da AMPC Urok possui uma composição diversa e representativa e uma frequência determinada de reuniões e encontros. Nesse sentido, torna-se necessário identificar a natureza da decisão relacionada ao turismo a ser tomada e a sua respetiva instância competente⁴². Decisões que envolvam aspetos que possam incidir sobre temas mais sensíveis da AMPC Urok, como por exemplo: plano de gestão, estabelecimento ou não de acordos com atores externos, definição de regras, etc., devem necessariamente passar por órgãos decisórios da AMPC, como a AG, instância máxima de deliberação.

O quadro 22 sugere algumas atividades ligadas à governança e ao controle do turismo e indica possíveis órgãos a serem utilizados em caráter consultivo (C) e/ou deliberativo (D). Como a atividade de turismo demandará que algumas questões sejam tratadas com maior urgência, será fundamental que um órgão a acompanhe de forma mais próxima. Assim, o Comité de Gestão de Urok - órgão executivo do sistema e principal instância de decisão entre duas Assembleias Gerais - funcionará **como instância de governação e controle principal do Turismo**, com atribuições descritas no Quadro 23.

⁴² É de ressaltar que atividades de natureza operacional e administrativa (Quadro 21) não podem ser tratadas nessas instâncias, caso contrário o modelo torna-se inviável, já que a operação do turismo envolve uma dinâmica própria que exige respostas ágeis.

QUADRO 22: Eventuais decisões a serem tomadas e possíveis órgãos relacionados

Exemplo de possível questão relacionada ao turismo...	Comitês de Gestão de Tabanca (CGT)	Assembleias Insulares (AI)	Assembleia Geral Urok (AGU)	Comité de Gestão Urok (CGU)	Comité Técnico Urok (CTU)	Comissão de multa
Autorizar ou não o desenvolvimento do turismo na AMPC	C	C	D	C	C	C
Definir ou alterar a zonagem da atividade	C	C	D	C	C	C
Definir ou alterar as regras da atividade	Pode decidir para questões específicas ao nível da tabanca ⁴³	Pode decidir para questões específicas ao nível da ilha ⁴⁴	Deliberativo para questões sensíveis e ao nível de AMPC.	C	C	C
Aprovar ou não parcerias com operadores e parceiros externos	C	C	D	C	C	C
Avaliação do desempenho atividade (cumprimento das regras; resultados, parcerias, etc.)	Ao nível de tabanca, levar resultados para as insulares, etc.)	Ao nível de ilha, levar resultados para a AG.	Avaliação integrada anual da atividade ao nível da AMPC	Pela composição, instância mais apropriada para levantar, organizar e encaminhar informações para a avaliação na AG. Pode realizar avaliações parciais e mais específicas, entre assembleias.	Pode ser acionado para dar apoio técnico-científico às discussões	No que se refere à interface com a fiscalização
Resolução de conflitos	Questões ao nível de tabanca	Questões ao nível de ilha	Questões ao nível de AMPC	Pode servir de espaço para discutir e tomar decisões urgentes, entre assembleias.	Pode ser acionado para dar apoio técnico-científico às discussões	No que se refere à interface com a fiscalização
Deliberação sobre recursos financeiros coletivos oriundos da atividade.	C	C	D	C	C	C
Penalizações	Pode decidir para questões específicas ao nível da tabanca ⁴⁵	Pode decidir para questões específicas ao nível da ilha ⁴⁶	Deliberativo para questões sensíveis e ao nível de AMPC.	Pode servir de espaço para discutir e tomar decisões urgentes, entre assembleias.	C	Deliberativo no que se refere à interface com a fiscalização

⁴³ Desde que de acordo com Plano de Gestão

⁴⁴ Idem ao 43

⁴⁵ Idem ao 43

⁴⁶ Idem ao 43

Quadro 23: Competências e composição do CGU.

Órgão de governação	Competência	Composição e reunião
Comité de Gestão Urok (CGU)	No seu seio são debatidas e afinadas as questões de maior interesse inerentes ao processo de gestão participativa do espaço Urok, como a fiscalização terrestre e marítima, a instalação de novos utilizadores, a aplicação de sanções aos infratores, entre outros. É ainda este órgão que analisa as propostas de iniciativas de desenvolvimento durável associadas ao processo de cogestão que serão submetidas à AG Urok . No que se refere ao turismo, pode funcionar como um órgão de apoio e controle , que acompanha, dá suporte e acompanha as ações da Tiniguena e ao Coletivo de Turismo de Urok (que têm função operacional no turismo). Alguns exemplos de possível atuação do CGU: na mediação de possíveis conflitos não resolvidos entre tabancas, na afinação das relações com operadores parceiros, etc. Além disso, analisa e direciona questões importantes que precisam de ser levadas à AG para deliberação. No caso de urgência, pode deliberar sobre determinadas questões, desde que não interfiram no Plano de Gestão da AMPC Urok.	<ul style="list-style-type: none">– 6 Representantes da Formosa– 4 Representantes de Nago– 4 Representantes da Chediã– 2 Representantes da Tiniguena– 1 Representante do IBAP– 1 Representante da Administração local– Pelo menos 1/3 dos representantes de cada ilha devem ser do sexo feminino– Reuniões 4 vezes ao ano

ANÁLISE DE CENÁRIOS

Com base nas informações coletadas nas etapas anteriores, serão avaliadas 2 possibilidades de cenários para o turismo responsável na AMPC Urok, nomeadamente: **1) Ecoturismo e Turismo Científico e 2) Pesca Desportiva Responsável com Controle Comunitário.**

Os cenários foram agrupados em razão da localização geográfica, da infraestrutura compartilhada e da proximidade dos mesmos em termos conceituais.

O cenário de Ecoturismo e Turismo científico terá como base principal a Ilha da Formosa, em razão da capacidade instalada da infraestrutura básica e de apoio. Isso não exclui outras ilhas, onde podem acontecer expedições e atividades.

O cenário de Pesca Desportiva Responsável com Controle Comunitário terá como base um acampamento temporário e móvel gerido pela comunidade na Ilha de Nago.

Para cada cenário foi elaborado um plano de negócios simplificado com roteiros e atividades possíveis, soluções para serviços, perfil da demanda, operação, investimentos necessários, recursos humanos, custos e despesas, determinação de preços, estimativa de demanda e receitas, avaliação económico-financeira, fatores-chave e riscos.

Cada cenário está a ser elaborado considerando uma etapa experimental a fim de testar e avaliar a atividade de acordo com a vivência dos atores envolvidos (direta e indiretamente). A etapa experimental terá um horizonte temporal de 2 anos, com avaliações periódicas, sendo que as avaliações de caráter integral acontecerão anualmente na instância máxima da AMPC Urok, a Assembleia Geral. A etapa de consolidação compreende o período do ano 2 ao ano 10. A análise de cenários realizará projeções no período de 10 anos, na tentativa de valorar benefícios potenciais a médio e longo prazo.

Propõe-se uma etapa piloto pelas seguintes razões:

- O turismo é uma atividade não-tradicional com a qual as comunidades farão o contacto pela primeira vez. A fase piloto serve para avaliar os prós e contras com base na experiência prática, possibilitando também desmistificar e esclarecer questões aos olhos dos residentes. Serve também para não gerar expectativas em demasia, as quais podem não ser atendidas.
- Serve para testar a efetividade das normas e regras estabelecidas, assim como o sistema de gestão, governança e controle, possibilitando os ajustes necessários – que certamente existirão.

- É cautelosa, já que pesam sobre o contexto macro do país questões de instabilidade que afetam a demanda turística. Investimentos num cenário com essas características devem ser estratégicos.
- A gestão participativa tem um tempo diferenciado, pois o foco é no processo, na construção de bases sólidas, as quais são fundamentais para se alcançar resultados consistentes a posteriori. O turismo com gestão participativa naturalmente segue a mesma lógica.

CENÁRIO 1 ECOTURISMO E TURISMO CIENTÍFICO

Ponto principal (base): Ilha de Formosa (principal), tabanca de Abu.

Pontos complementares: restantes ilhas da AMPC Urok

Tipo de roteiros e atividades: 1) Roteiros com foco na natureza, conservação e cultura, assim como participação em expedições científicas. Todos os roteiros são guiados por moradores da AMPC Urok devidamente qualificados para a condução do visitante e interpretação do ambiente; 2) Além dos roteiros turísticos, o cenário propõe a realização de eventos programados, a saber: eventos de disseminação de lições aprendidas da AMPC Urok e festivais Urok (da cultura Bijagó).

Proposta preliminar de zonagem: com base nas observações no terreno - e considerando que as atividades previstas serão de mínimo impacto e com grupos reduzidos - sugere-se que o Ecoturismo e o Turismo Científico possam ser realizados nas 3 zonas previstas no plano de gestão, desde que em concordância com as regras estabelecidas (ver secção regras específicas), respeitando áreas interditas definidas pelas comunidades e pela AMPC Urok.

1. ECOTURISMO

Demanda (público-alvo)

Origem: *Etapas experimental (anos 1 e 2):* 1) Cooperantes, expatriados que trabalham e vivem em Bissau e buscam atividades de lazer durante os fins de semana; 2) Ecoturistas hospedados no Orango Parque Hotel por meio de possível parceria entre o empreendimento e a AMPC Urok (principalmente para o roteiro de vivência em Bijagó);

Etapas de consolidação (a partir do ano 3): Além dos públicos mencionados na fase experimental, há possibilidades de se estabelecer parcerias com operadoras estrangeiras (França, Inglaterra, Espanha, Senegal, etc.).

Perfil e interesses: espectro amplo, com interesse por aspetos naturais e culturais. Possuem bom nível de consciência socioambiental e muitos interessam-se em colaborar com projetos de desenvolvimento comunitário. Interessam-se também por atividades contemplativas e de descanso.

Faixa etária: ampla, entre 25 e 65 anos. Há também crianças acompanhando os pais.

Disposição a pagar: média para residentes em Bissau, média-alta para visitantes estrangeiros.

Estimativa de demanda: 1) Residentes em Bissau: fins de semana. Para estimar o tamanho do mercado foram utilizados dados do Orango Parque Hotel e do Hotel Ilha de Keré. Nestes estabelecimentos, 20% do público total têm origem em Bissau, o que representa um potencial de captação aproximado de 80 pessoas por ano. 2) Em relação ao público com perfil de ecoturistas, o Orango Parque Hotel recebe por volta de 280 ecoturistas por ano (80%), os quais realizam roteiros variados oferecidos pelo empreendimento em parceria com comunidades/áreas protegidas na região (com foco em observação, natureza e cultura).

Duração provável do roteiro: 1) Residentes em Bissau: 2 noites / 3 dias (sexta a domingo); 2) Parcerias com Orango Parque Hotel: 1 noite; 3) Operadoras estrangeiras: 2 noites / 3 dias.

1.1 Roteiro de fauna de Urok (foco em aves migradoras)

Período: dezembro a fevereiro⁴⁷

Objetivo: percorrer diferentes ambientes da AMPC Urok, especialmente os costeiros, para observação e fotografia da fauna, com foco na incrível concentração de aves migradoras. Interpretação ambiental e explicações sobre o contexto da AMPC Urok.

Principais atividades:

Maré alta: passeio de barco pelo litoral, visitas a praias e ilhas permitidas.

Maré baixa: passeios de barco e de canoa no mangal, visitas a bancos de lama.

Zona terrestre: caminhadas nos ambientes terrestres (florestas, savanas, áreas produtivas e entornos das tabancas).

Palestras possíveis: 1) Ecologia do Arquipélago do Bijagós e da AMPC Urok; 2) Reserva da Biosfera Bolama-Bijagós; 3) Bases do Modelo da Área Marinha Protegida Comunitária de UROK: conquistas e desafios, etc.

Possibilidades de programação

QUADRO 24: Sugestão de programação para roteiro de fauna.

	Sexta-feira	Sábado	Domingo
Manhã		Trilho + passeio de canoa pelo mangal	Passeio de barco a bancos de lama e areia
Tarde	Saída de Bissau às 13:00. Visita ao museu da cultura Bijagó, caminhada nos arredores da tabanca.	Caminhada em ambiente terrestre	Retorno a Bissau às 15:00.
Noite	Palestra sobre AMPC Urok	Roda de conversa com liderança	

1.2 Roteiro natureza, cultura e conservação em Urok

Período: janeiro a março e junho⁴⁸

Objetivo: contemplar as paisagens, conhecer a cultura Bijagó e a história de conservação da AMPC Urok percorrendo diferentes ambientes e realizando atividades variadas. Interpretação socioambiental e explicações sobre o contexto da AMPC Urok.

Principais atividades: Passeios de barco pelo litoral, visitas a praias e ilhas permitidas, passeios de canoa no mangal, banhos de mar, trilhos na floresta e nas savanas, visita à tabanca e rodas de conversa com lideranças.

Opcional: trilhos de longa distância (aventura)

⁴⁷ No auge da migração de aves

⁴⁸ Como mencionado no calendário agrícola (Figura 12), de outubro a dezembro as atividades de colheita do arroz são muito intensas e ocupam praticamente toda a comunidade. Desaconselhável também o turismo entre os meses de abril e maio, em razão da colheita do cajú e do consumo excessivo de álcool nas comunidades.

Palestras possíveis: 1) A etnia Bijagó e a sua relação com o território; 2) Reserva da Biosfera Bolama-Bijagós; 3) Bases do Modelo da Área Marinha Protegida Comunitária de UROK: conquistas e desafios, etc.

Possibilidades de programação

QUADRO 25: Sugestão de programação para roteiro Natureza, Cultura e Conservação.

	Sexta-feira	Sábado	Domingo
Manhã		Caminhada em ambiente terrestre ⁴⁹	Passeio de barco a bancos de lama e areia, ilhas permitidas. Banho de mar.
Tarde	Saída de Bissau às 13:00. Passeio de canoa pelo mangal.	Visita à tabanca e atividades produtivas ⁵⁰	Retorno a Bissau às 15:00.
Noite	Palestra sobre as bases do modelo AMPC UROK, suas conquistas e desafios. Apresentação cultural dos jovens (se possível)	Roda de conversa com anciãos/anciãs para explicação da paga garandesa e temas relacionados à religiosidade bijagó.	

1.3 Roteiro vivência Bijagó

Período: outubro⁵¹ a março e junho

Objetivo: possibilitar ao visitante conhecer e vivenciar o modo de vida da cultura Bijagó, a sua relação com o território e a natureza, participando em atividades típicas do cotidiano da tabanca e realizando passeios complementares no ambiente natural. Interpretação socioambiental e explicações sobre o contexto da AMPC Urok.

Principais atividades:

Participação em atividades produtivas e tradicionais: os visitantes poderão ver no campo como esses produtos são cultivados ou coletados, participar na coleta e acompanhar os processos de tratamento. Exemplos: Cultivo do arroz, coleta de frutos do mar, óleo de palma, pesca artesanal, artesanato, etc.

Participação em atividades na Tabanca: Atividades do cotidiano da tabanca autorizadas pela comunidade, rodas de histórias e conversas, etc.

Pernoite em casa (kadjoko) na tabanca e alimentação tradicional: os visitantes vivenciarão a experiência de dormir na tabanca numa casa destinada para tal e vão comer de forma tradicional.

Atividades complementares no entorno natural: passeios de canoa no mangal, caminhada na floresta, visitas a praias, banhos de mar, etc.

Palestras possíveis: 1) A etnia Bijagó e a sua relação com o território; 2) O Modelo da Área Marinha Protegida Comunitária de UROK: conquistas e desafios, etc.

⁴⁹ Opcional: trilho de longa distância para aventureiros

⁵⁰ A definir de acordo com o calendário

⁵¹ Como se trata de um roteiro de imersão nas atividades tradicionais de bijagós, no período de outubro a dezembro os visitantes participarão nas atividades da época.

Observação: esse roteiro é singular na região, assim pode ser adaptado e oferecido a visitantes hospedados no Orango Parque Hotel ou outro parceiro potencial, talvez com 1 pernoite na tabanca.

Possibilidades de programação

QUADRO 26: Sugestão de programação para o Roteiro de Vivência em Bijagó.

	Sexta-feira	Sábado	Domingo
Manhã		Participação em atividades produtivas ⁵²	Conchas/pesca artesanal ⁵³ Banho de mar
Tarde	Saída de Bissau às 13:00. Visita ao museu da cultura Bijagó. Passeio de canoa no mangal.	Trilho interpretativo na floresta (usos possíveis, plantas medicinais, espécies sagradas, etc.)	Retorno a Bissau às 15:00.
Noite	Palestra sobre a AMPC Urok na casa de passagem Pernoite na tabanca	Roda de conversa com anciãos/anciãs para explicação da paga garandesa e temas relacionados à religiosidade de bijagó. Pernoite na tabanca	

2. TURISMO CIENTÍFICO

Participação em expedições científicas e eventos técnico-científicos realizados na AMPC Urok pelas instituições atuantes na Área Protegida (Tiniguena, IBAP) ou instituições parceiras nacionais ou internacionais.

Demanda (público-alvo)

Tipo: pesquisadores, académicos, estudantes, profissionais ligados às temáticas de áreas protegidas, conservação, ecovoluntários, etc.

Origem: nacional (residentes) e internacional.

Perfil e interesses: Visitante com perfil técnico, académico. Alto nível de consciência socioambiental e intenção de colaborar com projetos de conservação e desenvolvimento comunitário. Interesse em participar em pesquisas, observar espécies da fauna, etc.

Faixa etária: ampla, desde estudantes universitários a académicos aposentados.

Disposição a pagar: média para residentes em Bissau, média-alta para visitantes estrangeiros.

Duração provável do roteiro: Variável, a depender da pesquisa. Consideraremos uma média de 4 pernoites e 5 dias.

⁵² A definir de acordo com o calendário
⁵³ A definir de acordo com o calendário

2.1 Roteiro para participação em pesquisas ecológicas na AMPC Urok

Período: dezembro a fevereiro⁵⁴

Objetivo: fornecer a oportunidade de participação do visitante em atividades de pesquisas ecológicas desenvolvidas pela equipa do IBAP (ou outras instituições científicas) em ambientes da AMPC Urok, especialmente os costeiros (bancos de lama e areia, sobretudo). Possibilidade de combinar com atividades ecoturísticas complementares, com interpretação ambiental e explicações sobre o contexto da AMPC Urok.

Atividades:

Científicas (principais): contagem e anilhagem de aves, contagem de conchas e demais atividades relacionadas às pesquisas.

Ecoturismo (complementares): nos momentos livres do dia (em que não houver atividades de pesquisa), realizar passeios nos mangais, trilhos nos ambientes terrestres, visita a praias, etc.

Palestras possíveis: 1) Ecologia do Arquipélago do Bijagós e da AMPC Urok; 2) Reserva da Biosfera Bolama-Bijagós; 3) Bases do Modelo da Área Marinha Protegida Comunitária de UROK: conquistas e desafios, etc.

Possibilidades de programação

A ser definida em conjunto com a equipa de pesquisa e a depender do número de dias. Nos momentos livres do dia, a comunidade de Urok oferece atividades ecoturísticas aos visitantes. Durante a noite, podem ser realizadas palestras sobre a AMPC Urok, rodas de conversa com lideranças da comunidade ou eventuais atividades culturais.

3. EVENTOS PROGRAMADOS

3.1 Eventos de disseminação e partilha de experiências

Período: outubro a junho (a confirmar)

Objetivo: promover cursos/workshops/intercâmbios voltados à disseminação do modelo de gestão participativa da AMPC Urok, compartilhando as lições aprendidas com profissionais da conservação.

Justificativa: A história de criação da AMPC Urok e da construção do seu modelo inovador de gestão e governança possui grande valor para a conservação em áreas tropicais, sobretudo em contextos com presença de populações tradicionais. Esse conhecimento acumulado é uma mais-valia e pode ser utilizado para fins de intercâmbio e disseminação a outros atores nacionais e internacionais, em concordância com o objetivo específico 6 do 2º plano de gestão. Além de contribuir para a multiplicação de boas práticas e para o fortalecimento da rede de áreas protegidas, os eventos podem ser uma estratégia de autofinanciamento das instituições envolvidas. É possível também realizar atividades ecoturísticas e culturais complementares durante os encontros, oferecidas pelo Coletivo de Turismo de Urok.

⁵⁴ No auge da migração de aves

Público-alvo: Instituições atuantes na Guiné-Bissau e África, Europa, América do Norte, etc. Provável potencial para instituições de países lusófonos.

Atividades

Técnico-científicas (principais): Cursos de formação, workshops, intercâmbios ou vivências.

Ecoturismo (complementares): intercalar na programação dos eventos, atividades de ecoturismo (passeios nos mangais e bancos de lama, trilhos nos ambientes terrestres, etc.) e atividades culturais com as populações locais (visita à tabanca, atividades produtivas, rodas de conversa, etc.)

Possibilidades de programação

Além das atividades próprias do curso/intercâmbio (definidas pela instituição ofertante, no caso Tiniguena), a comunidade de Urok oferece atividades turísticas aos participantes durante momentos livres do evento. Essas podem ser definidas de acordo com o perfil do grupo. Durante a noite, podem ser realizadas rodas de conversa com lideranças da comunidade ou eventuais atividades culturais.

3.2 Festivais culturais de Urok

Período: outubro a junho (a confirmar)

Objetivo: realizar eventos culturais sobre a cultura Bijagó com a finalidade de contribuir para a valorização artística e cultural da etnia, envolvendo as distintas gerações, sobretudo a juventude.

Justificativa: existe uma preocupação de que as manifestações culturais tradicionais estejam a perder força frente às práticas modernas que ocupam cada vez mais espaço na sociedade Bijagó. Em alguns lugares os jovens estão a afastar-se de tais manifestações, por vezes desinteressando-se pela continuidade das atividades. A ONG Tiniguena durante anos teve forte atuação na área de animação sociocultural, promovendo concursos de dança, teatro comunitário, além de organizar o carnaval de Urok. Tais ações foram importantes para ajudar na reabilitação de elementos da cultura Bijagó nas ilhas. Um exemplo recente foi o “Projeto Bemba di Vida”⁵⁵, executado pela Tiniguena em parceria com o IMVF. No âmbito do projeto foram realizadas atividades culturais, de entre as quais exposições itinerantes, danças, concursos gastronômicos, djumbai cultural nas tabancas, entre outras. Segundo Emanuel Ramos, há necessidade de retomar essa animação sociocultural.

Nesse sentido, um potencial identificado é o de se realizar festivais culturais - por meio de uma ação conjunta da Tiniguena, Casa de Ambiente e Cultura e Coletivo de Turismo Urok - que possam ser autofinanciados, sem a necessidade de depender de captação de recursos para a sua realização. Um exemplo de natureza similar ocorre na Amazônia Brasileira, com a etnia indígena Yawanawa, que ocupa as cabeceiras do Rio Gregório, estado do Acre. Desde 2012, a etnia realiza anualmente na aldeia Nova Esperança um grande festival de celebração da sua cultura, o **festival Yawa**. A participação de não-indígenas é permitida somente mediante inscrição prévia, com limite de 150 pessoas. Os visitantes devem seguir regras e normas definidas pela comunidade indígena. Durante

⁵⁵ Financiado pela União Europeia e pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua.

o Festival acontecem várias atividades como: danças, rodadas de músicas, partilha de histórias, brincadeiras, etc. Além disso, são servidas comidas da Culinária Tradicional Yawanawá, exposições dos Artesanatos da aldeia e Pinturas Corporais com os Kenes Yawanawás⁵⁶.

No caso de Urok, as comunidades da AMPC poderiam definir atividades culturais passíveis de serem compartilhadas com os visitantes e organizar eventos com limite de pessoas definido, inscrição prévia, regras de conduta estabelecidas, etc. As vagas seriam divulgadas e os visitantes interessados pagariam pela participação no evento. Tais eventos podem consistir numa ferramenta de valorização e autoestima da cultura Bijagó, dando a sua parcela de contribuição para envolver a juventude na continuidade das manifestações culturais, tão estruturantes no modo de vida da etnia. Além disso, gera rendimento, pois serão oferecidos serviços de hospedagem, alimentação, passeios, além de venda de produtos da sociobiodiversidade.

Público-alvo: Guineenses, cooperantes, expatriados, estrangeiros a visitar o país.

Atividades e possibilidades de programação

A serem definidas em conjunto com os atores envolvidos e de acordo com as regras definidas pela comunidade. Danças, música, teatro, culinária, rodas de história, carnaval, etc., possuem grande potencial. Os visitantes poderiam hospedar-se nas casas de passagem, em barracas ou em casas definidas pela comunidade.

Serviços de transporte

Nos roteiros de ecoturismo, pode-se utilizar a embarcação da Tiniguena no início das operações, o que limita o tamanho do grupo a 6 pax. Trabalhar com grupos pequenos no princípio permitiria à equipa testar e ganhar uma experiência com a operação, para então receber grupos maiores (10-12 pax). A análise económico-financeira utilizou como base grupos com um tamanho médio de 6 a 8 pax. Com grupos maiores de 6 pax, será necessário realizar uma parceria com empresa de aluguer de embarcações para turismo. Além da questão do número de pax, em termos de conforto, a embarcação existente é menos adequada para o turista (falta cobertura).

Serviços de hospedagem e alimentação

Os roteiros pensados para o cenário ecoturismo e turismo científico utilizarão as casas de passagem da tabanca de Abu para hospedagem e alimentação - com exceção do roteiro de vivência em bijagó. A estrutura e os serviços das casas de passagem são de boa qualidade para a sua finalidade atual, porém, para uso turístico, serão necessárias melhorias. Abaixo estão listadas as principais:

⁵⁶ www.yawanawa.org

QUADRO 27: Soluções para serviços e hospedagem do cenário de Ecoturismo e Turismo Científico.

Tipo	Situação atual	Situação desejada para uso turístico
Número e capacidade atual	2 casas, 16 pessoas	Não há necessidade de ampliação. Boa capacidade de acomodação em Formosa. Há espaço para barracas, se necessário.
Dormitórios e casas de banho	1 dormitório com casa de banho para casal 7 dormitórios com 2 camas de solteiro cada e casas de banho compartilhadas	A composição atual está a contento para a fase experimental. Necessário adquirir ventiladores para minimizar calor. Reformar telas para mosquitos nas janelas e adquirir mosquiteiros para camas. Melhorar a qualidade de travesseiros e roupas de cama; adquirir roupa de banho. Melhorar a iluminação das habitações e das casas de banho, colocar lâmpada de cabeceira. Colocar cortinas nas janelas e prateleiras para acomodação de roupas e pertences dos visitantes. Colocar água canalizada nas casas de banho para utilização de chuveiro, descarga e pias.
Serviço de quarto	Serviço de quarto um pouco irregular.	Melhorar a regularidade do serviço de quarto, assim como a frequência de limpeza da casa de banho.
Energia	Fotovoltaica. Suficiente para luz, carregamento de laptops, telemóveis, uso de projetores.	Investir em baterias novas para o banco e adquirir gerador elétrico para back-up, em caso de eventuais problemas.
Refrigeração	Frigorífico danificado. Usa-se gelo.	Necessário aquisição de frigorífico para acondicionamento de géneros alimentares e bebidas (que podem ser vendidas).
Cozinha/Refeitório	Sim, capacidade para atender 16 pessoas, com necessidade de investimentos.	Adquirir utensílios de cozinha e mesa.
Refeições e serviço de restaurante	<u>Pequeno almoço</u> : pão, queijo e manteiga, 1 fatia de fruta, café ou chá. <u>Almoço</u> : prato principal (peixe ou frango), arroz e salada, sobremesa. <u>Jantar</u> : prato principal (peixe ou frango), arroz e salada, sobremesa. Comida saborosa, porém, pouco diversificada. As quantidades podem ser um pouco maiores. Serviço de atendimento bom, assim como padrão de higiene.	Incrementar e diversificar o cardápio das três refeições, buscando ao máximo valorizar a culinária bijagó e a aquisição de produtos locais. Evitar repetir pratos parecidos na sequência. Reforçar o pequeno almoço e colocar uma opção de suco. Durante o jantar, oferecer uma opção complementar de sopa. Ter opção para vegetarianos. Diversificar a sobremesa, explorando frutas variadas. Para o turismo é importante estabelecer horário para as refeições e segui-lo pontualmente. Não espaçar demasiadamente o tempo entre uma refeição e outra. Deixar acessível ao visitante uma garrafa com café ou chá e biscoitos. Durante os passeios da tarde, levar algumas frutas para lanche. Interessante se pensar num bar simples para a venda de cerveja, vinho, refrigerantes, outros.
Lixo e saneamento	Demasiado uso de embalagens plásticas.	Evitar embalagens pequenas de manteiga, envelopes de café solúvel, garrafas de água mineral. Investir em filtro similar ao utilizado no hotel da Ilha Keré.
Ambientes para descanso e leitura	Não há.	Adquirir alguns assentos confortáveis ou redes para descanso nos intervalos. Montar pequena biblioteca com livros interessantes relacionados ao país, às áreas protegidas, às culturas, etc.

Com relação ao roteiro de vivência em bijagó, que propõe hospedagem e alimentação tradicionais, o item conforto não é prioritário, no entanto, é importante estar atento a questões relacionadas à segurança e à higiene, uma vez que têm impacto diretamente na saúde do turista, acostumado a outros tipos de ambiente.

A secção investimentos trará em detalhe as necessidades de investimento no cenário Ecoturismo e Turismo Científico.

Serviços de guiagem e monitoria socioambiental

No ecoturismo o guia é um profissional-chave. Ele atua como uma “ponte” entre o visitante, o local visitado e a comunidade local; sua função permite que a experiência do turista tenha significado em termos educativos, informativos e vivenciais. Todas as

atividades previstas nos roteiros serão obrigatoriamente guiadas⁵⁷ a fim de que o visitante possa de facto conhecer e obter informação sobre a AMPC. Além disso, a presença de um guia é fundamental para questões de segurança e assegura o cumprimento das normas estabelecidas pela comunidade no que diz respeito à conduta do turista. Para tal, a AMPC contará com 3 tipos diferentes de guias/monitores: **o guia de campo, o guia anfitrião da tabanca e o monitor socioambiental da AMPC Urok.**

O guia de campo e o guia da tabanca devem, obrigatoriamente, ser moradores da área protegida. O primeiro será o responsável por conduzir os visitantes nos variados passeios no ambiente natural, acompanhando o turista do início ao fim da visita. Esse guia caracteriza-se por possuir um conhecimento do ambiente por meio das práticas tradicionais que exerceu ao longo da vida, nomeadamente pesca, caça, extrativismo, agricultura, etc. Dessa forma, ele contribui com seu conhecimento empírico para identificação das plantas e dos animais, com conhecimentos ecológicos sobre os hábitos, as áreas de vida dos animais, a sazonalidade do ambiente, etc.

Por sua vez, o guia anfitrião da tabanca, como o nome já anuncia, será o responsável por apresentar a comunidade, a sua história e a sua cultura aos visitantes durante os passeios às tabancas, ou seja, a sua função é fornecer informações e contribuir para a interpretação socioambiental do modo de vida bijagó aos turistas.

O monitor socioambiental será um profissional com formação técnica ligada à temática da conservação e áreas correlatas, com domínio de inglês (de preferência). Enquanto os guias de campo e da tabanca transmitem o seu conhecimento tradicional baseado nas suas experiências de interação e adaptação ao meio em que vivem, o monitor passará conhecimentos formais técnicos e científicos aos visitantes, nomeadamente em temas de ecologia, zoologia, conservação e áreas protegidas, geografia e história da região, baseadas na literatura existente e na sua formação universitária. Será, por exemplo, o responsável pelas palestras técnicas durante os roteiros. Entretanto, a sua função não se restringirá ao trabalho com o turismo, terá atuação mais ampla na AMPC, envolvendo atividades de educação e animação ambiental junto da população, produção de materiais interpretativos e educativos, capacitação, etc.

Será fundamental um plano de capacitação para o desempenho das funções acima.

Recursos humanos

As funções necessárias para que a operação do cenário de Ecoturismo e Turismo Científico funcione estão detalhadas no Quadro 28. Cinco delas têm caráter fixo, enquanto as demais são temporárias, de acordo com o fluxo de turistas. Propõe-se que algumas funções temporárias funcionem por meio de um sistema de rodízio, conforme explicado no sistema de rodízio de trabalhadores (ver Figura 13). A função de monitor socioambiental não é de dedicação exclusiva do turismo, parte de suas atribuições está relacionada a trabalhos de educação e animação socioambiental, bem como capacitação noutros projetos da AMPC Urok.

⁵⁷ De entre as funções do guia estão: guiar, conduzir, orientar, acompanhar, liderar, recepcionar, informar, interpretar, comunicar, mostrar, consciencializar, auxiliar, proteger, zelar e cuidar.

QUADRO 28: Recursos humanos do Cenário de Ecoturismo e Turismo Científico.

Quadro Fixo		
Funções	#	Observações
Gestor operacional em Bissau	1	Comercialização e promoção, logística e compras, transporte, finanças e contabilidade.
Gestor do coletivo de Turismo – Formosa	1	Supervisão do roteiro no terreno, supervisão de equipe e das estruturas, compras e logística na AMPC, gerenciamento do rodízio, contabilidade, etc.
Monitor socioambiental bilíngue	1	Palestras técnicas e atendimento ao visitante durante os roteiros. Educação e animação ambiental, capacitação, elaboração material interpretativo, etc. nos momento em que não houver turistas.
Guarda	1	Zelar pela estrutura das casas de passagem
Manutenção dos arredores e limpeza geral	1	Limpeza geral das casas e dos arredores
Quadro temporário (não fazem parte do rodízio)		
Funções	#	Observações
Cozinha principal	1	Supervisiona cozinha e restaurante.
Governanta	1	Camareira principal, supervisiona serviços de hospedagem
Trabalhadores em rodízio (alternam de acordo com a mudança dos grupos de turistas)		
Funções	#	Observações
Assistente de cozinha e restaurante	?	Quantidade ideal vai depender das estimativas da demanda (número de pax e grupos). Necessário estimar uma quantidade mínima de pessoas qualificadas e operantes.
Camareiras	?	
Guias de campo	?	
Guias da tabanca	?	
Prestadores de Serviços de Manutenção (não fazem parte do rodízio, eventuais)		
Funções	#	Observações
Mecânico	?	Será necessário capacitar profissionais para alguns serviços especializados, tais como: mecânica de motores de popa e sistemas de energia solar.
Carpinteiro / Marceneiro	?	
Pedreiro / Pintor / Encanador	?	
Eletricista / Energia Solar	?	

Etapas da operação

Inevitavelmente, a operação do turismo em áreas insulares é complexa. Nesse sentido, será necessário um bom planejamento logístico e operacional a fim de controlar custos e oferecer serviços de qualidade. A seguir apresentaremos algumas etapas da operação.

Linha de frente: A ponta da operação e a relação com o turista

QUADRO 29: Atividades operacionais e funções envolvidas na etapa pré-visita.

Momento	Atividades	Funções envolvidas	Responsabilidade
Contacto com turista	Contacto por WhatsApp, Facebook ou telefone.	Gestor operacional de Bissau	Tiniguena
Realização da reserva	Registo de informações, agendamento e bloqueio de vagas	Gestor operacional de Bissau	Tiniguena
Pagamento	Turista paga por roteiro antecipadamente para gestor em Bissau.	Gestor operacional de Bissau	Tiniguena

QUADRO 30: Atividades operacionais e funções envolvidas durante a visita.

Momento	Atividades	Funções envolvidas	Responsabilidade
Transporte	Transfer dos turistas até ao porto e transporte marítimo.	Gestor operacional e marítimos	Tiniguena
Hospedagem e alimentação	Limpeza geral, limpeza e organização de quartos, lavandaria, preparação de alimentos, serviço de restaurante, etc.	Governanta, cozinheira, auxiliares, responsáveis pela limpeza	Coletivo de Turismo
Atividades turísticas	Elaboração do programação de atividades, organização do material e logística, realização dos passeios, atendimento ao visitante.	Guias e monitor socioambiental	Coletivo de Turismo

QUADRO 31: Atividades operacionais e funções envolvidas no pós-visita.

Momento	Atividades	Funções envolvidas	Responsabilidade
Avaliação no final do roteiro	Avaliação da equipa e da experiência	Todos	Coletivo de Turismo
Contacto posterior com o turista	Contacto via redes sociais para engajamento	Gestor operacional	Tiniguena

Investimentos necessários

Já existe uma capacidade instalada em termos de infraestrutura de apoio à visita de turistas que se encontra em condições razoáveis. Adicionalmente, para dar à estrutura um uso turístico adequado, são sugeridos investimentos em melhorias das instalações físicas, descritos no Quadro 32. Esses investimentos custarão aproximadamente 20.000 Euros.

Também são sugeridos investimentos relacionados à aquisição de equipamentos de apoio a atividades turísticas, compra de materiais e melhoria no transporte, que totalizam aproximadamente 8.000 Euros. Investimentos iniciais em interpretação socioambiental, marketing e capacitação foram estimados em 5.500 Euros.

A parte mais substancial dos investimentos refere-se à contratação de recursos humanos durante a fase teste do projeto a fim de viabilizar a sua implantação. Sugere-se que o Gestor Operacional e o Monitor Socioambiental sejam financiados mediante doação, para que posteriormente, a partir do ano 3, estes profissionais possam ser assumidos como custos pela operação da atividade⁵⁸.

O valor total de investimentos iniciais para a fase experimental do cenário de Ecoturismo e Turismo Científico seria de aproximadamente 65.695 euros. Vale ressaltar que a realização desses investimentos deve gerar melhorias que serão sentidas por outros usuários das instalações da AMPC, não somente por turistas. Igualmente, o Monitor Socioambiental estaria disponível para desempenhar outras atividades profissionais relacionadas com a AMPC Urok.

Os preços dos itens de investimento sugeridos referem-se a preços de 2019, cotados em lojas e em empresas especializadas de Portugal/Espanha.

⁵⁸ A partir do ano 3, o gestor operacional de Bissau terá os seus custos divididos com o cenário de pesca desportiva e o monitor socioambiental com a AMPC Urok.

QUADRO 32: Investimentos necessários para o Cenário Ecoturismo e Turismo Científico

Itens	Descrição	Quant.	Custo Unit. (EUR)	Custo Total (EUR)
Instalações Físicas				
Canalização nas casas de banho	Casas de banho com duche, descarga no sanitário e água na pia	Conjunto	4.000	4.000
Sistema para puxar água da fonte	Bomba elétrica à luz solar, reservatório, etc. Similar ao sistema do centro de saúde.			
Filtro	Para tornar a água em água potável, similar ao do hotel na Ilha Keré.	1	600	600
Frigorífico	Tamanho pequeno para armazenamento de alimentos e bebidas	1	1.000	1.000
Sistema de energia solar (baterias, inversor)	Melhoria no sistema para instalar frigorífico	Conjunto	600	600
Mesas, cadeiras, utensílios de cozinha, jogos de cama e banho, cortinas, luminárias para leitura.	Capacidade para atender a 10 pessoas de uma vez	Conjunto	1.500	1.500
Ventiladores	1 ventilador por habitação	5	40	200
Mosquiteiros	1 mosquiteiro por cama	10	20	200
Melhorias nas casas de passagem de Formosa	Reforma e pintura	Conjunto	2.000	2.000
Deck para embarque e desembarque seguros	Adequado à variação do nível da água no porto de Formosa (+/- 30 metros).	Conjunto	10.000	10.000
Transporte e equipamentos de apoio				
Carroceria da moto	Colocar assentos para transportar passageiros na carroceria da moto	Conjunto	200	200
Canoas canadenses	Para passeios no mangal	4	250	1.000
Piroga (canoão) para 10 pessoas	Para passeios ecoturísticos	1	500	500
Motor 15 HP	Para a piroga a ser utilizada nos passeios	1	4.000	4.000
Bicicletas	Para passeios	4	200	800
Material para passeio				
Mochila, garrafas, lanternas, etc.		Conjunto	250	250
Coletes salva-vidas		10	25	250
Kit primeiros socorros		5	15	75
Interpretação socioambiental				
Elaboração de material interpretativo	Guias de identificação de fauna, trilho interpretativo, etc.	Conjunto	1.000	1.000
Museu da Cultura Bijagó	Aquisição de artesanatos e materiais tradicionais, planeamento interpretativo do museu	Conjunto	2.000	2.000
Recursos humanos				
Gestor operacional em Bissau	Durante 2 anos, posteriormente assumido pelo turismo	1	800	13.440
Monitor Socioambiental	Durante 2 anos, posteriormente 50% assumido pelo turismo	1	800	19.200
Marketing				
Design de material	Elaboração de material gráfico para comercialização e promoção dos roteiros	Conjunto	1.000	1.000
Capacitação				
Cursos e intercâmbios para trabalhadores		Conjunto	2.000	2.000
			Total:	65.695 €

⁵⁹ 70% do cenário de ecoturismo e turismo científico e 30% do cenário de pesca desportiva.

Considerou-se, além desses investimentos iniciais, o Capital de Giro necessário para a operação. Para tal, foi considerado valor similar ao custo fixo anual da atividade no seu 1º ano de funcionamento. Conforme detalha o Quadro 33, sugere-se um cenário mínimo de investimentos e outro ideal⁶⁰.

QUADRO 33: Investimentos iniciais (mínimo e ideal) e Capital de Giro para o Cenário Ecoturismo e Turismo Científico.

Cenários	Mínimo (EUR)	Ideal (EUR)
Investimentos Iniciais	Aprox. 43.000	Aprox. 66.000
Capital de Giro	Aprox. 2.000	Aprox. 2.000
Investimentos Totais:	Aprox. 45.000	Aprox. 68.000

Devido ao desgaste da infraestrutura, de materiais e de equipamentos, é fundamental poupar recursos para o reinvestimento em alguns itens, como mobiliário, bicicletas, materiais de passeio, motores, etc. Na secção viabilidade económico-financeira são feitas algumas sugestões de direcionamento de recursos para esse fim.

Estrutura de custos e despesas

A **estrutura de custos e despesas** analisada está baseada na organização atual e em adequações e melhorias propostas para aumento da qualidade dos serviços prestados. Propõe-se que os custos fixos das casas de passagem sejam partilhados em partes iguais entre a gestora atual da estrutura (Tiniguena) e a eventual operação de turismo. Os custos englobam gastos fixos e variáveis com pessoal, transporte, alimentação e manutenção da infraestrutura.

Os custos fixos com pessoal envolvem funções de manutenção das casas de passagem (limpeza e guarda), a contratação de um gestor operacional em Bissau, um monitor socioambiental na AMPC e um gestor operacional do Coletivo de Turismo de Urok sob contrato. Os custos operacionais com pessoal envolvem guias comunitários, cozinheira, governanta, assistentes de cozinha e limpeza (ver planilha).

Para o transporte, foi considerado o valor do frete de embarcação. Os custos com a alimentação para turistas foram calculados tendo em conta quanto se gasta atualmente por pessoa/refeição nas casas de passagem⁶¹. Os géneros alimentares foram considerados em parte provenientes de Bissau (30%), mas também produzidos pela comunidade (70%). Os gastos com manutenção e reposição referem-se aos reparos na estrutura e equipamentos.

O Quadro 34 resume os itens de custos e despesas considerados no estudo e apresenta os valores unitários adotados.

⁶⁰ O cenário ideal é o descrito no Quadro 28, enquanto que o mínimo desconsidera o investimento no Monitor Socioambiental e os investimentos em interpretação socioambiental.

⁶¹ Valores passados por Emanuel Ramos. Houve um pequeno acréscimo dos valores em razão das melhorias previstas para adequar a operação ao turismo.

QUADRO 34: Custos e despesas para o Cenário Ecoturismo e Turismo Científico

Categorias	Descrição	Unidade	V. Unitário (XOF)	Custo
Pessoal Operacional	Guias	Diária	3.000	100% turismo
Pessoal Operacional	Cozinheira/o	Diária	3.000	100% turismo
Pessoal Operacional	Governanta	Diária	3.000	100% turismo
Pessoal Operacional	Assistente de cozinha	Diária	2.000	100% turismo
Pessoal Operacional	Assistente limpeza/camareira	Diária	2.000	100% turismo
Fixo	Limpeza e manutenção dos arredores	Mensal	25.000	50% turismo / 50% casa de passagem
Fixo	Guarda	Mensal	15.000	50% turismo / 50% casa de passagem
Fixo	Limpeza geral casa de passagem	Mensal	15.000	50% turismo / 50% casa de passagem
Fixo	Gestor coletivo Urok	Mensal	80.000	50% turismo / 50% casa de passagem
Fixo	Gestor operacional Bissau	Contrato	366.000	70% Op. Formosa, 30% Op. Nago ⁶²
Fixo	Monitor socioambiental	Contrato	524.00063	50% turismo / 50% AMPC
Operacional Transporte	Aluguer de embarcação	Viagem	150.000	100% turismo
Operacional Transporte	Combustível	Viagem	108.800	100% turismo
Manutenção e reposições	Civil e equipamentos	Anual	3% do investimento em ativos fixos	100% turismo
Emergências Imprevistos	Contingência para custos/despesas imprevistos	Verba	5% dos excedentes	100% turismo

Estimativa de demanda

Para fins de estimativa de demanda e análise de viabilidade, foram considerados os seguintes roteiros/atividades hipotéticos:

QUADRO 35: Informações sobre os roteiros do Cenário Ecoturismo e Turismo Científico

Tipo de roteiro	Duração	Especificação
Roteiros de ecoturismo	Fim de semana	Público residente ou ecoturistas em passagem pelo país. Birdwatchers e fotógrafos a partir do ano 3.
Roteiros em parceria com Orango	1 noite / 2 dias	Oferecidos aos ecoturistas do Orango Parque Hotel ou outro empreendimento parceiro.
Roteiros de Turismo Científico	3 noites / 4 dias	Participação em pesquisas, em parceria com o IBAP ou outra instituição.
Eventos de disseminação	3 noites / 4 dias	Eventuais cursos e intercâmbios promovidos pela Tiniguena. Para a análise foram considerados somente os serviços de apoio aos participantes do evento.
Festival Cultural de Urok	2 noites / 3 dias	Eventual festival promovido pela AMPC Urok com vagas limitadas. Para a análise foram considerados somente os serviços de apoio aos visitantes durante o festival.

⁶² 800 EUR por mês. Na fase experimental, entram como investimento proveniente de captação de recursos. Na fase de consolidação, a operação de turismo assume os custos do gestor operacional dividindo-os entre os cenários de Ecoturismo (70%) e de Pesca Deportiva (30%), ao passo que o monitor socioambiental terá os custos compartilhados entre a operação de ecoturismo de Formosa e a AMPC Urok.

⁶³ Idem ao 34.

As previsões de demanda foram projetadas em três **perspetivas de mercado (otimista, realista e pessimista)** de acordo com as premissas detalhadas no Quadro 36. Como existe uma lacuna de dados sistematizados sobre a demanda na região, as estimativas basearam-se nas informações disponibilizadas pelos empreendimentos vizinhos Orango Parque Hotel e Ilha de Keré. A construção dos cenários considera o contexto atual do turismo no arquipélago e está condicionada à realização dos investimentos propostos.

A **perspetiva otimista** utilizou as seguintes premissas:

QUADRO 36: Premissas para projeções de demanda – perspectiva otimista

Tipo de roteiro	Ano 1 – Teste	Ano 3 em diante - Consolidação
Roteiros de ecoturismo	Considerou-se a metade do número de visitantes originários de Bissau nos roteiros oferecidos pelo Orango e Ilha de Keré.	Incremento médio de 15% até ano 6 para posteriormente estabilizar.
Roteiros em parceria com Orango	10% dos ecoturistas que chegam a Orango.	Incremento médio de 15% até ano 6 para posteriormente estabilizar.
Roteiros de Turismo Científico	1 grupo para o primeiro ano (6 pax).	2 grupos no ano 2; 3 grupos nos anos 3, 4 e 5; e 4 a partir do ano 6.
Eventos de disseminação	1 evento no primeiro ano (10 pax).	2 eventos por ano a partir do ano 3.
Festival Cultural de Urok	1 evento no primeiro ano (20 pax).	2 eventos por ano a partir do ano 3.

Para a **perspetiva realista** foi considerada uma demanda de 75% do cenário otimista enquanto a **previsão pessimista**, por sua vez, estima um percentual de somente 50% de captação do melhor cenário.

Assim, com base no histórico de visitação da região, conhecimento sobre o mercado e proposta de infraestrutura, atendimento e organização, foram estimados os seguintes números de visita por cenário. Nessa estimativa, os roteiros de ecoturismo são responsáveis por aproximadamente 38% do número de visitantes da AMPC, seguidos dos roteiros em parceria com Orango (26%), festival de Urok (17%), turismo científico (10%) e eventos de disseminação (9%).

QUADRO 37: Projeções de demanda – Perspetiva otimista

Número de visitantes	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10	%
Roteiros de ecoturismo	40	48	58	69	76	100	100	100	100	100	38%
Roteiros em parceria com Orango	30	36	43	52	57	63	63	63	63	63	26%
Roteiros de Turismo Científico	6	12	18	18	24	24	24	24	24	24	10%
Eventos de disseminação	10	10	20	20	20	20	20	20	20	20	9%
Festival Cultural de Urok	20	20	40	40	40	40	40	40	40	40	17%
Total	106	126	179	199	217	247	247	247	247	247	

QUADRO 38: Projeções de demanda – Perspetiva realista

Número de visitantes	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10
Roteiros de ecoturismo	30	36	43	52	57	75	75	75	75	75
Roteiros em parceria com Orango	23	27	32	39	43	47	47	47	47	47
Roteiros de Turismo Científico	5	9	14	14	18	18	18	18	18	18
Eventos de disseminação	8	8	15	15	15	15	15	15	15	15
Festival Cultural de Urok	15	15	30	30	30	30	30	30	30	30
Total	80	95	134	149	163	185	185	185	185	185

QUADRO 39: Projeções de demanda – Perspetiva pessimista

Número de visitantes	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10
Roteiros de ecoturismo	20	24	29	35	38	50	50	50	50	50
Roteiros em parceria com Orango	15	18	22	26	29	31	31	31	31	31
Roteiros de Turismo Científico	3	6	9	9	12	12	12	12	12	12
Eventos de disseminação	5	5	10	10	10	10	10	10	10	10
Festival Cultural de Urok	10	10	20	20	20	20	20	20	20	20
Total	53	63	89	99	109	123	123	123	123	123

Estimativa de receitas

Para estimar as potenciais receitas, primeiramente foi realizado um trabalho de determinação do preço aproximado de cada roteiro. Para isso, analisou-se a estrutura de custos fixos e variáveis do turismo de acordo com o modelo operacional proposto. Posteriormente, os valores encontrados foram comparados aos preços praticados pelos concorrentes a fim de assegurar a viabilidade comercial. Conforme demonstra o Quadro 40, foram encontrados os seguintes preços aproximados para cada roteiro, para grupos com tamanho médio de 6 a 8 pax.

QUADRO 40: Preços estimados para os roteiros do Cenário de Ecoturismo e Turismo Científico na fase experimental (em XOF).

Tipos de roteiros	Duração	Preço estimado	Observações
Roteiros de ecoturismo	2 noites e 3 dias	Aprox. 111.000	Pensão completa e transporte incluído, passeios e taxas não incluídos.
Roteiros em parceria com Orango	1 noite	Aprox. 55.000	Pensão completa e passeios incluídos. Transporte feito pelo parceiro, taxas não incluídas.
Roteiros de Turismo Científico	3 noites e 4 dias	Aprox. 130.000	Pensão completa e transporte incluído, passeios e taxas não incluídos.
Eventos de disseminação	3 noites e 4 dias	Aprox. 130.000	Pensão completa e transporte incluído, passeios e taxas não incluídos.
Festival Cultural de Urok	2 noites e 3 dias	Aprox. 111.000	Pensão completa e transporte incluído, passeios e taxas não incluídos.

Os passeios serão cobrados de forma adicional, utilizando uma prática similar aos empreendimentos da região. Para fins de estimativa de receitas, utilizou-se o valor de XOF 10.000 de gastos diários por visitante com passeios.

Com base nas premissas acima e nas estimativas de demanda, a receita bruta e a receita líquida anual foram estimadas para os três cenários, conforme detalham os Quadros 41, 42 e 43. Não estão contabilizadas nas receitas brutas as taxas de entrada.

Os tributos incidentes sobre a Receita Bruta totalizam 6%⁶⁴.

Receitas Bruta e Líquida Anual conforme as distintas perspectivas de demanda

QUADRO 41: Projeções de receitas para a perspectiva otimista

	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10
Receita bruta	12.213.712	14.573.287	28.655.015	31.468.303	34.414.069	39.225.729	39.225.729	39.225.729	39.225.729	39.225.729
Tributos	732.823	874.397	1.719.301	1.888.098	2.064.844	2.353.544	2.353.544	2.353.544	2.353.544	2.353.544
Receita líquida	11.480.890	13.698.890	26.935.714	29.580.205	32.349.224	36.872.185	36.872.185	36.872.185	36.872.185	36.872.185

QUADRO 42: Projeções de receitas para a perspectiva realista

	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10
Receita bruta	9.032.784	10.794.965	21.342.761	23.409.527	25.615.431	29.134.297	29.134.297	29.134.297	29.134.297	29.134.297
Tributos	541.967	647.698	1.280.566	1.404.572	1.536.926	1.748.058	1.748.058	1.748.058	1.748.058	1.748.058
Receita líquida	8.490.817	10.147.267	20.062.196	22.004.955	24.078.506	27.386.239	27.386.239	27.386.239	27.386.239	27.386.239

QUADRO 43: Projeções de receitas para a perspectiva pessimista

	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10
Receita bruta	6.021.856	7.196.643	14.228.508	15.606.351	17.076.954	19.422.865	19.422.865	19.422.865	19.422.865	19.422.865
Tributos	361.311	431.799	853.710	936.381	1.024.617	1.165.372	1.165.372	1.165.372	1.165.372	1.165.372
Receita líquida	5.660.545	6.764.845	13.374.797	14.669.970	16.052.337	18.257.493	18.257.493	18.257.493	18.257.493	18.257.493

Taxas da AMPC Urok para visitantes

Assim como as demais áreas protegidas do Arquipélago, a AMPC Urok contemplará taxas de entrada de visitantes. Além do valor cobrado pelo IBAP, propõe-se um modelo de cobrança com duas taxas adicionais a serem destinadas para o sistema de fiscalização da AMPC e para um fundo de apoio a projetos culturais. A razão dessa cobrança reside no facto de o ecoturismo fazer uso dos serviços ecossistêmicos da paisagem e deve contribuir para a preservação dos patrimónios natural e cultural, os quais constituem a base da oferta da atividade. Por essa razão, são assegurados recursos à fiscalização e à promoção cultural. As taxas de entrada não estão contabilizadas nas estimativas de receitas.

⁶⁴ Os custos de venda não foram estimados (exemplo: taxa de cartão de crédito, comissão das operadoras, etc.).

QUADRO 44: Taxas propostas para o Cenário de Ecoturismo e Turismo Científico

Proposta de taxas de entrada na AMPC Urok		Observações
Taxa IBAP	2.000	Cobrado pelo IBAP nas demais Áreas Protegidas do Arquipélago
Taxa de apoio à fiscalização da AMPC	5.000	Destinado ao sistema de fiscalização da AMPC
Taxa de apoio a projetos culturais	3.000	Destinado a um fundo de apoio a projetos

Viabilidade económico-financeira

Possivelmente os investimentos para uma eventual atividade de turismo na AMPC Urok virão de projetos de doação e fomento, ou seja, a partir de uma perspectiva não-financeira - que não espera remuneração do capital investido. Nesse sentido, para projetos dessa natureza, a análise económica reveste-se de maior importância do que a financeira. Por meio da análise económica procura-se estimar a contribuição que o turismo pode gerar para o bem-estar económico da localidade, avaliando a sua capacidade de dinamizar a economia local. Com relação ao impacto económico potencial da implantação do cenário de Ecoturismo e Turismo Científico, os resultados económicos mostraram-se bastante positivos. O Quadro 45 estima a contribuição económica que a atividade pode gerar para o período de 10 anos, de acordo com cada uma das perspectivas de demanda consideradas. No cenário otimista, as estimativas de movimentação económica ao longo de 10 anos são de XOF 174.495.782, ao passo que no cenário realista são de XOF 112.217.546 e no pessimista de XOF 52.725.245.

Os excedentes financeiros referem-se às receitas líquidas anuais (receitas brutas subtraídas de impostos) menos os custos fixos e operacionais do ano. Para o presente cálculo considerou-se que o valor do investimento não precisa de ser devolvido ao doador. Deste montante recomenda-se retirar um percentual para um fundo de depreciação das instalações (por volta de 20%), além de separar recursos para investimentos futuros (15%) com o objetivo de trazer constantes melhorias ao produto. Igualmente, é recomendável destinar um valor para um fundo de contingência para custos/despesas imprevistos (5%). Após a separação desses recursos, propõe-se que o valor restante (lucro) seja direcionado ao financiamento de projetos sociais nas comunidades (ver Figura 14). Se considerarmos, por exemplo, o valor dos excedentes do cenário realista e descontarmos depreciação (20%), investimentos (15%) e contingência (5%), seria possível destinar XOF 33.843.473 aproximadamente a projetos sociais nas comunidades, garantindo, dessa forma, benefícios a pessoas que não se envolvem diretamente com a atividade.

Os benefícios económicos diretos às comunidades referem-se aos valores transferidos por meio de prestação de serviços aos moradores locais (salários e diárias), bem com as estimativas de compra de produtos agrícolas e de pescado que a operação de turismo fará das comunidades (70% dos gastos totais com alimentação nos roteiros). No cenário otimista, ao final de 10 anos, por volta de XOF 44.929.854 terá sido injetado na economia local, enquanto que para os cenários realista e pessimista estima-se XOF 35.722.390 e XOF 26.514.927, respetivamente.

Adicionalmente, para valorar as vendas potenciais de produtos da sociobiodiversidade, estimou-se que cada visitante gastará aproximadamente XOF 3.000 com compra de artesanato, mel, flor de sal e demais produtos oferecidos pela AMPC Urok, totalizan-

do XOF 6.181.344 no cenário otimista, XOF 4.636.088 no realista e XOF 3.090.672 no pessimista.

Com relação às estimativas de geração de receita via taxas IBAP, de apoio à fiscalização e de apoio a projetos culturais, multiplicou-se o número de visitantes no período pelo valor estabelecido para cada taxa (ver Quadro 44). O Quadro 45 indica os valores projetados para o período de 10 anos.

QUADRO 45: Estimativa de contribuição econômica para o Cenário de Ecoturismo e Turismo Científico num horizonte de 10 anos (em XOF).

Indicadores	Perspetivas de demanda		
	Otimista	Realista	Pessimista
Excedentes financeiros ⁶⁵	102.780.104	56.405.788	12.817.406
Benefícios económicos diretos ⁶⁶ às comunidades	44.929.854	35.722.390	26.514.927
Produtos sociobiodiversidade	6.181.344	4.636.008	3.090.672
Taxa IBAP	4.120.896	3.090.672	2.060.448
Taxa de apoio à Fiscalização	10.302.240	7.726.680	5.151.120
Fundo de apoio a projetos culturais	6.181.344	4.636.008	3.090.672
Total	174.495.782	112.217.546	52.725.245

Conclui-se, portanto, que uma eventual operação de ecoturismo e turismo científico na Ilha de Formosa tem grande potencial de geração de recursos económicos diretos e indiretos em escala local, com possibilidade de contribuir para a economia doméstica das famílias, assim como ajudar a financiar atividades da área protegida.

⁶⁵ Receitas líquidas anuais menos os custos fixos e operacionais do ano.

⁶⁶ Prestação de serviços, produtos da agricultura e pescados.

Fatores-chave e riscos

QUADRO 46: Fatores-chave e riscos do cenário de Ecoturismo e Turismo Científico

Fatores-chave	<ul style="list-style-type: none">– Forte trabalho de animação e acompanhamento. O envolvimento das comunidades deve ser procurado desde o início do processo.– Apoio à formação e maturação do Coletivo de Turismo de Urok;– Tiniguena no papel de coordenação (mais intensamente na fase experimental);– Avaliação do modelo de gestão compartilhada (Tiniguena e Coletivo), realizando os ajustes necessários. Identificar também necessidades de planejamento no que diz respeito aos aspetos jurídicos, administrativos e contábeis em consonância com a legislação nacional;– Definição e experimentação do modelo de governação e controle do Turismo nos órgãos da AMPC Urok, de forma a amadurecer os processos de tomada de decisão, definindo de forma clara as responsabilidades de cada instância;– Transparência nas contas e distribuição equitativa dos recursos provenientes da atividade;– Bom funcionamento do rodizio de trabalhadores a fim de distribuir renda e não gerar dependência;– Plano de capacitação adaptado à realidade local;– Implementação de um plano de comercialização e promoção que assegure um fluxo de turistas que viabilize a atividade;– Estabelecimento de parcerias saudáveis com colaboradores (IBAP, Orango Parque Hotel, etc.);– Implantação do Sistema de Monitorização do Turismo de forma a acompanhar os resultados e mitigar impactos negativos;– Acompanhamento e controle para garantir o cumprimento das normas e regras estabelecidas;– Garantir a qualidade dos serviços e diferencial dos roteiros em relação a outras iniciativas da região;– Monitorizar a eficiência da operação e garantir eficiência nos investimentos.
Riscos	<p>Internos:</p> <ul style="list-style-type: none">– Insuficiente discussão e negociação junto das comunidades, o que pode levar a incompreensões, conflitos ou baixa adesão à proposta;– Conflitos entre tabancas e entre trabalhadores;– Confusões relacionadas com o modelo de gestão compartilhada e o modelo de governação, dificultando os processos de tomada de decisão e gerando conflitos;– Comunicação ineficiente entre os distintos integrantes da fileira do turismo;– Ineficiências na gestão (descontrole de custos variáveis e perda de qualidade);– Alterações na dinâmica social local, afastando as pessoas de atividades sociais e tradicionais importantes;– Falhas na distribuição equitativa dos benefícios, o que pode gerar posicionamentos antagónicos. <p>Externos:</p> <ul style="list-style-type: none">– Baixa demanda turística do país, instabilidade nos cenários económico e político;– Notícias negativas veiculadas nos media internacionais, mesmo que em países vizinhos (ex: Ébola);– Insuficiente presença do estado enquanto promotor de políticas públicas e fiscalizador;– Pressão de agentes externos, sobretudo do ramo turístico, em busca de fazer valer os seus interesses;

CENÁRIO 2

PESCA DESPORTIVA RESPONSÁVEL COM CONTROLE COMUNITÁRIO

Objetivos

- Avaliar a possibilidade de um acampamento sazonal (e móvel) gerido e controlado pelas comunidades da AMPC Urok, permitindo assim oferecer atividades de pesca desportiva responsável, na modalidade No kill, em parceria exclusiva com o operador turístico da Ilha de Keré mediante contrato temporário, com uma comissão de avaliação reunindo-se periodicamente para avaliar o modelo.
- Esboçar um modelo que assegure o mínimo impacto da atividade, com regras definidas, proposta de zonagem, sistema de governança, fiscalização e controle, além de garantia distribuição de benefícios económicos.
- Gerar subsídios para a discussão de um modelo sustentável de pesca desportiva com controle comunitário, de forma a servir como um sítio demonstrativo de boas práticas no arquipélago, estimulando o ordenamento da atividade noutras localidades.

Justificativa

O principal público que chega ao arquipélago é o da pesca desportiva. Entretanto, como já relatado, a atividade caracteriza-se pelo desordenamento, com a maior parte dos operadores adotando práticas pouco sustentáveis, predatórias em muitos casos⁶⁷. Além de contribuir para o impacto ambiental em espécies-chave, a falta de um manejo adequado da pesca desportiva tem gerado diversos impactos a nível social e poucos benefícios económicos às populações locais. Nesse sentido, são urgentes medidas que busquem um ordenamento da atividade.

Os pescadores esportivos têm interesse em Urok devido à integridade dos seus estoques pesqueiros, fruto do trabalho de conservação realizado. O relato abaixo, extraído da publicação Palavra de Urok, ilustra essa realidade.

“Há quinze anos quando me iniciei na atividade da pesca no arquipélago havia imensos peixes. Hoje há muito menos. No entanto há mesmo assim um efeito muito claro das AMP de Urok e Orango sobre a quantidade disponível de espécies procuradas pelos pescadores de recreio, a saber os grandes predadores. Estes grandes predadores, como as carpas vermelhas por exemplo, que são espécies muito apreciadas pelos pescadores, são muitas vezes as primeiras vítimas de uma pressão de pesca demasiado intensa. A proteção trazida pelas AMP, em particular pela de Urok, tem um efeito muito benéfico sobre essas espécies. Assim, hoje, onde se encontram mais peixes no arquipélago é ao nível das AMP. Por exemplo, se quisermos aumentar a probabilidade de apanhar carpas vermelhas é ao largo de uma das três ilhas de Urok que as devemos ir procurar.” Laurent Duris – Prestador de serviços “pesca desportiva” no arquipélago dos Bijagos in Palavras de Urok.

⁶⁷ Além disso, muitos negócios ligados ao turismo na região têm origem suspeita, com a possibilidade de servirem de lavagem de dinheiro (branqueamento de capitais) de atividades ilícitas.

Atualmente, há ocorrências de invasão de operadores de pesca desportiva em Urok, que avançam sobre as áreas interditas da AMPC, sobretudo na Zona 2. Em razão das limitações financeiras do sistema de fiscalização da área protegida, torna-se difícil realizar um controle total do território.

Por outro lado, há o interesse de um operador próximo à AMPC em estabelecer uma parceria com a AMPC Urok. Em 2012, ele já tinha feito uma proposta, porém não avançou por questões relatadas anteriormente. Em entrevista durante a nossa missão no terreno, o empresário da Ilha Keré disse estar aberto para um acordo com as comunidades. O seu interesse em estabelecer parcerias com a AMPC provém do facto de se tratar de uma vantagem comparativa para o seu negócio, já que o tempo de deslocamento do hotel até às possíveis áreas de pesca seria menor. Atualmente, a sua proposta é diferente da realizada em 2012. À época, ele tinha o interesse de implantar um acampamento próprio na ilha de Nago; neste momento, ele sugere um acampamento avançado, mas que seja de propriedade da AMPC, gerido pelas próprias comunidades de Urok. Nas palavras dele: “minha visão é de um turismo integrado, responsável, com um bom sistema de controlo, diferente do que acontece no resto do arquipélago.”

Assim, identificou-se a possibilidade de se realizar uma atividade experimental, com potencial de se tornar um sítio demonstrativo que trabalha a pesca desportiva sob a ótica responsável e de base comunitária, valorizando o capital natural e cultural da AMPC e fortalecendo a sua gestão territorial.

As ideias aqui trazidas são inspiradas numa iniciativa de ordenamento participativo de pesca desportiva em terras indígenas da Amazônia Brasileira, por meio de um projeto piloto iniciado em 2013, fruto de uma parceria entre comunidades indígenas, empresa, ONG e governo⁶⁸ (ver também Quadro 47). Após 5 anos, com resultados positivos, o projeto tem vindo a ser replicado noutras áreas da Amazônia.

⁶⁸ <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/tis-jurubaxi-tea-e-uneuixi-transformam-o-turismo-de-pesca-esportiva-no-medio-rio-negro>

Rio Marié - Modelo pioneiro da parceria para pesca desportiva em Terras Indígenas

Texto adaptado da publicação: Pesca Desportiva em Terras Indígenas no Médio Rio Negro, Povos Indígenas no Brasil 2011/2016, Instituto Socioambiental, de autoria de Camila Barra.

O Rio Marié é uma importante área de uso tradicional de 15 comunidades multiétnicas com mais de 250 famílias maioritariamente Baré, Baniwa e Tukano. A discussão do turismo de pesca desportiva na região iniciou-se por pressão da atividade operada de forma ilegal, realizada por pescadores em busca de tucunarés (*Cichla spp*), principalmente os que atingem maior porte, o tucunaré açu (*Cichla temensis*).

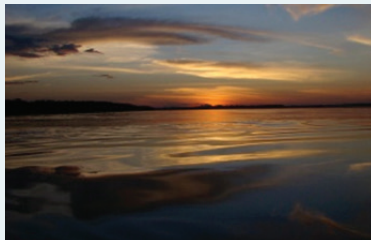


Foto: Camila Barra

Em 2013, o Ministério Público Federal publicou uma recomendação a proibir qualquer empresa de operar na região sem que antes fossem feitos estudos de impacto socioambiental coordenados pela FUNAI e pelo IBAMA. A FUNAI estabeleceu uma cooperação técnica com o IBAMA e o ISA para realizar os estudos e promover a avaliação e discussão dos resultados de forma participativa, dando condições aos indígenas de decidirem se e como pretendiam desenvolver o turismo no seu território. Os resultados dos estudos confirmaram o potencial para o turismo de pesca desportiva na região.

Um termo de referência com todos os critérios técnicos para implementação do turismo de pesca no Rio Marié foi então elaborado ao longo de três assembleias. A FOIRN realizou uma chamada pública de empresas interessadas em serem parceiras da ACIBRN. A empresa que melhor atendeu ao termo de referência e aos anseios das comunidades foi selecionada e o projeto iniciado em 2014 foi orientado por um contrato que determinou: **repartição equivalente de benefícios** entre as comunidades e a empresa; investimento dos resultados feito a partir de decisões coletivas; capacitação e contratação de mão de obra local; implementação de um programa de gestão e vigilância do território associado ao manejo e monitorização das atividades de pesca; expedições anuais de avaliação com acompanhamento da FUNAI e do IBAMA.



Foto: Camila Barra

O projeto foi desenhado para uma escala limitada e com impactos socioambientais controlados, além de respeitar a dinâmica social das comunidades e garantir que estas tivessem o controle sobre a execução e gerência das atividades de visitação, com a devida repartição de benefícios. A temporada anual é restrita a 12 semanas, no período da seca, recebendo até 144 turistas que irão pescar exclusivamente na modalidade pesque e solte, na área pré-determinada pelo projeto sem impactar as áreas de subsistência. Os turistas são acompanhados por uma dupla de guias: um profissional de “pesque e solte” e um guia indígena, que realiza a monitorização da operação e orienta sobre o comportamento do tucunaré e as áreas de pesca. A decisão de cada comunidade sobre o uso do recurso é apresentada e aprovada em assembleia, em que também é realizada a prestação de contas do projeto, com a participação de todas as lideranças. Além dos benefícios diretos para as comunidades, a ACIBRN faz a gestão do sistema de proteção e vigilância: durante todo o ano uma equipe de 18 vigilantes indígenas reveza-se na fiscalização do seu território.

ACAMPAMENTO DE PESCA DESPORTIVA RESPONSÁVEL COM CONTROLE COMUNITÁRIO

Local: Ilha de Nago, Zona 2, local a ser definido.

Propriedade: AMPC Urok

Gestão: Coletivo de Turismo Urok

Parceria comercial potencial: Hotel Ilha de Keré, que se localiza a aproximadamente 30/40 minutos da Ilha de Nago.

Demanda (público-alvo)

Origem: pescadores e familiares que se hospedam no hotel Ilha de Keré durante a temporada de pesca desportiva, de setembro a maio para público estrangeiro e no mês de junho para residentes de Bissau. A ocupação maior ocorre nos meses de novembro e dezembro.

60% do público total é de pesca desportiva, oriundos principalmente da França, Alemanha, Itália, Noruega, Suécia e Holanda. Esse público permanece 10 dias em média.

40% são ecoturistas, sendo 20% da Europa e 20% de fins de semana (Dakar e Guiné-Bissau). As principais nacionalidades de ecoturistas são francês, alemão, espanhol e italiano.

Perfil e interesses: o pescador desportivo é especialista, interessa-se somente por pesca. Entretanto, cada vez mais pescadores do hotel têm trazido a família. Os familiares realizam atividades de ecoturismo, do tipo: observação de animais, visita à tabanca, ao arroz de pampam, coleta de conchas, etc.

Faixa etária: pescadores entre 40 e 70 anos, entre ecoturistas as idades são variadas. Há também crianças acompanhando os pais.

Disposição a pagar: média-alta

Estimativa de demanda e tempo de permanência: o empresário estima que o hotel poderia enviar entre 100 e 150 pescadores ao acampamento por ano, os quais pernoitariam uma única noite. Se o público de ecoturismo for incluído, é possível aumentar 70/80 pax, porém estes ficariam 2 noites ao invés de 1.

Duração provável do roteiro: 1 noites / 2 dias (pesca), 2 noites (ecoturismo)

Condições para implantação do projeto piloto de pesca desportiva responsável

- A pesca desportiva deve estar condicionada à utilização do acampamento de base comunitária (com pernoite);
- A pesca desportiva é de exclusividade do operador da Ilha Keré mediante condições determinadas em contrato;
- Contrato firmado entre AMPC Urok e o operador da Ilha Keré, com acompanhamento dos órgãos de governação da AMPC Urok;
- Atividade deve garantir recursos para o sistema de fiscalização da AMPC Urok mediante pagamento de uma taxa por pescador;
- Monitorização e fiscalização contínuos da atividade e da área destinada para tal ao longo de toda a temporada;
- Garantir a fiscalização da área nos meses em que a atividade não ocorre;

- Plano de repartição de benefícios que funcione num sistema de quotas para contemplar, da menor para a maior parte: as famílias envolvidas, as tabancas da Ilha de Nago e o coletivo das comunidades da AMPC Urok.

Proposta preliminar de zonagem

A definição da zonagem definitiva deve passar por ampla discussão junto dos atores da AMPC Urok nos órgãos de governança apropriados. As informações aqui apresentadas tratam-se de sugestões preliminares baseadas nas entrevistas e observações feitas em campo. Com base nas observações realizadas no terreno, sugere-se a seguinte zonagem para o cenário de pesca desportiva responsável com controle comunitário:

Zona 1 – Barriga das Ilhas

Pesca desportiva proibida.⁶⁹

Passeios de ecoturismo permitidos, desde que em concordância com as regras estabelecidas.

Não é permitida a instalação da estrutura de acampamento.

Zona 2 – Zona de desenvolvimento

Pesca desportiva permitida⁷⁰unicamente para o operador parceiro, desde que em concordância com as regras estabelecidas e mediante condições determinadas em contrato.

Passeios de ecoturismo permitidos, desde que em concordância com as regras estabelecidas.

Permitida unicamente a instalação do acampamento de pesca desportiva de base comunitária (sazonal e móvel) em localização a ser definida.

Zona 3 – Zona de solidariedade

Pesca desportiva permitida desde em concordância com as regras⁷¹ já existentes.

Passeios de ecoturismo permitidos, desde que em concordância com as regras estabelecidas.

Infraestrutura do acampamento

O acampamento de pesca desportiva de base comunitária da ilha de Nago teria uma estrutura simples, com capacidade para atender um número máximo de 10 pax. Durante a fase teste, pode-se iniciar com grupos menores (6 pax). A estrutura precisa de ser móvel para não atrair utilizadores externos ilegais. Igualmente, é importante pensar numa localização apropriada que facilite a logística da operação - tanto de abastecimento, quanto de passeios - e que ao mesmo tempo seja interessante em termos paisagísticos. O Quadro 48 reúne informações sobre uma possível estrutura para o acampamento.

⁶⁹ Apesar de ser uma área com grande potencial para uma pesca mais fina, para espécies como a bica e o tarpon, a Zona 1, conforme reforça o Plano de Gestão "corresponde ao coração do sistema costeiro de Urok, no plano ambiental. Simultaneamente frágil, produtiva e próxima das tabancas, esta zona é considerada de grande interesse estratégico, pela sua capacidade de garantir simultaneamente a segurança alimentar, a segurança cultural e a segurança ambiental das ilhas Urok e das suas populações". Nesse sentido, considera-se sensato manter o grau de restrição atual, permitindo que somente pescadores residentes pesquem para fins de subsistência.

⁷⁰ A zona 2, próxima do limite com a Zona 1, possui fundos de pedra e também é interessante para pescar bica, garopa e outras espécies.

⁷¹ De acordo com o documento do IBAP "Regras e Condições de Pesca Desportiva nas Áreas Marinhas Protegidas na Reserva da Biosfera Bolama Bijagós".

QUADRO 48: Soluções relacionadas à infraestrutura do acampamento

Tipo	Características principais
Hospedagem	Capacidade máxima para 10 pax hospedados em 5 barracas com 2 colchões infláveis cada (tamanho solteiro). As barracas são montadas abaixo de uma estrutura de madeira coberta com folhas de palma para proteção da chuva, similar ao acampamento na ilha de Poilão.
Casas de banho	Para banho: 2 casas de banho de acampamento (para banho somente). Não haverá água encanada, portanto, será necessário que o visitante se banhe com balde. Haverá uma casa de banho própria para banho, de montagem e desmontagem simples. Sanitário: 2 casas de banho secas (permacultura). É possível também comprar barracas de camping que servem de sanitário seco, sem precisar de contruir estrutura de madeira.
Refeitório	Tenda para refeitório. Local precisa ser adequado para servir as refeições, necessário ter cobertura, tela para evitar mosquitos durante a noite e boa circulação de ar. Mesas e cadeiras portáteis para camping podem ser utilizadas.
Energia	Sistema fotovoltaico pequeno, portátil. Suficiente para lâmpadas e carregamento de telefômvél da equipa (para comunicação).
Água	Não haverá fonte local. Necessário avaliar a melhor opção para abastecimento. Com base no consumo de água da casa de passagem de Abu, é possível estimar o uso para o acampamento. Opção 1: avaliar a viabilidade de montagem de uma estrutura simples de captação de água de chuva para utilização para fins de banho, preparação de alimentos e lavagem de louças ⁷² . Opção 2: realizar uma logística para trazer a água do poço mais próximo. Possivelmente via barco, utilizando-se tonéis. Investigar uma opção de filtro para água de beber.
Refrigeração	Não haverá. Necessário planeamento e adaptação do cardápio. Não será possível servir bebidas geladas.
Cozinha	Com cobertura de palha para proteger da chuva. Adquirir utensílios básicos de cozinha e mesa.
Lixo	Planear-se para produzir o mínimo de lixo. Não utilizar embalagens pequenas de manteiga, envelopes de café solúvel, garrafas de água mineral. O lixo orgânico produzido pode ser enterrado, lixo inorgânico precisa de ser levado do local.
Ambiente para descanso e lazer	Montar um espaço num local agradável (à sombra) para aproveitar e valorizar a imersão na natureza. Adquirir alguns assentos do tipo cadeiras de descanso (retráteis).
Transporte	A equipa precisará de uma canoa com motor 15 HP para transportar materiais, água, etc. Se fosse possível acesso por trilho a partir da comunidade, uma moto com carroceria poderia ser uma opção. O transporte dos visitantes (ida e volta) do hotel até o acampamento fica sob responsabilidade do operador parceiro.
Equipamentos de passeio	Durante as atividades de pesca, o transporte e os equipamentos necessários são de responsabilidade do operador parceiro. Entretanto, para os passeios de ecoturismo, serão necessários equipamentos do tipo: canoa motorizada (15 HP), 3 canoas canadenses para incursões nos mangais, coletes salva-vidas, etc.

Serviços de hospedagem e alimentação

O local oferecerá serviços básicos de hospedagem e alimentação, porém com as condições mínimas de conforto esperadas para um acampamento.

QUADRO 49: Soluções relacionadas à hospedagem e alimentação

Serviço	Características principais
Hospedagem	O acampamento será simples, porém com conforto mínimo. Em termos de serviços, a equipa montará toda a estrutura e o visitante encontrará as barracas prontas para a pernoite, com roupas de cama, banho e travessieiros. Haverá lanternas de luz solar para iluminação.
Alimentação	Comida simples, à base de peixe ou mariscos. <u>Pequeno almoço</u> : pão e manteiga, fruta, café ou chá. <u>Almoço e jantar</u> : prato principal, arroz e salada. Sumo natural e fruta para sobremesa.

⁷² Avaliar a pluviosidade dos meses em que o acampamento irá estar aberto. Coletar a água e realizar a cloração manual. Armazenar a água clorada em recipientes de 5 litros.

Atividades turísticas

O acampamento possibilitará a realização de atividades de pesca desportiva e de ecoturismo de acordo com regras estabelecidas e sempre acompanhado de guia da AMPC Urok (ver secção regras). De entre as principais atividades do acampamento:

Pesca desportiva: modalidade No kill, com devolução do peixe ao ambiente marinho. Atividades de pesca embarcada, utilizando-se de equipamentos de mínimo impacto, em áreas pré-determinadas - avaliadas pela AMPC Urok e definidas em contrato.

Ecoturismo: passeios de embarcação motorizada (15 HP), passeios de canoa pelos mangais da zona 1, trilhos no ambiente terrestre, visita à comunidade, banhos de mar.

Proposta de programação de atividades

Conforme relatado pelo empresário da Ilha Keré, o seu público de pesca desportiva possivelmente iria estar interessado num roteiro de 1 pernoite no acampamento, enquanto que para os ecoturistas, há potencial de 2 pernoites.

QUADRO 50: Sugestão de programação para pescadores desportivos

	Dia 1	Dia 2
Manhã	Saída do grupo da Ilha Keré após o pequeno almoço. Pesca na AMPC Urok Check-in no acampamento antes do almoço	Pequeno almoço no acampamento Pesca na AMPC Urok Check-out do grupo antes do almoço
Almoço	Almoço no acampamento	Almoço na Ilha Keré
Tarde	Pesca na AMPC Urok	
Jantar	Jantar no acampamento	
Noite	Noite livre	

QUADRO 51: Sugestão de programação para ecoturistas

	Dia 1	Dia 2	Dia 3
Manhã	Saída do grupo da Ilha Keré após o pequeno almoço. Check-in às 9:00.	Pequeno almoço no acampamento Trilho na floresta	Pequeno almoço no acampamento Check out para ilha Keré
Almoço	Almoço no acampamento	Almoço na Ilha Keré	
Tarde	Passeio de barco ou canoa pelos mangais da zona 1	Visita à comunidade	
Jantar	Jantar no acampamento	Jantar no acampamento	
Noite	Rodas de história e conversa com os Bijagós	Noite livre	

Recursos humanos

As funções necessárias para que a operação do cenário de Pesca Desportiva Responsável funcione estão detalhadas no Quadro 52. Duas delas têm caráter fixo, enquanto as demais são temporárias, de acordo com o fluxo de turistas. Propõe-se que algumas funções temporárias funcionem por meio de um sistema de rodízio, conforme explicado na secção sistema de rodízio de trabalhadores (ver Figura 15). A função de

gestor operacional em Bissau será partilhada com a operação de ecoturismo da Ilha de Formosa (Cenário Ecoturismo e Turismo Científico). Haverá um gestor operacional no terreno que pertencerá ao Coletivo de Turismo de Urok, da mesma forma que Formosa também terá o seu.

QUADRO 52: Recursos humanos previstos para o Cenário de Pesca Desportiva

Quadro Fixo		
Funções	#	Observações
Gestor operacional em Bissau	1	Logística e compras, transporte, finanças e contabilidade.
Gestor do coletivo de Turismo – Nago	1	Supervisão do acampamento no terreno, agendamento de grupos, supervisão da equipa e das estruturas, compras e logística na AMPC, gerenciamento do rodízio, etc.
Quadro temporário (não fazem parte do rodízio)		
Funções	#	Observações
Cozinheira principal	1	Supervisiona cozinha e restaurante.
Governanta	1	Camareira principal, supervisiona serviços de hospedagem
Trabalhadores em rodízio		
Funções	#	Observações
Assistente de cozinha	?	Quantidade ideal vai depender das estimativas da demanda (número de pax e grupos). Necessário estimar uma quantidade mínima de pessoas qualificadas e operantes.
Camareiras	?	
Montagem e desmontagem	?	
Guias de campo	?	
Guias da tabanca	?	

Modelo operacional

O acampamento de pesca desportiva envolverá uma logística particular e trabalhosa. Assim, recomenda-se definir antecipadamente um calendário para a temporada de pesca, com o número certo de semanas no ano em que o acampamento estará a operar, de forma a possibilitar um melhor planeamento logístico - além de gerar menor interferência na dinâmica social das tabancas de Nago. O calendário deve ter em conta o período de afluência de turistas no hotel e as atividades tradicionais na comunidade.

Linha de frente: A ponta da operação e a relação com o turista

QUADRO 53: Operação do acampamento (pré-visita)

Momento	Atividades	Funções envolvidas	Responsabilidade
Captação do visitante	Operador parceiro faz contacto com turista e oferece o roteiro no hotel	–	Operador parceiro
Realização da reserva	Operador parceiro informa semanalmente o gestor operacional de Bissau (para fins de controle) sobre o número de turistas a irem para o acampamento.	Gestor operacional de Bissau	Tiniguena
Gestor operacional de Bissau repassa as informações ao gestor do coletivo de turismo de Nago.	Gestor operacional de Bissau e Gestor de Nago	Operador parceiro, Gestor operacional de Bissau e Gestor de Nago	Tiniguena
Logística do acampamento	Gestor do coletivo de turismo de Nago organiza a logística necessária (alimentação, água, materiais) e gerência o rodízio de trabalhadores.	Gestor coletivo Nago	Gestor coletivo Nago

QUADRO 54: Operação do acampamento durante a visita

Momento	Atividades	Funções envolvidas	Responsabilidade
Transporte	Operador transporta os turistas ao acampamento em embarcação própria	-	Operador parceiro
Hospedagem e alimentação	Organização e limpeza da barracas, banheiros e serviços de cozinha e restaurante	Governanta, Cozinheira	Gestor coletivo Nago
Pesca desportiva	Atividade de pesca desportiva na área pré-determinada, de acordo com as regras e com acompanhamento de guia local do Coletivo de Turismo Urok.	Operador parceiro, Gestor operacional de Bissau e Gestor de Nago	Tiniguena
Coleta de dados de monitorização dos peixes pescados	Equipa do operador parceiro e guia local da AMPC	Operador parceiro, Guia e Gestor coletivo Nago	Gestor coletivo Nago
Atividades de ecoturismo	Passeios de acordo com a programação	Guia local da AMPC	Guia e Gestor coletivo Nago
Pagamento	Operador efetua o pagamento do roteiro e de taxas de visita	Gestor coletivo Nago e Operador parceiro	Operador parceiro e Gestor coletivo Nago

QUADRO 55: Operação do acampamento (pós-visita)

Momento	Atividades	Funções envolvidas	Responsabilidade
Avaliação no final da semana	Avaliação da equipa e da experiência.	Todos	Gestor coletivo Nago
Organização e limpeza	Realizar as preparações para a chegada do próximo grupo.	Todos	Gestor coletivo Nago
Pagamento dos trabalhadores	Realizar o pagamento dos trabalhadores no final do período.	Gestor coletivo Nago	Gestor coletivo Nago

Investimentos necessários

O valor necessário para investimentos iniciais é de aproximadamente 20 mil euros (ver Quadro 56). O Anexo 6 traz os detalhes dos itens necessários para a implantação e operacionalização do acampamento. Além dos equipamentos e materiais e das ações de qualificação dos serviços, sugere-se que o custo do gestor operacional de Bissau – o qual será partilhado com a operação de ecoturismo da Ilha Formosa – seja contemplado como um investimento na fase experimental do projeto. Posteriormente, a partir do ano 3, prevê-se que os custos referentes a esse profissional possam ser assumidos pela atividade⁷³. Os preços dos itens do Anexo 6 referem-se a preços de janeiro de 2019, cotados em lojas e em empresas especializadas de Portugal/Espanha.

QUADRO 56: Resumo dos investimentos iniciais necessários para o Cenário de Pesca Desportiva Responsável

Itens	Descrição	Custo Total (EUR)	
Instalações Físicas e equipamentos	Barracas, colchões, sanitas, refeitório, sistema de captação de água da chuva, etc.	3.898 €	
Transporte e materiais de passeio	Moto Honda, canoas, motor 4 tempos, mochilas, etc.	9.040 €	
Recursos humanos	30% do valor do gestor operacional	5.760 €	
Capacitação	Cursos e intercâmbios para trabalhadores	1.000 €	
		Total	19.698 €

Considerou-se, além desses investimentos iniciais, o Capital de Giro necessário para a operação, conforme detalha o Quadro 57. Para tal, foi considerado um valor similar ao custo fixo anual do acampamento no seu 1º ano de funcionamento.

QUADRO 57: Investimentos iniciais e Capital de Giro para o Cenário de Pesca Desportiva Responsável

Cenários	Investimentos
Investimentos Iniciais	Aprox. 20.000 €
Capital de Giro	Aprox. 1.900 €
Total:	Aprox. 21.900 €

Devido ao desgaste dos materiais e equipamentos de camping previstos, é fundamental poupar recursos para o reinvestimento nestes. Na secção viabilidade económico-financeira são feitas algumas sugestões de direcionamento de recursos para este fim.

Estrutura de custos e despesas

A **estrutura de custos e despesas** engloba custos fixos e variáveis com pessoal, transporte, alimentação e manutenção da infraestrutura.

Os custos fixos com pessoal envolvem a função de gestor operacional do acampamento – o qual pertencerá ao Coletivo de Turismo Urok, representante de Nago – e o gestor operacional em Bissau, que se dedicará a dar apoio tanto para a operação de Formosa quanto para a de Nago. Os custos operacionais com pessoal envolvem

⁷³ A partir do ano 3, o gestor operacional de Bissau terá os seus custos divididos com a operação de ecoturismo da Ilha de Formosa.

cozinheira, governanta, assistentes de cozinha e limpeza, equipa de montagem e desmontagem e guias.

Para os gastos com transporte, foi considerado um valor com combustível por dia. Os custos com alimentação para turistas foram calculados tendo em conta quanto se gasta atualmente por pessoa/refeição nas casas de passagem. Os géneros alimentares foram considerados provenientes da comunidade. Os gastos com manutenção e reposição referem-se aos reparos na estrutura e equipamentos.

O Quadro 58 resume os itens de custos e despesas considerados no estudo e apresenta os valores unitários adotados.

QUADRO 58: Custos e despesas previstos para o Cenário de Pesca Desportiva Responsável

Categorias	Descrição	Unidade	V. Unitário XOF	Custeio
Pessoal Operacional	Guias	Diária	3.000	100% Op. Turismo
Pessoal Operacional	Cozinheira/o	Diária	3.000	100% Op. Turismo
Pessoal Operacional	Governanta	Diária	3.000	100% Op. Turismo
Pessoal Operacional	Assistente de cozinha	Diária	2.000	100% Op. Turismo
Pessoal Operacional	Assistente limpeza/camareira	Diária	2.000	100% Op. Turismo
Fixo	Gestor operacional acampamento	Mensal	80.000	100% Op. Turismo
Fixo	Gestor operacional Bissau	Contrato	520.000	70% op. Formosa, 30% op. Nago ⁷⁴
Operacional Transporte	Combustível	Diária	10.200	100% Op. Turismo
Operacional Alimentação	Turistas (por turista/dia)	Diária	7.500	100% Op. Turismo
Operacional Alimentação	Trabalhadores (dia)	Diária	5.000	100% Op. Turismo
Manutenção e Reposições	Equipamentos	Anual	3% investimentos	100% Op. Turismo
Emergências Imprevistos	Contingência para custos/despesas imprevistos	Verba	5% excedentes	100% Op. Turismo

Estimativa de demanda

Para fins de cálculo de níveis de demanda, foram consideradas as estimativas passadas pelo parceiro potencial - empresário do hotel Ilha de Keré - durante a entrevista realizada. O Quadro 59 reúne essas informações.

QUADRO 59: Estimativas de demanda do parceiro comercial

Tipo de roteiro	Duração	Estimativa do parceiro comercial
Roteiros de pesca	1 noite / 2 dias	Entre 100 e 150 pescadores por temporada
Roteiros de ecoturismo	2 noites / 3 dias	Entre 70 e 80 ecoturistas por temporada

⁷⁴ Na fase experimental, entram como investimento proveniente de captação de recursos. Na fase de consolidação, a operação de turismo assume os custos.

Com base nessas informações, as previsões de demanda foram projetadas em três perspectivas de demanda (otimista, realista e pessimista) de acordo com as premissas detalhadas no Quadro 60.

A perspectiva otimista utilizou as seguintes premissas:

QUADRO 60: Premissas para projeções de demanda – perspectiva otimista

Tipo de roteiro	Ano 1 – Teste	Ano 3 em diante - Consolidação
Roteiros de pesca	Considerou-se que no ano 1 o acampamento receberá a metade do potencial de pescadores mencionado pelo empresário. No ano 2 o percentual será de 75% do previsto.	Do ano 3 em diante, o acampamento receberá 125 pescadores por temporada.
Roteiros de ecoturismo	Considerou-se que no ano 1 o acampamento receberá a metade do potencial de ecoturistas mencionado pelo empresário. No ano 2 o percentual será de 75% do previsto.	Do ano 3 em diante, o acampamento receberá 70 ecoturistas por temporada.

Para a perspectiva de mercado realista foi considerada uma demanda de 75% da otimista enquanto a previsão pessimista, por sua vez, estima um percentual de somente 50% de captação do melhor cenário. Assim, foram estimados os seguintes números de visitação por cenário, sendo que os pescadores representam 64% do número de visitantes do acampamento, enquanto os ecoturistas 36%.

QUADRO 61: Projeção de demanda da perspectiva otimista

Número de visitantes	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10	%
Roteiros de Pesca	63	94	125	125	125	125	125	125	125	125	64%
Roteiros de Ecoturismo	35	53	70	70	70	70	70	70	70	70	36%
Total	98	146	195	195	195	195	195	195	195	195	

QUADRO 62: Projeção de demanda da perspectiva realista

Número de visitantes	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10
Roteiros de Pesca	47	70	94	94	94	94	94	94	94	94
Roteiros de Ecoturismo	26	39	53	53	53	53	53	53	53	53
Total	73	110	146	146	146	146	146	146	146	146

QUADRO 63: Projeção de demanda da perspectiva pessimista

Número de visitantes	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10
Roteiros de Pesca	31	47	63	63	63	63	63	63	63	63
Roteiros de Ecoturismo	18	26	35	35	35	35	35	35	35	35
Total	49	73	98	98	98	98	98	98	98	98

Estimativa de receitas

Para estimar as receitas potenciais, calculou-se o preço aproximado de cada roteiro, conforme demonstra o Quadro 64 (grupos de 6 a 8 pax).

QUADRO 64: Preço estimado para roteiros do acampamento (não incluem taxas)

Tipos de roteiros	Preço estimado (em XOF)	Comentários
Roteiros de Pesca	62.427	Inclui 1 pernoite e alimentação. Transporte feito pelo parceiro. Taxas não incluídas.
Roteiros de Ecoturismo	92.221	Inclui 2 pernoites, alimentação e passeios. Transporte feito pelo parceiro (exceto passeios). Taxas não incluídas.

Com base nas premissas acima e nas estimativas de demanda, as receitas bruta e líquida anual foram estimadas para os três cenários, conforme detalham os Quadros 65, 66 e 67. **Nas estimativas de receitas não estão contabilizadas as taxas de entrada**, mas somente os valores pagos pelos serviços (roteiros).⁷⁵

Os tributos incidentes sobre a Receita Bruta totalizam 6%⁷⁶.

Receitas Bruta e Líquida Anual

QUADRO 65: Receitas estimadas – Perspetiva otimista

	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10
Receita bruta	7.129.437	10.694.155	14.258.874	14.258.874	14.258.874	14.258.874	14.258.874	14.258.874	14.258.874	14.258.874
Tributos	427.766	641.649	855.532	855.532	855.532	855.532	855.532	855.532	855.532	855.532
Receita líquida	6.701.671	10.052.506	13.403.341	13.403.341	13.403.341	13.403.341	13.403.341	13.403.341	13.403.341	13.403.341

QUADRO 66: Receitas estimadas – Perspetiva realista

	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10
Receita bruta	5.347.078	8.020.616	10.694.155	10.694.155	10.694.155	10.694.155	10.694.155	10.694.155	10.694.155	10.694.155
Tributos	320.825	481.237	641.649	641.649	641.649	641.649	641.649	641.649	641.649	641.649
Receita líquida	5.026.253	7.539.379	10.052.506	10.052.506	10.052.506	10.052.506	10.052.506	10.052.506	10.052.506	10.052.506

QUADRO 67: Receitas estimadas – Perspetiva pessimista

	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10
Receita bruta	3.564.718	5.347.078	7.129.437	7.129.437	7.129.437	7.129.437	7.129.437	7.129.437	7.129.437	7.129.437
Tributos	213.883	320.825	427.766	427.766	427.766	427.766	427.766	427.766	427.766	427.766
Receita líquida	3.350.835	5.026.253	6.701.671	6.701.671	6.701.671	6.701.671	6.701.671	6.701.671	6.701.671	6.701.671

⁷⁵ Igualmente não estão contabilizados possíveis receitas através de venda de bebidas (bar).

⁷⁶ Os custos de venda não foram estimados (exemplo: taxa de cartão de crédito, comissão das operadoras, etc.).

Taxas da AMPC Urok para o público de pesca desportiva

Assim como as demais áreas protegidas do Arquipélago, a AMPC Urok contemplará taxas para a prática de pesca desportiva. Entretanto, além do valor cobrado pelo IBAP para a prática da atividade, propõe-se uma taxa adicional, no mesmo valor, direcionada ao sistema de fiscalização da AMPC. As taxas de visitação não estão contabilizadas nas estimativas de receitas apresentadas anteriormente.

QUADRO 68: Taxas propostas para a atividade de Pesca Desportiva Responsável

Taxas adicionais a serem cobradas por pescador desportivo	
Taxa IBAP	10.000
Taxa de apoio à fiscalização da AMPC	10.000
Total	20.000

Com relação aos ecoturistas que utilizarem o acampamento, as taxas praticadas serão as mesmas dos visitantes ecoturistas da Ilha de Formosa (ver Quadro 44).

Viabilidade Económico-financeira

Com relação ao potencial impacto económico da implantação do cenário de pesca desportiva responsável na Ilha de Nago, os resultados mostraram-se bastante positivos. O Quadro 69 estima a contribuição económica que a atividade pode gerar para o período de 10 anos, de acordo com cada uma das perspectivas de demanda consideradas. No cenário otimista, as estimativas de movimentação económica ao longo de 10 anos são de XOF 137.239.911, ao passo que no cenário realista são de XOF 102.221.512 e no pessimista de XOF 67.203.113.

QUADRO 69: Estimativa de contribuição económica para o Cenário de Pesca Desportiva num horizonte de 10 anos (em XOF).

Indicadores	Perspetivas de demanda		
	Otimista	Realista	Pessimista
Excedentes financeiros ⁷⁷	54.617.120	34.183.260	13.749.401
Benefícios económicos diretos ⁷⁸ às comunidades	47.611.541	41.779.814	35.948.087
Produtos sociobiodiversidade	5.411.250	4.058.438	2.705.625
Taxa IBAP	12.857.500	9.643.125	6.428.750
Taxa de apoio à Fiscalização	14.800.000	11.100.000	7.400.000
Fundo de apoio a projetos culturais	1.942.500	1.456.875	971.250
Total	137.239.911	102.221.512	67.203.113

Os excedentes financeiros referem-se às receitas líquidas anuais (receitas brutas subtraídas de impostos) menos os custos fixos e operacionais do ano. Para o presente cálculo considerou-se que o valor do investimento não precisa de ser devolvido ao doador. Deste montante recomenda-se retirar um percentual para um fundo de depreciação das instalações, além de separar recursos para investimentos futuros com

⁷⁷ Receitas líquidas anuais menos os custos fixos e operacionais do ano.

⁷⁸ Prestação de serviços, produtos da agricultura e pescados e produtos da sociobiodiversidade.

o objetivo de trazer constantes melhorias ao produto. Igualmente, é recomendável destinar um valor para um fundo de contingência para custos/despesas e imprevistos. Após a separação desses recursos, propõe-se que o valor restante (lucro) seja direcionado ao financiamento de projetos sociais nas comunidades (ver Figura 14). Se considerarmos, por exemplo, o valor dos excedentes do cenário realista e descontarmos depreciação (20%), investimentos (15%) e contingência (5%), seria possível destinar aproximadamente XOF 20.509.956 para projetos sociais nas comunidades, garantindo, dessa forma, benefícios a pessoas que não se envolvem diretamente com a atividade.

Os benefícios econômicos diretos às comunidades referem-se aos valores transferidos por meio de prestação de serviço aos moradores locais (salários e diárias), bem com as estimativas de compra de produtos agrícolas e de pescado que a operação de turismo fará das comunidades (70% dos gastos totais com alimentação nos roteiros). No cenário otimista, ao final de 10 anos, por volta de XOF 47.611.541 terá sido injetado na economia local, enquanto que para os cenários realista e pessimista estima-se XOF 41.779.814 e XOF 35.948.087, respetivamente.

Adicionalmente, para valorar as vendas potenciais de produtos da sociobiodiversidade, estimou-se que cada visitante gastará aproximadamente XOF 3.000 com compra de artesanato, mel, flor de sal e demais produtos oferecidos pela AMPC Urok, totalizando XOF 5.411.250 no cenário otimista, XOF 4.058.438 no realista e XOF 2.705.625 no pessimista.

Com relação às estimativas de geração de receita via taxas IBAP, de apoio à fiscalização e de apoio a projetos culturais, multiplicou-se o número de visitantes no período pelo valor estabelecido para cada taxa (ver Quadro 68), conforme indica o Quadro 69 com valores projetados para o período de 10 anos.

Conclui-se, portanto, que uma eventual operação do acampamento tem grande potencial de geração de recursos econômicos diretos e indiretos em escala local, com possibilidade de contribuir para a economia doméstica das famílias, assim como ajudar a financiar atividades da área protegida.



Fatores-chave e riscos

QUADRO 70: Fatores-chave e riscos do cenário de Pesca Desportiva Responsável

Fatores-chave	<ul style="list-style-type: none">– Intenso trabalho de discussão prévia junto da comunidade e dos órgãos da AMPC para afinação e ajustes da proposta;– Discussão de detalhes com o potencial parceiro e elaboração de um contrato com regras claras, com acompanhamento e avaliação dos órgãos de governação da AMPC Urok;– As infrações do operador e dos seus clientes ao regulamento devem ser reportadas aos representantes do CGU;– Cumprimento das penalizações previstas em caso de desrespeito ao contrato;– Forte trabalho de animação e acompanhamento. O envolvimento das comunidades desde o início do processo é capital;– Apoio à formação e maturação do Coletivo de Turismo de Urok;– Tiniguena no papel de coordenação e supervisão;– Envolver o IBAP nos diálogos e acompanhamento do processo;– A implementação de atividades com foco na gestão participativa exige tempo, é necessário trabalhar com horizontes temporais longos;– Monitorização e fiscalização contínuos da atividade e da área destinada para tal ao longo de toda a temporada;– Garantir fiscalização da área nos meses em que a atividade não ocorre;– Boa estratégia de comunicação sobre o modelo experimental de pesca desportiva responsável a fim de esclarecer os atores do turismo e da conservação no Arquipélago;– Transparência nas contas e distribuição equitativa dos recursos provenientes da atividade;– Garantir recursos dos excedentes para fundo de manutenção e investimentos;– Definição do calendário do acampamento alinhado ao calendário agrícola e cerimonial;– Bom funcionamento do rodízio de trabalhadores a fim de distribuir renda e não gerar dependência;– Garantir envolvimento das mulheres, dos jovens e das diferentes etnias.– Plano de capacitação adaptado à realidade local;– Garantir qualidade dos serviços;– Monitorizar a eficiência da operação e garantir eficiência nos investimentos.
Riscos	<p>Internos:</p> <ul style="list-style-type: none">– Insuficiente discussão e negociação junto das comunidades;– Acirramento de conflitos entre tabancas e entre trabalhadores;– Insuficiente discussão e negociação com o parceiro;– Contrato de parceria pouco detalhado ou de difícil compreensão;– Confusões relacionadas ao modelo de gestão compartilhada e ao modelo de governação, dificultando os processos de tomada de decisão e gerando conflitos;– Desrespeito dos habitantes locais e do parceiro comercial às regras do modelo de parceria;– Comunicação ineficiente sobre o modelo experimental entre os distintos integrantes da fileira do turismo;– Desafios operacionais e ineficiências na gestão (descontrole de custos e perda de qualidade);– Alterações na dinâmica social local, afastando as pessoas de atividades sociais e tradicionais importantes;– Falhas na distribuição equitativa dos benefícios, o que pode gerar posicionamentos antagónicos;– Falha na condução da monitorização e fiscalização da atividade, o que pode levar a impactos e a invasões. <p>Externos:</p> <ul style="list-style-type: none">– Baixa demanda turística do país, cenários de instabilidade e notícias negativas sobre a Guiné-Bissau veiculadas nos media internacionais que podem afetar o fluxo do parceiro comercial;– Pressão de outros operadores com intenção de pescar na AMPC Urok e/ou de se instalar;– Tentativas de suborno junto à comunidade por parte de outros operadores;– Insuficiente presença do estado enquanto promotor de políticas públicas e fiscalizador;– Incremento nas invasões, caso não haja controle adequado.

REGRAS GERAIS DE VISITAÇÃO TURÍSTICA NA AMPC UROK

- Só é permitida a visitação turística dentro da AMPC Urok por meio do Programa de Turismo Responsável da AMPC Urok, através de roteiros e atividades oferecidos pelo Coletivo de Turismo de Urok em parceria com a Tiniguena, não sendo autorizada a atividade turística realizada de forma independente;
- Não é permitida a entrada de embarcações independentes, de pequeno ou grande porte, para fins turísticos na AMPC Urok, exceto na Zona 3, mediante o cumprimento de regras determinadas no Plano de Gestão;
- A atividade turística deve seguir a zonagem estabelecida pelo Programa;
- Só é permitida a atividade turística quando em companhia de guias locais da AMPC Urok devidamente credenciados;
- O visitante deve respeitar as normas e regras de visitação detalhadas no manual de conduta;
- É proibida a coleta de material biológico no território da AMPC Urok. No que diz respeito a atividades de Turismo Científico, caso haja coletas, deve-se necessariamente obter prévia autorização do órgão ambiental competente;
- A temporada de atividades turísticas na AMPC Urok acontece de outubro a junho.

REGRAS ESPECÍFICAS PARA AS ATIVIDADES DE ECOTURISMO E TURISMO CIENTÍFICO

Uso de trilhos

- Só é permitida a visitação turística nos ambientes terrestres (florestas, savanas, etc.) em trilhos definidos para tal e com a presença de um guia credenciado da AMPC Urok;
- Só é permitida a visitação de 10 pessoas de cada vez no trilho;
- Não é permitido fumar ou consumir bebidas alcoólicas nos trilhos com fins turísticos da AMPC Urok;
- Durante o percurso nos trilhos, não é permitido aos turistas sair dos mesmos sem a autorização do guia;
- Não é permitido alimentar ou tocar em animais da fauna silvestre;
- Deve-se manter uma postura de silêncio no momento de observação da fauna silvestre e seguir as orientações do guia.

Passeios no mangal e bancos de lodo ou areia

- O motor a ser utilizado na zona 1 deve, obrigatoriamente, ser de 15 cv ou 40 cv, em baixa velocidade;
- É obrigatória a presença de um guia da AMPC devidamente credenciado;
- Não é permitido nadar, fumar ou consumir bebidas alcoólicas durante os passeios de barco ou canoa;
- O número máximo de ecoturistas por grupo é de 10;
- Durante a aproximação da fauna silvestre, deve-se manter uma distância mínima (a ser informada pelo guia), assim como ficar em silêncio;
- Não é permitido sair da embarcação para se aproximar da fauna silvestre ou para procurar um melhor posicionamento para fotografias;
- A visitação é interdita em locais e espaços sagrados identificados pela comunidade.

Regras para visitação nas tabancas

- Não é permitida a visitação sem aviso prévio e sem autorização da liderança local, assim como é obrigatória a presença de um guia da tabanca devidamente credenciado;
- Ao visitarem as comunidades, os ecoturistas devem respeitar a privacidade dos habitantes e não devem entrar nas residências sem convite específico dos moradores;
- Durante as visitas, não é permitido fotografar ou filmar pessoas sem a sua permissão (no caso de crianças, sem a permissão dos pais);
- Não é permitido entrar na baloba e nem tirar fotografias;
- O turista não está autorizado a visitar locais e espaços sagrados (exemplo: fanado, locais de cerimónias, etc.), nem tirar fotografias;
- O ecoturista deve visitar unicamente os locais definidos pela comunidade, assim como participar nas atividades previamente autorizadas pelos moradores;
- Não é permitida a doação direta de materiais ou dinheiro aos moradores locais.



REGRAS ESPECÍFICAS PARA ATIVIDADES DE PESCA DESPORTIVA RESPONSÁVEL

- A pesca desportiva na AMPC Urok somente pode ser realizada por meio do acampamento de pesca desportiva de base comunitária - de propriedade da AMPC Urok e sob gestão comunitária - em parceria com o operador parceiro, mediante condições determinadas em contrato;
- A atividade deve seguir a zonagem estabelecida e a programação definida pelo roteiro;
- É proibido pescar todas as espécies de Raias e Tubarões;
- A pesca desportiva deverá ser realizada exclusivamente na modalidade No Kill e todos os peixes capturados deverão ser mensurados (peso e comprimento) e ser registado o devido local de captura para fins de monitorização;
- Em caso de morte do peixe, o mesmo deve ser entregue ao acampamento;
- Somente autorizados anzóis número xx (a definir), de preferência anzóis do tipo mosca ou anzóis sem fisga;
- Interdição de caçar, ferir, matar e/ou capturar as espécies mencionadas no plano de gestão;
- Limite do motor de 100 cv, não estando autorizado a entrar a Zona 1.
- Todos os barcos deverão ser acompanhados por um guia credenciado da AMPC Urok (além do guia de pesca do operador);
- A temporada de pesca será restrita a um número pré-determinado de semanas do ano (a definir);
- O número máximo de pescadores desportivos por grupo é de 10.

AVALIAÇÃO INTEGRADA DOS CENÁRIOS

CONSIDERAÇÕES DO PONTO DE VISTA ECONÓMICO E SOCIAL

Os dois cenários propostos e analisados de turismo responsável indicam que em termos de contribuição económica em escala local, existe um potencial interessante de envolver um grande número de atores beneficiados e fomentar uma dinamização importante à economia das famílias. Além disso, os dados demonstram um interessante efeito multiplicador da atividade e como o turismo pode dar uma parcela de contribuição para o financiamento de outras atividades importantes da AMPC, tais como a fiscalização, gerando benefícios diretos para a conservação.

O quadro 71 traz os resultados de estimativa total de contribuição económica dos 2 cenários para um horizonte temporal de 10 anos e de acordo com as distintas perspectivas de demanda.

QUADRO 71: Estimativa de contribuição económica total dos 2 cenários do estudo em 10 anos (em XOF).

Indicadores	Perspetivas de demanda		
	Otimista	Realista	Pessimista
Excedentes financeiros ⁷⁹	157.397.224	90.589.048	26.566.807
Benefícios económicos diretos ⁸⁰ às comunidades	92.541.395	77.502.204	62.463.014
Produtos sociobiodiversidade	11.592.594	8.694.446	5.796.297
Taxa IBAP	16.978.396	12.733.797	8.489.198
Taxa de apoio à Fiscalização	25.102.240	18.826.680	12.551.120
Fundo de apoio a projetos culturais	8.123.844	6.092.883	4.061.922
Total	311.735.693	214.439.058	119.928.358

Do ponto de vista de um projeto de desenvolvimento socioeconómico, os resultados também indicam tratar-se de um investimento socialmente interessante. O Quadro 72 indica que para cada 1 € (Euro) de investimento previsto para a atividade, há um potencial de gerar uma movimentação económica de aproximadamente 3,6 € ao longo de 10 anos, ou seja, o montante investido tem possibilidade de quase quadruplicar em termos de benefícios económicos gerados. Tal resultado mostra ser interessante para agências de fomento que estejam à procura de apoiar iniciativas de desenvolvimento socioeconómico no país.

⁷⁹ Receitas líquidas anuais menos os custos fixos e operacionais do ano.

⁸⁰ Prestação de serviços, produtos da agricultura e pescados, produtos da sociobiodiversidade

QUADRO 72: Relação investimento x benefícios económicos gerados (em XOF).

Para cada 1 € de investimento, a atividade
pode gerar em termos de benefícios económicos
para a escala local a quantia de...

3,6 €

Como estratégia de minimização de impactos sociais, o rodízio de trabalhadores proposto tem a finalidade de distribuir melhor a renda oriunda da atividade e diminuir a dependência destas pessoas em relação ao turismo. Entretanto, o seu bom funcionamento deve ser garantido, para não serem criados conflitos entre os trabalhadores e as distintas tabancas. A equidade de acesso aos benefícios do turismo deve ser promovida, caso contrário, posicionamentos antagônicos poderão surgir.

O Coletivo de Turismo proposto tem a finalidade de fortalecer a organização e colocar a comunidade no centro do processo de desenvolvimento do turismo. A maturação do Coletivo contribuirá para credenciar os associados em posições de liderança, desenvolvendo assim habilidades profissionais nos envolvidos.

O modelo de governança e controle do turismo em Urok será naturalmente complexo. Nesse sentido, o tempo será fundamental, assim como a avaliação e os ajustes periódicos a fim de aprimorá-lo. Confusões relacionadas com a compreensão do modelo, dificultando processos de tomada de decisão e gerando conflitos, certamente surgirão e precisarão de ser solucionadas.



CONSIDERAÇÕES DO PONTO DE VISTA AMBIENTAL

O Turismo Responsável em Urok deve ter uma preocupação central com a minimização dos impactos no meio ambiente. Há que se ter em atenção a geração de resíduos sólidos e a sua destinação. As ilhas, por serem remotas, já enfrentam desafios relacionados ao lixo, assim, o turismo não pode vir a ser um fator que traga mais problemas. Pelo contrário, deve servir como uma atividade que gere conscientização e fomenta boas práticas, tanto ao visitante como ao anfitrião.

Igualmente, é importante estabelecer-se regras e normas de conduta para as atividades de observação de fauna, sobretudo nas áreas de grande concentração de aves migradoras. Caso seja realizada observação de espécies raras e ameaçadas como o papagaio-cinzentos, um protocolo especial para a atividade deve ser elaborado e aplicado.

O ponto mais sensível da proposta tem ligação à atividade de pesca desportiva. Nesse sentido, a definição de regras que assegurem as boas práticas e a fiscalização do seu cumprimento é fundamental. A sugestão de monitorização da proposta durante a atividade de pesca - que coleta dados sobre as espécies - tem a finalidade de fazer um seguimento das espécies-chave ao longo dos anos, gerando dados que permitirão avaliar a pressão sobre as mesmas. É importante discutir a viabilidade técnica dessa ideia junto a profissionais da Conservação e aprimorá-la.

O turismo responsável pode dar a sua parcela de contribuição à sustentabilidade da AMPC Urok, angariando apoio entre os moradores, mas também incorporando apoio político junto da sociedade. A atividade terá a preocupação de proporcionar ao visitante uma experiência autêntica, aproximando-o de temas relevantes ligados à conservação da AMPC Urok e da Reserva da Biosfera, aos meios de vida das populações tradicionais, aos desafios inerentes ao modelo da Área Protegida em questão. Existe um potencial, portanto, da atividade contribuir para a disseminação de uma cultura de sustentabilidade.

A atividade de Turismo Responsável terá como base da sua oferta os recursos naturais conservados da área, sobretudo a fauna abundante e as paisagens exuberantes. A atividade, portanto, deve deixar a sua parcela de contribuição para garantir a integridade das populações de espécies-chave da fauna; para a diminuição das invasões por meio de apoio ao sistema de fiscalização, etc.

Exemplos concretos de atividades sustentáveis são importantes, nesse sentido a atividade em Urok deve desenvolver-se com o objetivo de ser um projeto demonstrativo de boas práticas, contribuindo para o desenvolvimento do turismo responsável na região.

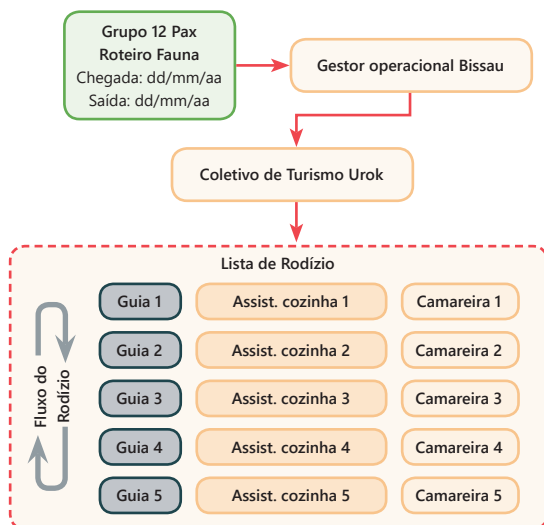
RECOMENDAÇÕES PARA O MANEJO SUSTENTÁVEL DOS CENÁRIOS

Sistema de rodízio de trabalhadores⁸¹

Organizar os trabalhadores temporários num rodízio, distribuindo competências na comunidade tendo em conta aspetos geracionais e de género. O objetivo do rodízio é propiciar que a renda gerada pela atividade atinja o número maior de pessoas/famílias possíveis, em distintas tabancas, procurando assim, uma distribuição mais equitativa dos recursos. Além disso, trata-se de uma estratégia que busca minimizar a dependência das pessoas em relação à atividade, não as afastando das atividades económicas tradicionais (agricultura, extrativismo, pesca, etc.).

Como indicado nos Quadros 34 e 52, algumas funções temporárias entrariam no sistema de rodízio e a sua operacionalização ficaria sob responsabilidade do Coletivo de Turismo de Urok. O rodízio é organizado por funções. Em cada uma das listas (referente a uma função específica, ver figura 15) os trabalhadores pertencem a distintas comunidades (posicionados de maneira alternada), de forma a incrementar a participação. O gestor do Coletivo de Turismo consulta a lista e convoca os trabalhadores que são chamados a trabalhar em determinada altura. É função do mesmo articular o transporte para levar e trazer os trabalhadores para o local onde o serviço acontecerá (casa de passagem ou acampamento).

FIGURA 15: Modelo operacional do rodízio de trabalhadores



⁸¹ Sistema inspirado na iniciativa de Turismo de Base Comunitária Pousada Flutuante Uacari, Reserva Mamirauá, Amazônia Brasileira.

O rodízio precisa de ter um número adequado de pessoas para funcionar, para colmatar as necessidades da operação e garantir que os integrantes tenham uma boa frequência de trabalho⁸². Anualmente, é importante conferir a composição do rodízio, certificando-se que há pessoal suficiente para atender à demanda, verificar se os trabalhadores são assíduos e se o funcionamento está a ocorrer de forma adequada. Se o funcionamento do rodízio não é frequentemente avaliado, corre-se o risco das pessoas/comunidades serem favorecidas⁸³, ou trabalhadores ficarem sobrecarregados, sobretudo durante a época alta⁸⁴.

Compra de produtos agrícolas e pescado

É importante um esforço - por parte do Coletivo de Turismo - para a compra de produtos locais oriundos da agricultura familiar e da pesca tradicional como forma de contribuir para a distribuição local da renda, diminuindo a evasão de divisas geradas pelo turismo. Sabe-se que nem sempre esses produtos estão disponíveis, algumas vezes porque o agricultor pode não ter o costume de cultivá-los/produzi-los, outras vezes em razão da sazonalidade da produção. Entretanto, se houver um planejamento direcionado a essa parceria com a agricultura local, a oferta de produtos locais pode atender boa parte da demanda da operação. Nesse sentido, é interessante dialogar com os produtores, conhecer a sua produção, o calendário dos seus cultivos, saber o interesse deles em fornecer produtos para a operação e em diversificar a produção, se necessário. Uma estratégia interessante pode ser nomear uma pessoa dentro do Coletivo de Turismo que auxilie o gestor e seja responsável por essa articulação com os agricultores, facilitando, dessa forma, a logística de abastecimento (sobretudo quando os agricultores/pescadores estão espalhados em várias tabancas).

Distribuição de benefícios coletivos

Muitas famílias não participarão diretamente dos benefícios económicos advindos do turismo, uma vez que a atividade tem dimensão reduzida e não tem como atender a todas as demandas de geração de renda da localidade. É natural também que alguns moradores não possuam aptidões ou interesse para o trabalho com o turismo e, portanto, não usufruam diretamente desses benefícios. Landells-Mills e Porras (2002) afirmam que quando os integrantes de uma comunidade não se beneficiam do nascimento de um mercado dedicado ao acesso a paisagens de beleza natural, podem perder o sentido dos limites impostos para a utilização dos recursos naturais, ou seja, posicionar-se de forma antagônica às regras do plano de gestão, no caso das Áreas Protegidas. Nesse sentido, os cenários devem contemplar estratégias que visam gerar divisas que beneficiem indiretamente essas pessoas.

Apoio ao financiamento das atividades de fiscalização

A garantia de destinação de recursos que colaborem para financiar o sistema de fiscalização da AMPC Urok, além de ser um mecanismo de pagamento por serviços ambientais de paisagem - dos quais o turismo faz uso - é também uma estratégia de

⁸² Importante ressaltar que a qualidade do serviço está diretamente relacionada à frequência do trabalhador. Trabalhadores que participam eventualmente tendem a apresentar deficiências na execução do serviço.

⁸³ O que pode prejudicar a distribuição de renda, gerar conflitos e enfraquecer a participação das comunidades no projeto.

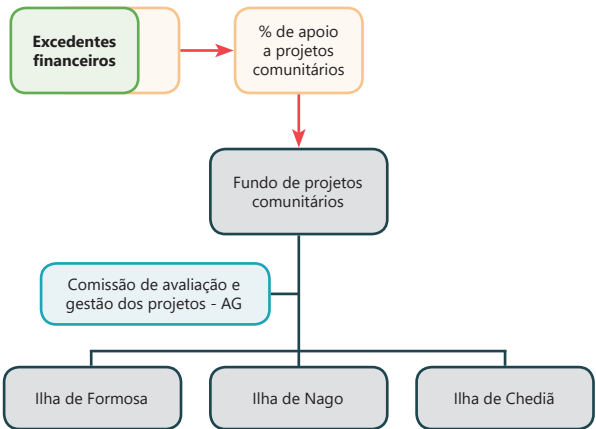
⁸⁴ O que repercute na qualidade dos serviços e possa gerar dependência económica.

socialização dos benefícios advindos do turismo, já que a fiscalização é uma atividade vital para a AMPC e beneficia toda a população.

Financiamento de projetos comunitários

Com base nas experiências da Reserva de Desenvolvimento Mamirauá (Brasil)⁸⁵ e do Kapawi ecolodge (Equador), sugere-se que parte dos excedentes financeiros da atividade seja destinada a um fundo de apoio a projetos comunitários. Anualmente, o recurso seria dividido segundo a decisão tomada na Assembleia Geral.

FIGURA 16: Proposta de modelo de financiamento de projetos comunitários com recursos advindos do turismo.



Zonagem e Regras

A zonagem e as regras contidas neste documento são sugestões de natureza preliminar, baseadas em atividades realizadas durante a expedição ao terreno. É fundamental a discussão e aprofundamento desses temas nos órgãos de governação e gestão da AMPC Urok. Adicionalmente, recomenda-se a elaboração de um manual simples de conduta e boas práticas para o turismo responsável no território, direcionado tanto para visitantes como para a comunidade. A publicação sintética pode ser entregue ao visitante no momento da chegada à AMPC Urok.

Sistema de monitorização dos impactos

É fundamental estabelecer um observatório do turismo responsável, estruturando um sistema de monitorização de resultados a fim de assegurar que a atividade se desenvolva de forma sustentável, alinhada aos objetivos da AMPC Urok. Para tal, recomenda-se a definição de indicadores de forma a abranger aspetos ambientais, económicos

⁸⁵ A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá foi a primeira da categoria no Brasil. A sua criação foi um marco histórico para estratégias de conservação em áreas protegidas da Amazônia, e desenvolveu-se dentro do novo paradigma sobre a presença de populações tradicionais em territórios de grande relevância para a biodiversidade. É um Sítio RAMSAR e também uma Reserva da Biosfera e Património Natural da Humanidade. Iniciada em 1998, a Pousada Uacari foi concebida como uma das alternativas económicas da RDS Mamirauá para fornecer à população local fontes alternativas de renda e contribuir para a conservação dos recursos naturais da área. Essa iniciativa de turismo comunitário possui bastante reconhecimento pelos resultados alcançados, tendo recebido várias premiações nacionais e internacionais.

e sociais. A recolha de informações precisa de ser simples e sistemática. Sempre que possível, é interessante que as populações envolvidas participem na tarefa de coletar as informações e monitorizar a atividade. A figura 17 sugere alguns indicadores quantitativos que podem ser utilizados para acompanhar os resultados da atividade.

FIGURA 17: Proposta de indicadores para monitorização dos resultados do turismo na AMPC

Monitoramento	Possível indicador	Objetivos
Ambiental	<ul style="list-style-type: none">– Medição dos peixes pescados, registro do local e data;– Número de flagrantes em atividades de fiscalização.	<ul style="list-style-type: none">– Monitorar possíveis impactos sobre as espécies-chave da pesca desportiva– Identificar se as infrações aumentaram ou diminuíram após o início do turismo, se há maior ou menor pressão de agentes externos.
Económico	<ul style="list-style-type: none">– Benefícios económicos diretos (prestação de serviços, compra de produtos, etc.);– Recursos destinados à fiscalização e a projetos.– Número de pessoas e famílias participantes;	<ul style="list-style-type: none">– Monitorar a evolução da contribuição económica do turismo à população e às atividades da AMPC Urok– Monitorar a distribuição de renda junto à população local.
Social	<ul style="list-style-type: none">– Número de participantes em reuniões;– Número de participantes em atividades tradicionais (ex: mulheres coletando combé, Lala de palha, cerimônias, etc.)	<ul style="list-style-type: none">– Monitorar se o turismo tem interferido na dinâmica das tabancas e afastado as pessoas de atividades sociais e tradicionais.
Desempenho do turismo	<ul style="list-style-type: none">– Resultados da avaliação dos turistas;– Resultados da avaliação das tabancas e dos órgãos de governação.	<ul style="list-style-type: none">– Acompanhar os resultados da atividade do ponto de vista do visitante e do morador local.



Será necessário definir um protocolo de recolha das informações, delegando responsabilidades aos atores institucionais envolvidos na operação. As informações podem ser repassadas anualmente ao Comité Técnico de Urok que ficará responsável pela compilação de um relatório sintético com os resultados da monitorização, os quais devem ser apresentados e discutidos na Assembleia Geral.

Qualidade dos serviços

O sistema de rodízio naturalmente traz desafios maiores relacionados à qualidade dos serviços, pois o universo de pessoas a participar é maior. Manter uma padronização num cenário como este exige um esforço e um olhar atento do gestor. Assim, avaliar constantemente os serviços é fundamental. Sugere-se que a iniciativa tenha um questionário de avaliação que permita conhecer o ponto de vista do turista, solicitando que o visitante o preencha no final da sua estadia. Isso servirá para monitorizar a qualidade e identificar possíveis lacunas nos serviços. Entretanto, é recomendável que a própria equipa possua um sistema de autoavaliação. O ideal é que a avaliação seja realizada ao final de cada grupo recebido.

Plano de capacitação dos atores envolvidos

Qualificação da mão de obra é fundamental para o êxito da atividade. Um plano de capacitação deve ser elaborado e implementado desde o início do projeto. É essencial que o trabalhador que se inicie na atividade tenha realizado uma capacitação de formação na função a ser desempenhada para poder participar. Igualmente, recomenda-se que ele passe por um período probatório (a ser definido pelo Coletivo de Turismo), a fim de se observar se existe interesse e aptidão para a tarefa. Frequentemente, o empreendimento deve realizar reciclagem para todas as funções. É importante ter em conta o facto de o agente que se posiciona como educador deve conhecer a realidade local. Sem essa familiaridade corre-se o risco de desenhar um programa de treinamento que não produz resultados, seja porque a linguagem não é apropriada, seja porque não há participação efetiva, ou porque os educandos não incorporam as práticas desejáveis no seu quotidiano de trabalho.

Recomenda-se que o programa de formação tenha como foco metodologias práticas, já que o aprender prático (hands on) é mais eficiente em contextos de populações tradicionais com pouco acesso ao ensino formal. Nesse sentido, intercâmbios devem ser priorizados, aproveitando a proximidade com dois empreendimentos com bom padrão de qualidade de serviços (Orango Parque Hotel e Ilha de Keré). Os gestores desses locais demonstraram interesse em colaborar numa possível parceria para formação dos trabalhadores da AMPC Urok.

Gestão de resíduos sólidos

É fundamental definir um sistema de gestão do lixo produzido pela atividade, estabelecendo uma coleta e separação e uma logística de transporte para o continente com periodicidade definida.

Plano de marketing

Acesso ao mercado é vital para a viabilidade do turismo na AMPC Urok. Para tal, será necessária a elaboração de um plano que reúna estratégias para comercialização e promoção dos roteiros junto dos mercados potenciais da iniciativa. O documento deverá servir de orientação para o trabalho do gestor operacional de Bissau.

Avaliação e ajustes do modelo

Um modelo de turismo responsável como o proposto para a AMPC Urok deve passar por avaliações e ajustes periódicos. Essas adaptações necessárias - visualizadas ao longo dos anos - fortalecerão o modelo, criando condições adequadas para a sua consolidação. No entanto, só é possível incorporar as aprendizagens à gestão se a iniciativa tiver estruturado:

- Um sistema de avaliação da qualidade dos serviços e da saúde da operação;
- Um sistema de monitorização contínuo da atividade que permita aos atores envolvidos acompanhar as mudanças que o turismo tem trazido ao território após a sua implantação;
- Avaliações periódicas do modelo de governança, refletindo sobre o desempenho dos fóruns de tomada de decisão e realizando as mudanças necessárias para garantir a efetividade da gestão participativa;
- Avaliações periódicas do modelo de negócios, atualizando o plano de negócios e identificando necessidades de ajustes que assegurem a viabilidade da atividade.

QUADRO 73: Sugestão para avaliação periódica do modelo

O que avaliar?	Periodicidade
Qualidade dos serviços e saúde da operação	Coleta contínua de dados. Avaliações semestrais.
Impactos positivos e negativos	Coleta contínua de dados. Avaliações anuais.
Avaliação do modelo de governança	A cada 2 anos
Avaliação do modelo de negócios	A cada 3 anos

ROTEIRO PARA IMPLEMENTAÇÃO PROGRESSIVA

CENÁRIO DE ECOTURISMO E TURISMO CIENTÍFICO

Etapa 1- Pré-operacional

Duração: fevereiro a dezembro de 2019

Objetivo: discutir e aprimorar o desenho da proposta junto das comunidades e dos órgãos de governação e gestão da AMPC; criar o Coletivo de Turismo de Urok, contratar recursos humanos; iniciar capacitação, realizar adequações básicas na infraestrutura e montar roteiros experimentais.

Funções e responsabilidades: Tiniguena será o ator institucional responsável por conduzir essa etapa

ETAPA 2- Fase experimental

Duração: janeiro de 2020 a dezembro de 2021

Objetivo: implantar gradualmente a atividade; testar a operação e o modelo de governança e gestão; avaliar os resultados junto das instâncias de governação; fortalecer a organização comunitária, etc.

Funções e responsabilidades: Tiniguena e Coletivo de Turismo de Urok serão os atores institucionais responsáveis (ver funções no Quadro 21)

ETAPA 3- Fase de consolidação

Duração: janeiro de 2021 a dezembro de 2029

Objetivo: consolidar os roteiros de Ecoturismo e Turismo Científico; aprimorar o sistema de monitorização e distribuição de benefícios; amadurecer a gestão participativa e o modelo de negócios; avaliar resultados da atividade no longo prazo.

Funções e responsabilidades: Tiniguena e Coletivo de Turismo de Urok serão os atores institucionais responsáveis.

O quadro 74 sintetiza as principais ações do cenário e como se dará a sua implementação progressiva ao longo das etapas.

QUADRO 74: Proposta de cronograma para implementação progressiva do Cenário de Ecoturismo e Turismo Científico

Atividades	Pré-opera- cional Fev-Dez 2019	Etapa Experimental				Etapa de Consolidação									
		1º Semestre	2º Semestre	3º Semestre	4º Semestre	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10		
Apresentação, discussão, ajustes e votação da proposta nas Assembleias Insulares e na Assembleia Geral	X														
Incorporação dos ajustes discutidos na AG ao Documento Diretor da atividade (Plano de Turismo Responsável da AMPC Urok)	X		X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Articulação e formação do Coletivo de Turismo de Urok	X														
Captação de recursos para implantação da fase experimental	X														
Contratação de gestor operacional de Bissau e do gestor do Coletivo do Turismo de Urok	X														
Intercâmbios ou cursos de formação para os trabalhadores	X		X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Definição de indicadores e Sistema de monitorização	X														
Adequações da infraestrutura das casas de passagem	X														
Elaboração dos roteiros com o Coletivo de Turismo de Urok e Promoção	X														
Início dos roteiros		X													
Avaliação e ajustes operacionais nos roteiros			X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Apresentação de resultados, avaliação anual da atividade e distribuição de benefícios na AG			X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Avaliação e ajustes no modelo de gestão e governança					X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Atualização do plano de negócios					X			X			X				
Reinvestimentos					X			X			X				

CENÁRIO DE PESCA DESPORTIVA RESPONSÁVEL COM CONTROLE COMUNITÁRIO

Etapas 1- Pré-operacional

Duração: fevereiro de 2019 a setembro de 2020

Objetivo: discutir e aprimorar o desenho da proposta junto das comunidades e dos órgãos de governação e gestão da AMPC; discutir modelo de parceria com o operador; elaborar contrato; formalizar parceria; capacitar trabalhadores; comprar material e equipamentos; planejar logística; instalar acampamento; etc.

Funções e responsabilidades: Tiniguena e Coletivo de Turismo de Urok serão os atores institucionais responsáveis (ver funções no Quadro 21)

ETAPA 2- Fase experimental

Duração: outubro de 2020 a setembro de 2022

Objetivo: implantar gradualmente a atividade; testar a operação; avaliar os resultados da parceria junto às instâncias de governação; fortalecer a organização comunitária; testar sistema de monitorização e fiscalização; etc.

Funções e responsabilidades: Tiniguena e Coletivo de Turismo de Urok serão os atores institucionais responsáveis.

ETAPA 3- Fase de consolidação

Duração: janeiro de 2021 a dezembro de 2029

Objetivo: consolidar o modelo de parceria para a pesca desportiva responsável; aprimorar o sistema de monitorização, fiscalização e distribuição de benefícios; amadurecer a gestão participativa e o modelo de negócios; avaliar resultados da atividade a longo prazo.

Funções e responsabilidades: Tiniguena e Coletivo de Turismo de Urok serão os atores institucionais responsáveis.

O quadro 75 sintetiza as principais ações do cenário e como se dará a sua implementação progressiva ao longo das etapas.

QUADRO 75: Proposta de cronograma para implementação progressiva do Cenário de Pesca Desportiva Responsável

Atividades	Pré-ope- racional Fev-Dez 2019	Etapa Experimental				Etapa de Consolidação							
		1º Semestre	2º Semestre	3º Semestre	4º Semestre	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10
Apresentação e discussão preliminar da proposta nas Assem- bleias Insulares e na Assembleia Geral	X												
Apresentar proposta de modelo de parceria para o operador	X		X		X	X	X	X	X	X	X	X	X
Discutir novamente proposta de parceria com a AMPC após conversa com o operador													
Elaborar contrato e formalizar parceria de 2 anos;													
Articulação e formação do Coletivo de Turismo de Nago	X												
Captação de recursos para implantação da fase experimental	X												
Intercâmbios ou cursos de formação para os trabalhadores	X		X		X	X	X	X	X	X	X	X	X
Definição de indicadores e Sistema de monitorização	X												
Conclusão do planeamento operacional do acampamento; compra de materiais e equipamentos	X												
Instalação do acampamento		X											
Ajustes operacionais			X		X	X	X	X	X	X	X	X	X
Apresentação de resultados, avaliação anual da atividade e distribuição de benefícios na AG			X		X	X	X	X	X	X	X	X	X
Avaliação da parceria e decisão sobre renovação					X		X		X		X		X
Atualização do plano de negócios					X			X			X		
Reinvestimentos					X			X			X		

ANÁLISE SWOT DO TURISMO NA AMPC UROK

QUADRO 76: Análise SWOT do Turismo na AMPC Urok

PONTOS FORTES

- Modelo inovador de AMP;
- Conhecimento acumulado na gestão participativa da AMP, com resultados concretos;
- Sistema avançado de governação e controle;
- Apoio da comunidade local à AMPC;
- Interesse da comunidade local no turismo responsável;
- Atributos naturais, culturais e científicos que outorgam o potencial da AMPC para o turismo responsável;
- Existência de estrutura instalada e serviços em boas condições para iniciar atividade (Formosa);
- Experiência operacional no terreno;
- Relação da Tiniguena com as comunidades;
- Apoio do IMVF à AMPC e parceria de longa com a Tiniguena;
- Inserção numa Reserva da Biosfera;
- Ampla rede de contactos e parcerias institucionais no âmbito da Conservação;
- Boa capacidade e condições favoráveis para se captar recursos;
- Apoio do IBAP ao Ecoturismo nas Áreas Protegidas do país;
- Elaboração de uma estratégia nacional e de uma política nacional de ecoturismo.

PONTOS FRACOS

- Nível de desenvolvimento do turismo no país;
- Visões distintas do turismo dentro dos órgãos do Estado (Ministério do Turismo e IBAP);
- Presença insuficiente do Estado no Arquipélago;
- Legislação relacionada ao turismo responsável frágil;
- Falta de governação e controle do turismo no arquipélago;
- Falta de recursos humanos e financeiros das instituições;
- Financiamento insuficiente do sistema de fiscalização e de outras ações vitais à AMPC Urok;
- Falta de experiência do corpo técnico e das comunidades de Urok com o turismo;
- Divergências de entendimento com relação ao desenvolvimento ou não da atividade na AMPC Urok;
- Dificuldades logísticas e operacionais;
- Altos custos operacionais.

OPORTUNIDADES

- Contribuir para a conservação dos recursos naturais da AMPC Urok e promover a educação ambiental;
- Dinamizar a economia local, gerando e distribuindo benefícios económicos de forma equitativa;
- Fortalecimento e valorização cultural da etnia Bijagó;
- Assegurar recursos para a fiscalização e projetos comunitários;
- Gerar excedentes financeiros que possam auxiliar no autofinanciamento;
- Divulgar os trabalhos desenvolvidos na AMPC Urok e agrupar apoio social e político ao modelo da AMPC Urok;
- Envolvimento da juventude para que esta tome consciência da importância de guardar a sua cultura e de se apropriar do território;
- Envolver as mulheres e jovens raparigas na gestão da atividade, fortalecendo o seu papel;
- Boa relação com parceiros potenciais (Orango Parque Hotel, IBAP, Ilha de Keré);
- Criar sítios demonstrativos (pesca desportiva responsável e de base comunitária e ecoturismo) para o Arquipélago;
- Fortalecer parcerias e intercâmbios entre as Áreas Protegidas do país e do continente;
- Influenciar as políticas públicas no país.

AMEAÇAS

- Baixa demanda turística do país, instabilidade nos cenários económico e político;
- Notícias negativas veiculadas nos media internacionais;
- Ideia recorrente da parte de políticos e empresários de se implementar o turismo de massa no Arquipélago;
- Volatilidade do setor turístico;
- Pressão de agentes externos, sobretudo do ramo turístico, em busca de fazer valer os seus interesses;
- Divisão não equitativa dos benefícios ou exclusão de comunidades da atividade, que pode gerar antagonismos;
- Riscos de folclorização da cultura;
- Insuficiente presença do estado enquanto promotor de políticas públicas e fiscalizador;
- Incremento das invasões, caso não haja controle adequado;
- Mudanças em curso em todo o território Urok: emigração da camada juvenil, enfraquecimento da identidade cultural e organização social Bijagó (erosão cultural); invasão da cultura do caju, influência crescente de outras religiões que denigrem as crenças animistas, etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo comprovou que existe um interessante potencial da AMPC Urok para se implementar propostas de Turismo Responsável como estratégia de dinamização da economia local, de empoderamento das comunidades na gestão territorial, de valorização da cultura e de apoio à conservação dos recursos naturais da AMP.

As informações aqui sistematizadas e avaliadas têm a intenção de gerar insumos úteis ao diálogo entre as comunidades, os atores institucionais do terceiro setor e do governo e demais atores da fileira do turismo, fornecendo, assim, subsídios ao processo de reflexão, planeamento e tomada de decisão. Ressalta-se, no entanto, a importância de discutir exaustivamente - se necessário - e aprimorar o desenho das propostas junto das comunidades e dos órgãos de governação e gestão da AMPC.

Após as discussões e adaptações das propostas, destaca-se também a importância de atualizar a modelagem operacional dos cenários, bem como verificar os custos e investimentos necessários a fim de se assegurar a viabilidade da atividade.

Os cenários propostos foram desenhados com a intenção de incentivar uma atividade turística alinhada aos objetivos da Área Marinha Protegida Comunitária e da Reserva da Biosfera da qual a AMPC Urok faz parte. Considerando o facto de que as Reservas da Biosfera são sítios concebidos para promover a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável com base na comunidade local e em ciência sólida; são, por sua vez, locais ideais para se testar e desenvolver modelos inovadores de turismo que contribuam para beneficiar a população local e manter as culturas, biodiversidade e os seus valores associados (Unesco, 2002).

Sob essa ótica o presente estudo pretende contribuir, entendendo que a AMPC Urok reúne os potenciais necessários para servir como um sítio demonstrativo de boas práticas para o Turismo Responsável, cumprindo, assim, um importante papel de estimular o ordenamento da atividade noutras localidades do Arquipélago dos Bijagós.

BIBLIOGRAFIA



2º Plano de Gestão da Área Marinha Protegida Comunitária das Ilhas Urok (2014-2023).

Banco Mundial. Crescimento Verde e Inclusivo na Guiné-Bissau: da Visão à Realização. Relatório final, No. ACS22802, junho de 2018.

BENZINHO, J.; ROSA, M. Guia Turístico à Descoberta da Guiné-Bissau 2ª edição revista e atualizada. União Europeia e Afecto com Letras, 2018.

BLAI J., CAMPREDON P., DUCROCQ M., HENRIQUES A. ET A. Ocante da Silva. Plano de Gestão da zona costeira das ilhas Urok (Formosa, Nago & Chediã) 2004 – 2008. Reserva de Biosfera do Arquipélago de Bolama/Bijagós, Guiné-Bissau, 2003.

BRENIER, A., RAMOS, E. HENRIQUES, A. Palavra de Urok! Ensinaamentos e impactos da Área Marinha Protegida Comunitária das Ilhas Urok. FIBA, TINIGUENA, PRCM e AMCP UROK, dezembro de 2009.

BRITO, B. et al. Turismo em Meio Insular Africano: Potencialidades, Constrangimentos e Impactos. África em Perspetiva. GERPRESS, 2010.

BRITO, B. Preservação Ambiental e Turismo de Natureza em Área Protegida: Iniciativas e Experiências em Contexto Africano. Nature and Conservation, Aquidabã, v.6, n.1, p.6-21, 2013.

CAZALET, B. The reconfiguration of MPA governance and public policies. In Governance of Marine Protected Areas in the least-developed countries, Case studies from West Africa. Edited by Weigel, J.; Féral, F.; Cazalet, B. Fao Fisheries and Aquaculture Technical Paper, Nº 548.

IBAP, MINISTÉRIO DO TURISMO E ARTESANATO E AAAC. Carta de Política Nacional do Ecoturismo na Guiné-Bissau. Bissau, dezembro de 2018.

IBAP. As Áreas Protegidas da Guiné-Bissau. Guia do Ecoturismo. 2016.

MTA & IBAP, 2018. Estratégia nacional para o desenvolvimento do ecoturismo na Guiné-Bissau. 28pp. Bissau

NAZERALI, S.; LAMBA, N.A. Plano de Negócios da Área Marinha Protegida Comunitária Urok. Draft 1 junho 2015.

OLIVEIRA, S. et al. Educação para todos. Urok – Arquipélago de Bijagós – Guiné-Bissau. IMVF e Tiniguena, dezembro de 2009.

POLET F., DE BARROS M. E E. RAMOS. Dinâmicas e impactos da expansão do turismo no Arquipélago dos Bijagós – Lições para a AMPC Urok. CETRI, 2012.

SAID, R. A.; ABREU, A. A Economia Local da Área Marinha Protegida Comunitária das Ilhas Urok: Dinâmica, Constrangimentos e Potencialidades. IMVF, TINIGUENA, Comissão Europeia e Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento. Setembro de 2011.

SARAIVA, C. Os Sítios Sagrados no Arquipélago dos Bijagós. IMVF, 2015.

SEMEDO, R. J. Inventário sobre Artesanato, Dança e Cantiga Bijagó. IMVF e Tiniguena, novembro de 2015.

UNESCO. The MAB Programme and Ecotourism. Tracking the path of Sustainable Tourism. Unesco, 2002.

UNITED NATIONS. Mission Report: Scoping Mission to Guinea-Bissau. February 2015.

WEF. The Travel & Tourism Competitiveness Report 2017. Paving the way for a more sustainable and inclusive future. Insight Report. World Economic Forum, 2018.

WORLD TOURISM ORGANIZATION. Sustainable Tourism Governance and Management in Coastal Areas of Africa, UNWTO, Madrid, 2013.

WTTC. Travel & Tourism Economic Impact 2018: Sub Saharan Africa. World Travel & Tourism Council, 2018.

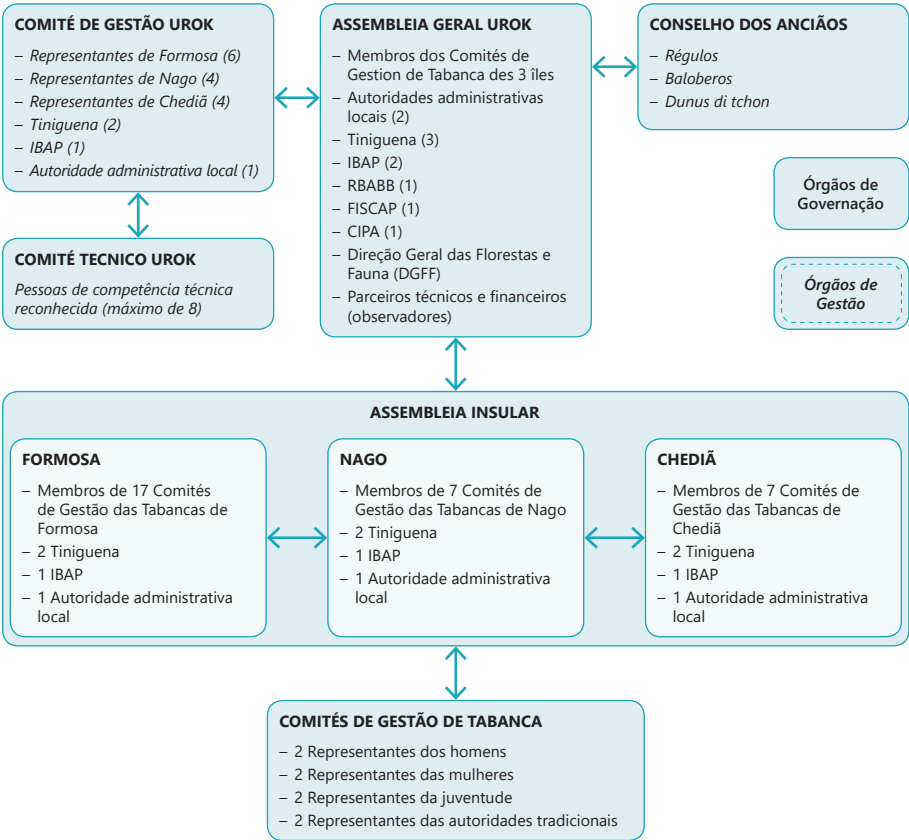
ANEXOS

ANEXO 1: Resumo das competências e composição dos órgãos de governação da AMPC Urok

Órgãos de governação	Descrição e competências	Composição e reunião
Comités de Gestão de Tabanca (CGT)	Estruturas de gestão ao nível da tabanca. É a este nível que são analisadas e decididas questões que têm a ver com a implementação do plano de gestão e o respeito ao nível da tabanca das regras adotadas pela Assembleia Geral (AG) Urok, como por exemplo, a exploração das conchas, a instalação do acampamento de pesca, a exploração da fauna e de outros recursos, utilização das savanas, etc.	<ul style="list-style-type: none"> – 6 utilizadores de recursos, dentro destes pelo menos 2 mulheres e 2 jovens. – 2 Representantes das autoridades tradicionais (ou, em caso de ausência, dos Homens e Mulheres grandes da tabanca) – Reuniões semestrais
Assembleias Insulares (AI)	Instâncias de reflexão, de proposta e de seguimento das regras e medidas de gestão, assim como de microprojetos e atividades de desenvolvimento associadas à implementação do PdG em cada ilha. Questões não suficientemente regulamentadas do tipo problemas entre tabancas da ilha, relações com utilizadores externos, exploração dos espaços e recursos são tratados nesta instância.	<ul style="list-style-type: none"> – Os membros do Comité de Gestão de todas as tabancas: um total de 100 membros de 17 CGT de Formosa, 33 membros de 7 CGT de Nago e 29 membros de 7 CGT de Chediã. – 2 Representantes de Tiniguena – 1 Representante do IBAP – 1 Representante da autoridade administrativa local – Reunião anual
Assembleia Geral Urok (AGU)	A Assembleia Geral Urok é o órgão máximo do sistema de gestão participativa dos espaços e recursos naturais das ilhas Urok. É a instância que defende os interesses do complexo Urok face às autoridades e os utilizadores externos, que reflete e decide sobre questões que ultrapassam os interesses de cada da tabanca ou de cada ilha, incluindo projetos de investimentos comuns (ex.: escolas comunitárias, canoa de transporte, balizagem do território Urok). Adota políticas que salvaguardem os interesses coletivos das 3 ilhas e que decide sobre problemas não resolvidos a nível das outras instâncias de decisão.	<p>Os 160 a 180 que integram os Comités de Gestão de Tabanca de todo o território Urok</p> <ul style="list-style-type: none"> – 3 Representantes da Tiniguena – 1 Representante da administração local – 3 Representantes do IBAP, dos quais 1 da RBABB – 1 Representante DGFF – 3 Representantes de instituições técnicas do Estado <p>Parceiros técnicos e financeiros como observadores</p> <ul style="list-style-type: none"> – Reunião anual
Comité de Gestão Urok (CGU)	É o órgão executivo do sistema e a principal instância de decisão entre duas AG Urok. No seu seio são debatidas e afinadas as questões de interesse maior inerentes ao processo de gestão participativa do espaço Urok, como a fiscalização terrestre e marítima, a instalação de novos utilizadores, a aplicação de sanções aos infratores, entre outros. É ainda este órgão que analisa as propostas de iniciativas de desenvolvimento durável associadas ao processo de cogestão que serão submetidas à AG Urok.	<ul style="list-style-type: none"> – 6 Representantes de Formosa – 4 Representantes de Nago – 4 Representantes de Chediã – 2 Representantes da Tiniguena - 1 Representante do IBAP – 1 Representante da Administração local – Pelo menos 1/3 dos representantes de cada ilha devem ser do sexo feminino – Reuniões 4 vezes ao ano

Órgãos de governação	Descrição e competências	Composição e reunião
Conselho dos Anciãos Urok (CGT)	Instância de validação das decisões da AG Urok. O reconhecimento e a adesão das autoridades tradicionais do território Urok ao processo de cogestão em curso são essenciais ao seu sucesso. O acordo do Conselho de Anciãos para as questões de importância capital para o futuro do território Urok como a interdição de pesca ou de exploração das conchas em determinadas zonas, devem traduzir-se pela realização de uma cerimónia tradicional de sacralização conhecida por "mandjidura".	<ul style="list-style-type: none"> – Os proprietários tradicionais ou "dunus di thcon" das 3 ilhas – Baloberos das 3 ilhas
Comité Técnico Urok (CTU)	Órgão consultivo que analisa as questões técnicas e científicas ligadas ao processo de cogestão das ilhas Urok e às atividades de desenvolvimento programadas e aconselha o CGU. Entre outros, debruça-se sobre assuntos como seguimento e monitoria das espécies, propostas de pesquisas científicas, o sistema de informação geográfica, fiscalização e as estratégias e opções de desenvolvimento que assegurem a conciliação entre a conservação dos espaços e recursos naturais de Urok e o desenvolvimento das comunidades residentes.	<ul style="list-style-type: none"> – Um número não superior a 8 personalidades de reconhecida competência em domínios relevantes para a AMPC e tendo, sempre que possível, ligação com instituições pertinentes para a Conservação na Guiné-Bissau. – Reunião anual
Comissão de multa	Órgão executiva do sistema de fiscalização delegado pelo CGU. A sua função principal é a resolução dos contenciosos das infrações feitas no território da AMPC Urok. Ela é encarregada do respeito às regras relativas às partes marítimas, mas intervém também, a partir do 2º Plano de Gestão, na aplicação das regras na parte terrestre.	<ul style="list-style-type: none"> – 1 Representante do Comité de Estado designado pelo Administrador – 1 Representante do IBAP – 1 Representante da Tiniguena – 3 Representantes da comunidade – O Representante da DGFF

ANEXO 2: Organigrama da estrutura de governação e de gestão da AMPC UROK



Fonte: TINIGUENA

ANEXO 3: Reuniões com as comunidades

REUNIÃO COM EQUIPA DO IBAP EM ORANGO **25 de outubro de 2018**

A equipa do IBAP no Parque de Orango é composta por:

1 Diretor e um 1 Diretor adjunto, 2 guarda-parque (antes eram 6), 4 marinheiros, 2 animadores (sendo uma mulher), 1 armazenista/segurança noturna, 1 pessoa da limpeza.

Participantes da Reunião:

- Salvador (responsável pela comunicação)
- Carlos (marinheiro)
- Augusto (Diretor do parque)
- Jorge
- Julio (rádio comunitária e animador)
- João (guarda-parque e guia para visita aos hipopótamos)
- Cecília (animadora)

Síntese das Discussões:

- *Como foi quando o turista chegou pela primeira vez?*

Já havia um plano estratégico que previa essa atividade. O plano dava algumas orientações sobre como fazer o contacto, o que facilitou essa chegada. O IBAP recebia as pessoas.

Houve uma sensibilização nas escolas para as crianças não estarem coladas aos turistas. Também usaram a rádio comunitária para consciencializar a comunidade sobre o turismo. Por isso, a comunidade não estranhou quando chegaram os turistas, mas foram vistos com alegria, na expectativa de ganhar qualquer coisa.

Mas houve momentos em que se proximaram dos turistas, em que os turistas tiravam fotografias sem autorização. Mas há regras de conduta para os turistas que precisam de ser repassadas pelo hotel e pelos guias.

Essas regras não foram criadas pela comunidade, mas dialogaram com as comunidades, portanto foram orientadas.

Em que áreas o turismo ocorre?

O turismo ocorre nas 5 ilhas e na Área Protegida Marinha João Vieira, Poilão (tartarugas), Roco. Em todos os lugares há paisagens bonitas. No Bolama-Bijagós eles vêm para todos os lados.

– O que o turista busca

O turista busca paisagens naturais, florestas, culturas tradicionais, também compreender a cultura, a história da Rainha Pampa. Há um museu que foi a casa da Rainha. Também querem ver os hipopótamos, crocodilos e observar os pássaros. Outra demanda é para a pesca desportiva.

– Benefícios do turismo

O turismo ecológico gera taxas para o parque e com esse recurso se paga o salário dos enfermeiros do Centro de Saúde, a instalação e recuperação de fontes de água potável, apoio às escolas e às famílias em situação de desgosto.

Às vezes os turistas compram artesanatos, ou simpatizam com alguém e oferece-lhe algo, como materiais escolares ou roupas para as crianças. As comunidades fazem apresentações culturais e os turistas pagam por isso. Os trabalhadores do hotel recebem salários e aumentam a receita da família.

– O que o turismo trouxe que não foi bom

Testemunho do Diretor:

O IBAP fez um plano de sensibilização da comunidade, ninguém deseja ver algo mau, mas sim que todos estejam bem. Então não vamos admitir o que não é bom. Até então (cheguei em abril) não vi nada que não fosse bom. O nosso desejo é de que os turistas continuem a vir e tragam renda para as comunidades.

Testemunhos dos técnicos:

Em todos os lugares há coisas positivas e negativas. A gerente do hotel tem que estar atenta. Trabalhei no hotel e vi isso, turistas que chegavam e diziam “quero mulher”.

No Senegal o turismo acontece fora das normas, jovens fumando nhamba, e é muito complicado. Aqui tem que ser um turismo controlado, alguns dizem, era bom ter 10 ou 20 hotéis aqui, mas dizemos não. Não queremos violar o eu está escrito no plano.

No Senegal não há controle, mas aqui há regras bem definidas.

– Fiscalização

O IBAP tem equipa de fiscalização, todos que chegam ao parque precisam ter o recibo de pagamento da taxa. Se não têm o recibo podem ser presos. O hotel também fiscaliza.

Se vemos uma embarcação vamos lá verificar se têm o recibo. Fiscalizamos se estão pescando nas zonas permitidas e o tempo em que permanecem na lagoa dos hipopótamos. Podem fotografar as tartarugas, mas excesso de fotografias espantam a tartaruga e ela desiste de fazer a desova.

– *Episódio difícil com turistas italianos*

Os guardas e o hotel fiscalizam e as notícias correm muito rápido aqui. Uma vez os italianos acamparam no parque e trouxeram um cão feroz, e não pagaram a taxa de turismo. Disseram que não sabiam e não tinham dinheiro. Mas há um guia chamado “West Africa” que traz toda a regulamentação que nenhum turista pode dormir na praia. Mas eles acamparam e passaram alguns dias lá, com esse cão.

Para não manchar a cooperação com a Itália deixaram passar. Mas o cão trouxe uma ameaça para a população.

– *Desafios do parque*

Os principais desafios têm a ver com as dimensões do parque, a falta de pessoal, de embarcações e de combustíveis. Também a questão salarial (ninguém ganha mais que 100 mil francos, algo como 160 euros) e a restrição aos guardas que não podem fazer roça de caju nas comunidades. Se os guardas pudessem ter outras atividades que gerasse renda seria bom.

A população de hipopótamos está a crescer e eles invadem as bolanhas de arroz, invadem áreas que antes não invadiam. O hipopótamo não come caju.

REUNIÃO COM A ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DA CASA DE ANOR

25 de outubro de 2018

– *Informações sobre a Casa de Anôr obtidas com os funcionários do IBAP*

O João e o Salvador são responsáveis por esse trabalho. A casa fica a 18 km a pé da sede do parque em Orango. É um espaço experimental que tem o seguimento do IBAP onde há um projeto de ecoturismo. Há uma associação de mulheres que têm a responsabilidade da gestão com apoio do IBAP que se organiza como comitê de gestão, valorização e manutenção.

Há turistas que vêm de Bubaque, outros estão em Orango, deslocam-se à Casa Anôr, e se a maré não favorecer pernoitam por lá.

Os turistas vêm para ver hipopótamos. A equipe do IBAP em Bubaque informa a equipe de Orango, então, o João e o Salvador recebem os turistas. Em Anôr, há um jovem responsável pela hospedagem, que é o gerente.

A casa é de 2008. Quando estava sendo construída começou o trabalho com as mulheres. A associação de mulheres cuida da limpeza da Tabanca, distribuem-se para fazer o trabalho.

Havia uma loja financiada pela UICN, mas por problemas de gestão foi fechada. Agora estão a aprender, fizeram intercâmbios.

Há um projeto de horticultura onde as mulheres produzem hortaliças, mas há um problema de mercado. Há uma grande quantidade de hortaliças que não é consumida, tomate, cebola, pimenta, beringela, quiabo. Outras hortaliças são difíceis de produzir em virtude das chuvas.

Também produzem esteiras, todo o ano.

Participantes da Reunião:

- Clara - Presidente
- Júlia - associação
- Neninha - associação
- Sarita - associação
- Joana - associação

Relato das Mulheres:

Mulheres de cinco tabancas estão envolvidas com a associação da Casa de Anôr. Das presentes, quase todas eram da família do João, guarda-parque do IBAP e guia para os hipopótamos.

Elas começaram a trabalhar desde a construção da casa, ajudando os pedreiros em 2005. A construção levou muito tempo. Fizeram a casa porque nos convenceram que seria bom.

Os turistas vão para ver hipopótamos e não a tabanca. Os turistas comem, elas cozinham e eles pagam ao gerente que é um jovem, irmão do João. Um quarto custa 7500 francos, que são pagos em Bissau.

Há menos de dois anos que a casa ficou pronta e começaram a trabalhar. Mas o turismo traz só um pouquinho de dinheiro. O IBAP pediu para definirem os papéis e responsabilidades de cada uma (quem cozinha, que ajuda na limpeza e arrumação, quem faz a recepção dos turistas).

Participaram de uma formação, um intercâmbio no Senegal em 2007 e gostaram muito. Foi no Bambu.

– *O que poderia melhorar o trabalho na Casa de Anôr?*

Gostariam que fosse feita a inauguração da casa, porque ainda é tudo experimental, então não recebem pelo trabalho. Mas, precisam de se dividir entre a bolanha de arroz, o trabalho em casa e o atendimento dos turistas no hotel.

A demora da fase experimental gera desgastes e muito desânimo nas mulheres, elas gostariam de ver benefícios do seu trabalho e esforço no hotel.

Gostariam que houvesse mais turistas, mas que ganhassem por isso. Os turistas são levados pelo IBAP. Também vão os hóspedes de Orango que estão a pescar. Outros guias levam turistas para lá.

REUNIÃO COM A COMUNIDADE DE BOTAI – ILHA DE MAIO

27 de outubro de 2018

Conversa realizada na comunidade com o Chefe da Tabanca, o Baobeiro e outros membros. Apenas os homens falaram.

A comunidade Botai, na ilha de Maio é proprietária de uma área onde na década de 90 se instalou um resort com investimento italiano. Esse hotel, com cerca de 100 leitos instalou uma mega infraestrutura com restaurante, heliporto e discoteca sendo frequentado por governantes, empresários, entre outros.

Há notícias sobre corrupção, possível lavagem de dinheiro e outras relações espúrias envolvendo o hotel que foi destruído e predado na época da guerra civil.

Em visita à área onde se localizava o hotel pode-se observar as estruturas que sobram, escadarias, alicerces de grandes construções, vestígios de canalizações e sistema de esgoto e instalações elétricas.

Relato da Comunidade:

Os comunitários avisam o hotel que apenas poderiam usar a área da praia e que não poderiam invadir territórios sagrados tradicionais onde a comunidade realizava o Fanado. No entanto, o hotel desrespeitou essa regra e a comunidade na altura sentiu-se impotente.

Mas, na época do hotel tinham benefícios económicos, uma vez que o hotel lhes comprava os peixes, empregavam cerca de 15 pessoas da comunidade. Quando alguém da comunidade adoecia eles levavam essa pessoa para Bissau.

Os clientes ficavam apenas no hotel. Mas as vezes vinham à tabanca comprar alguma coisa.

No entanto, o gerente do hotel começou a abater as vacas da comunidade que adentravam o espaço da praia, já que é costume da comunidade, na época seca, soltar as vacas. Eles pediram para que o hotel fizesse uma vedação para as vacas, mas o hotel não fez e passou a abater as vacas.

A morte das vacas enfureceu a comunidade. Falaram com o gerente italiano, mas não adiantou. E quando veio a guerra o hotel fechou. A comunidade acredita que isso aconteceu porque eles invadiram o território sagrado.

O encerramento do hotel fez falta. Se tivessem ficado só na praia não tinha problema, mas penetraram a zona sagrada.

Atualmente uma senhora de nome Gilda tem procurado a comunidade como interlocutora sobre a possibilidade de se retornar a usar o espaço do hotel. Outros vieram conversar, mas depois não voltam mais.

A comunidade está disposta a negociar, mas não permitir a invasão da área sagrada. Já mostraram onde pode e onde não pode.

Fizeram uma consulta ao Iram sobre a área do hotel na Baloba, depois no Fanado, perguntando ao espírito do Iram se o hotel podia instalar-se lá. Depois de algumas tentativas o espírito falou onde podia e onde não podia.

A comunidade foi alertada sobre situações relacionadas à venda, cessão ou arrendamento da terra e o facto de estarem agora numa AMP, o que limita certas negociações.

PRIMEIRA REUNIÃO COM O COMITÉ DE GESTÃO DE UROK

28 de outubro de 2018

O Comité tem representações de 12 comunidades, IBAP e Tiniguena e corresponde à estrutura executiva. A Assembleia é a instância de tomada de decisão. Os membros do Comité são escolhidos pelos Comités de Tabancas. A Ilha Formosa têm 6 representantes (2 morreram e ainda não foram substituídos) e a Ilha Nago tem 3 representantes.

Participantes da Reunião:

- Sanha Camará - Abu/Formosa (Fiscalização)
- Albino - mais velho do Comité – Urok (Animador)
- Oprigo Sá - Nago (Fiscalização)
- José Ambrósio - Urok (Fiscalização)
- Manuela - Abu (Casa de Passagem)
- Segunda - Acoco, Formosa
- Aladio - Tirinhá - Maio, Urok (Fiscalização)
- Aladi Reis - Nago (Fiscalização)

Síntese das Discussões:

– Papéis

O Comité de Gestão representa a comunidade. O papel dos membros é participar nas reuniões, levar e trazer as mensagens para as comunidades, apoiando a interlocução com a AMPC. Também realizam a revisão dos regulamentos da AMPC.

Encarregam-se de defesa e controle do território marinho e terrestre, evitando abates de palmeiras e pesca abusiva. Cuidam das infraestruturas da AMPC.

Há muito trabalho, foram escolhidos pelas comunidades, têm a obrigação de escutar e transmitir as preocupações delas.

– Desafios

Há muitos desafios, nós dissemos que queremos conservar, mas o grande desafio é no mar. Há invasões de pescadores não residentes que pescam em desacordo com as normas. A fiscalização da área terrestre não é tão grave como no mar, mas ocorrem abates de palmeiras e de aves.

Nem sempre as comunidades percebem o papel da AMPC, então o Comité precisa de sensibilizar as comunidades, o que é bem difícil, especialmente o papel da fiscalização frente à incompreensão da comunidade sobre o papel do Comité.

Todo trabalho da comunidade precisa de ser antecedido por uma consulta e aval do Comité Gestor.

– Mudanças geradas pela implantação da AMPC

Muita coisa mudou com a AMPC. Temos mais infraestruturas, todas as áreas têm uma escola, fontes de água, pessoas formadas, a Casa de Saúde foi melhorada, o Comité de Estado reabilitado, horticultura desenvolvida pelas mulheres, as quais já se apropria-

ram dos conhecimentos deixando de necessitar de técnicos para o desenvolvimento da atividade.

A mudança na saúde provoca mudanças em tudo. No passado, a vida era muito difícil.

Mudou também a comunicação entre as tabancas. **Antes as pessoas não se comunicavam, havia muita rivalidade**, as tabancas estavam isoladas, mas com a AMPC elas passaram a visitar-se, a ir sem receio a ilhas diferentes pedir ajuda.

Foram os mais velhos que fizeram a AMPC, mas agora são os jovens que a estão a gerir. Manuela era muito tímida, tinha medo até de dizer bom dia. Hoje sente-se à vontade para falar em público. Os filhos estão na escola, embora ela não tenha tido essa oportunidade, os filhos podem ter escola. Em caso de uma doença de urgência podem receber atendimento.

Muitas formações foram oferecidas, para trabalhar na cozinha, pôr a mesa, aprenderam muita coisa.

Cuidam das relações comerciais para que sejam justas. Se alguém vem de fora vender algo muito mais caro que o preço praticado normalmente, eles falam, se não chegam a um entendimento, vão ter com o comité da Tabanca.

– *Sonho de futuro*

Sonham com educação, escola para os filhos, para não serem como os pais. Educação é o mais importante. Percebem que muitos problemas são gerados pela falta de conhecimento.

Mas precisam desenvolver nos jovens o amor pela AMPC, que aceitem o sacrifício da conservação. Os filhos não vivenciaram muitas coisas, então precisam de ter em atenção para não entrarem num sistema de mercantilismo.

Sonham em conseguir manter a dinâmica da AMPC, ter alguém com quem manter essa relação que têm com Manecas, para contar as preocupações e sentimentos e ajudar a pensar o futuro.

– *O que precisa fazer para continuar a AMPC*

Fazer as coisas corretas, ser exemplo para os filhos. Os filhos são tentados a muitos vícios, então é difícil contê-los.

Hoje a AMPC tem muitos recursos, botes, casa de passagem, pessoas envolvidas no seu funcionamento. Precisam de fundos para manter tudo isto a funcionar, há pessoas com diferentes tarefas, temos que pensar e ajudar a encontrar uma saída para o financiamento dessa estrutura. A nossa riqueza toda está na AMPC e isso corre o risco de desaparecer.

– *Conhecimento e opinião sobre o turismo*

O turismo é difícil, mas se vier tem que trabalhar dentro da regularidade, com as normas. Há o exemplo de Bubaque, onde o comportamento dos jovens nos preocupa muito. Há violência, disputa pelos turistas, chegando os jovens a esfaquearem-se. Há muita confusão.

Numa visita a Orango percebeu-se que lá é diferente de Bubaque. Os jovens do hotel de Orango não estão em conflito. Em Bubaque há muitas coisas difíceis, prostituição

de jovens e violência. Se não tivesse visitado Orango jamais pensaria em turismo em Urok. Também em Rubane há turismo sexual.

– *Em que locais o turismo poderia acontecer?*

Há muitos sítios onde o turista não pode ir. Aceitamos apenas o turista que quer ajudar o desenvolvimento, mas não vai criar tentações e ambições na juventude. Tem que ser um turista que desenvolva as pessoas, que não faça fotografias onde não pode, que esteja interessado apenas na beleza de Urok para visitar. Se vier à Tabanca, precisam de perguntar o que pode e o que não pode fazer.

– *Expectativas sobre a Consultoria e Conselho para os Consultores*

Que nos ajude no esforço de ter um turismo que não cause problemas. A AMPC é um exemplo e queremos um turismo exemplar.

Não somos hóspedes, somos filhos de Urok.

Temos um ditado, onde vocês estão incluídos, há muitos parceiros na AMPC, se amanhã os parceiros saírem como vamos continuar?

**DIALÓGO COM PARTICIPANTES DE UMA FORMAÇÃO SOBRE ENXERTIA,
COM PARTICIPANTES DE 9 TABANCAS DE UROK
28 de outubro de 2018**

Foi realizada uma dramatização com a comunidade, mostrando a cena de um turismo desordenado que trouxe uma turista desrespeitosa com a comunidade e que oferecia dinheiro para comprar drogas ilícitas, entrar em locais sagrados e desrespeitar regulamentos de pesca. A outra cena mostrava o turismo comunitário, planejado e ordenado, que trouxe uma turista interessada na história e na cultura da comunidade, em viver uma experiência transformadora.

Em seguida apresentou-se a metáfora: “o turismo é como o fogo, pode esquentar a sopa e pode queimar a casa”. E então abriu-se um diálogo com a comunidade sobre em que situações o turismo esquentar a sopa e em que situações o turismo queima a casa.

Esquentar a sopa:

- Quando o turismo está de acordo com a realidade da comunidade;
- Quando considera as zonas de livre acesso e as de acesso interdito;
- Quando gera emprego, oficinas mecânicas, de carpintaria, entre outros;
- Quando apoia a escola e a comunidade, contribuindo para outras atividades de interesse;
- Quando protege o meio ambiente.

Queima a casa:

- Quando traz hotel e muita gente, muitos barcos;
- Quando cria dependência;
- Quando prejudica o meio ambiente, gera lixo e polui;
- Quando atrapalha a rotina das pessoas;
- Quando traz prostituição dos jovens.

ANEXO 4: Visita técnica ao Ilhéu de Keré: Pesca Desportiva e Ecoturismo

Realizámos uma visita ao empresário Laurent Duris, proprietário do hotel Ilha Keré, a 40 km da ponta do fanado, porto de formosa, com viagem aproximada de 1 hora e 15 minutos. O francês já possui uma presença de 20 anos no arquipélago, sendo 17 anos em Keré. Iniciou trabalhando em Bubaque e, posteriormente, para fugir da concorrência, negociou a Ilha Keré com as comunidades locais. A história de negociação envolveu conflitos, pelo facto de a ilha ser um território sagrado da comunidade. Iniciou o hotel com tendas, para posteriormente construir a estrutura gradualmente. Possui 12 quartos com casa de banho e capacidade total para 30 pax. Funciona de setembro a maio para público estrangeiro e em junho atende o público originário de Bissau. A ocupação maior é no mês de novembro e dezembro, com uma taxa de ocupação entre 80% e 90% em novembro e de aproximadamente 50% em dezembro.

60% do público total é de pesca desportiva, oriundos principalmente de França, Alemanha, Itália, Noruega, Suécia, Holanda. Esse público permanece 10 dias em média. Segundo Laurent, o perfil do pescador tem mudado ao longo dos anos, antes tinha pouco interesse em respeitar as regras. “Atualmente, há um maior sentido de responsabilidade, sobretudo ambiental, pois sabe que se o peixe acabar, vai acabar seu hobby. Além disso, um trabalho das agências para tentar mudar a imagem do pescador tem sido feito”. Segundo o empresário, o pescador tem interesse muito específico, “só quer pesca, não se interessa por outras atividades”. Entretanto, nos últimos anos há um incremento de famílias no hotel, com mulheres e filhos acompanhando o pescador, facto que abriu possibilidades para roteiros de ecoturismo.

40% são ecoturistas, destes 20% chegam por agências (Europa) e 20% são de fins de semana (Dakar e Guiné-Bissau). Os principais países dos ecoturistas são França, Alemanha, Espanha e Itália. As atividades destinadas aos ecoturistas são a visita a Orango (hipopótamos), Caravelas (macaco verde), atividades nas comunidades, tais como feitiço de esteiras, visita ao pampam, coleta de combé com as mulheres, etc.

O hotel possui de 4 a 5 funcionários com contrato permanente durante o ano todo. Na alta temporada, o número de funcionários sobe para 30, sendo que com estes há um contrato sazonal. Por volta de 90% dos trabalhadores são bijagós, o restante de Bissau. A maioria é homem. Como muitas vezes os comunitários precisam de sair para cerimónias ou atividades na comunidade, na alta temporada o empresário possui um número de pessoas que o permita realizar substituições eventuais, quando necessário. Segundo Laurent, a remuneração dos seus funcionários é de 2 a 3 vezes maior do que Bissau. A sua equipa é experiente e trabalha com ele há 10 anos (em média). Os jovens fazem trabalho durante o fim de semana devido aos estudos.

Além de prestação de serviço, comunidades vendem produtos ao hotel (porco, banana, galinhas, caju, frutas tradicionais, etc.) e fornecem também palha para a cobertura. Legumes, hortaliças, arroz e enlatados são comprados em Bissau. Segundo o empresário, há turistas que trazem doações à comunidade (sacos de arroz, material escolar, etc.) ou realizam trabalhos voluntários, como médicos e profissionais de saúde. A sua esposa desenvolve um trabalho solidário relacionado à educação, mais especificamente com os professores das escolas da comunidade.

Na sua opinião, os maiores desafios do seu negócio são: formação profissional e logística. Não existe água potável na ilha, o hotel possui um reservatório de 60 mil litros na tabanca mais próxima. Há a necessidade de se abastecer diariamente um barco, com consumo de 3.000 litros de água/dia. O lixo é também um desafio para a operação, há um sistema de separação no empreendimento. O metal segue para Bissau, o vidro é triturado e lançado ao mar, o plástico queimado e a lata enviada para Bissau.

Em relação ao tipo de pesca, a maior parte é No Kill, porém autoriza-se a captura de peixes para alimentar funcionários e para doar para cerimônias da comunidade⁸⁶. Segundo ele, já demitiu um funcionário que desembarcava peixe para outra canoa (conseguiu evidenciar através de fotos). Não há regras específicas para a pesca na região de keré (não se localiza em AMP), a não ser as regras internacionais relativas à proibição da pesca da arraia e do tubarão. Segundo Laurent, a maior ameaça do hotel é a queda nos estoques pesqueiros devido à falta de controle na pesca ilegal no arquipélago. No ponto de vista do empresário, a instabilidade política do país é menos problemática para o pescador desportivo, porém para o ecoturista gera mais impacto. O surto de Ébola que ocorreu na vizinha guiné-Conacri foi o fator externo que mais impactou a demanda até ao momento, neste ano o hotel recebeu somente 40 hóspedes (87% a menos do que o normal).

⁸⁶ Conversámos com um informante-chave que visitou o hotel e que relatou que o peixe pescado durante o passeio foi servido aos turistas no almoço. Além disso, a zona onde a pesca foi realizada não era autorizada (Zona 2).

ANEXO 5: Visita técnica ao Orango Parque Hotel

Realizámos uma visita ao Orango Parque Hotel. Empreendimento iniciou-se com um casal português, ainda na segunda metade dos anos 90, mas precisou de ser vendido após a guerra civil por questões de saúde da esposa. A fundação MAVA comprou o empreendimento para implantar um projeto de ecoturismo com a intenção de preservar os hipopótamos da Ilha, envolver a comunidade local, empregar mão-de-obra, fortalecer a parceria com IBAP, etc. Contratou a CBD Habitat para fazer a gestão em parceria com uma Associação local chamada Guiné-Bissau Orango, que funciona como estrutura jurídica local.

No Orango Parque Hotel, 80% são ecoturistas estrangeiros e 20% cooperantes. Por volta de 20% realizam atividades de pesca desportiva, o restante atividades de ecoturismo e lazer. No ano de 2017, o hotel recebeu 345 pessoas. São vários os roteiros ecoturísticos que possibilitam observação de fauna, atividades culturais nas Tabancas, atividades de aventura, entre outras. Em ordem de importância, as principais nacionalidades estrangeiras que visitam o hotel são: Espanha, Inglaterra, França, Portugal, Países da sub-região, Países Nórdicos e Países do Leste Europeu. A alta temporada vai de setembro a fevereiro e a taxa de ocupação do empreendimento é de 55%. O empreendimento possui parcerias com operadoras de Espanha, Inglaterra e do Senegal.

A atual gerente está há 3 anos no projeto, tendo assumido esse cargo num momento complicado, quando o hotel se encontrava com problemas gerenciais graves e com déficit considerável. Apesar do tempo de funcionamento do empreendimento e das capacitações realizadas, ainda existem dificuldades ligadas à qualidade da mão de obra apesar de inúmeras capacitações. Percebeu-se, também, uma gestão fortemente centralizada na gerência, o que acarreta sobrecarga e desafios à gestão da autonomia para a restante equipa.

A equipa é constituída por 4 funcionários em Bissau e 18 no hotel. A participação comunitária é realizada através do trabalho no hotel, sobretudo, mas os locais não estão envolvidos nas decisões estratégicas. O Hotel também apoia uma série de projetos sociais, tais como escola, centro de saúde, cercamento elétrico de plantações de arroz, ponte, etc. Os moradores locais que atuam no hotel dedicam-se quase que exclusivamente à atividade, o que inevitavelmente os afasta das atividades tradicionalmente realizadas, incrementando assim os riscos sociais em caso de encerramento do hotel. Em conversas com alguns funcionários, foi possível perceber alguns indícios de excesso de trabalho. A gerente manifestou também a dificuldade na comunicação e relação com alguns operadores internacionais que enviam turistas, sobretudo os do segmento de pesca desportiva.

Embora já esteja em operação há bastante tempo, o empreendimento ainda não se sustenta financeiramente, dependendo de aportes externos. Devido a isso – e também pelo facto do encerramento das atividades da Fundação MAVA, proprietária do hotel, no ano de 2022 – recentemente foi realizado um estudo de viabilidade para se avaliar cenários futuros possíveis para o empreendimento.

ANEXO 6: Investimentos detalhados do Cenário de Pesca Desportiva com Controle Comunitário

Itens	Descrição	Quant.	Custo Unit. (EUR)	Custo Total (EUR)
Instalações Físicas e equipamentos				
Barracas	Tamanho 2 pessoas	7	45	315
Colchão inflável	Tamanho solteiro	6	18	108
Colchão inflável	Tamanho casal	4	30	120
Jogos de cama e banho		20	10	200
Almofadas		10	5	50
Lona para cobertura	Lona para cobrir barracas	7	34	238
Estacas extra		1	5	5
Martelo para estacas		2	5	10
Pá		1	10	10
tapete de chão / lona / esteira 2 m x 2,5 m	Para colocar em baixo da barraca	7	10	70
tapete de chão / lona / esteira 3 metros	Para colocar em baixo do refeitório	2	18	36
Lanterna / luzeiro		10	10	100
Cabine de duche	Para banho somente	2	40	80
Base de duche		2	60	120
Sanita para acampamento		1	700	700
Lavatório		2	20	40
Tenda para refeitório com tela para mosquitos	Para 8 pessoas	2	100	200
Mesa XL campismo (8 pax)	De possível montagem e desmontagem. Para uso no refeitório.	2	70	140
Cadeira dobrável	De possível montagem e desmontagem. Para uso no refeitório.	12	13	156
Sistema fotovoltaico para acampamento	Pequeno, portátil. Suficiente para lâmpadas e carregamento de telefone móvel da equipe.	1	60	60
Utensílios de cozinha	Pratos, talheres, copos, panelas, etc.	1	50	50
Fogão		1	40	40
Redes para descanso		5	10	50
Sistema de captação de água de chuva	Telhado, calha e reservatório	1	1.000	1.000

Itens	Descrição	Quant.	Custo Unit. (EUR)	Custo Total (EUR)
Transporte e materiais de passeio				
Moto com carroceria	Moto Honda para transportar materiais para o acampamento	1	4.000	4.000
Canoas canadenses	Para passeios no mangal	4	250	250
Piroga (canoão) para 10 pessoas	Para passeios ecoturísticos	1	500	500
Motor 15 HP	Para a piroga a ser utilizada nos passeios (4 tempos)	1	4.000	4.000
Mochila, garrafas, lanternas, etc.	Para passeios	1	250	250
Coletes salva-vidas		10	25	25
Kit primeiros socorros		2	15	15
Recursos humanos				
Gestor operacional em Bissau	Durante a etapa experimental, posteriormente assumido pela operação de turismo (30% pesca)	1	5.760	5.760
Capacitação				
Cursos e intercâmbios para trabalhadores	Parceria com o empresário para formação		1.000	1.000
			Total:	19.698 €

